ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 48 — Série VII — N.º 251
16 de Novembro de 1978

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, Lisboa 4 – Tel. 76 97 25 – Telex 13411 – Composição e Impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – CDL, R. Pedro Nunes, 9-A, Lisboa 1 – Tels. 76 97 44-76 97 51

Manifestação gigantesca em Lisboa

CENTENAS DE MILHAR DE TRABALHADORES FIRMES, CONFIANTES E DETERMINADOS

Os panos expressavam palavras de ordem profundamente sentidas por todos os trabalhadores

Uma massa compacta

O povo de Lisboa e Setúbal desceu à rua, numa poderosa, firme e serena afirmação da sua força. Nenhum verdadeiro patriota, nenhum autêntico democrata, poderá ficar indiferente ao seu apelo: os trabalhadores querem uma nova política!

(Pág. 5)

7 de Novembro de 1978: o aspecto impressionante da Praça Vermelha

URSS: 61 vezes o Grande Outubro

O relato ao vivo do desfile na Praça Vermelha, comemorativo do 61.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, constitui o tema da primeira reportagem do nosso enviado especial à URSS, **José Martins**.

(Pág. 10)

Povo Unido em Évora: confiança no futuro

O povo de Évora vai eleger no domingo os seus representantes para a Câmara Municipal.

A campanha eleitoral que amanhã termina tem-se caracterizado, por um lado, pela serenidade e seriedade da Aliança Povo Unido, que soube actuar com respeito pelas populações, procurando esclarecer e contribuir de forma positiva para a resolução dos problemas concretos dos eborenses, e por outro lado pelas mentiras, calúnias e provocações dos restantes partidos aos candidatos da APU e aos comunistas.

De nada servirá ao PS, PPD, CDS, UDP e grupelhos neo-nazis a agressiva campanha anticomunista desencadeada.

No domingo, em Évora, ninguém vai ficar em casa.

No domingo, em Évora, os eleitores escolherão de novo uma Câmara democrática no caminho de Abril, uma Câmara de maioria Aliança Povo Unido.

(Pág. 8)

DE BRAÇO DADO
CANTO LIVRE
FADO
FOLCLORE
GINÁSTICA
MÚSICA
PALHAÇO
POESIA
GRANDE ESPECTÁCULO POPULAR
16 e 17 NOV. 21.30 PAV. DESP.
(Pág. 9)

A táctica dos divisionistas e a resposta da unidade no movimento sindical português

Forças apoiadas pelo imperialismo, empenhadas na destruição das conquistas dos trabalhadores, pagam e promovem o divisionismo sindical. Gonelhistas e outros socials-democratas de direita assumiram o papel de servidores directos dessas forças que se manifestam diariamente na repressão violenta contra a Reforma Agrária, no boicote à contratação colectiva, no ataque às liberdades sindicais, no aumento do custo de vida, nos despedimentos e no desemprego. A resposta da unidade é firme e conta com a grande massa dos trabalhadores. Mas o Movimento Sindical não deixará de aperfeiçoar e reforçar as suas defesas contra a táctica divisionista e todo o aparelho que a tenta pôr em prática. Dedicamos o «Em Foco» de hoje aos ataques mais recentes contra a unidade sindical. O esclarecimento e o combate contra a demagogia e o cinismo de quem despreza os interesses das massas trabalhadoras e deles se quer servir como moeda de troca para lucro da direita deve ser preocupação actuante de todos os trabalhadores portugueses.

(Pág. 12)

Editorial **SOLUÇÕES DE DIREITA AGRAVAM PROBLEMAS NACIONAIS**

Editorial

SOLUÇÕES DE DIREITA AGRAVAM PROBLEMAS NACIONAIS

Os portugueses, na sua esmagadora maioria, rejeitam soluções de direita para os problemas nacionais. Exprimem-no todos os dias nas formas mais variadas e disseram-no na passada semana de maneira particularmente expressiva nas ruas de Lisboa. O que se passou há cinco dias nas ruas da capital vale por um mandato.

Sábado, 11 de Novembro, ficará, sem dúvida, como um marco luminoso no historial de luta do povo português. Ficará, sobretudo, como uma imponente afirmação da vontade popular quanto à condução política do país.

A prodigiosa manifestação que durante mais de três horas desfilou pela baixa lisboeta, desde o Parque Eduardo VII ao Terreiro do Paço, constituiu uma concludente resposta a governantes irresponsáveis que intentam destruir pela violência e o atropelo da lei a conquista mais significativa da Revolução de Abril — a Reforma Agrária — é uma reprovação inequívoca aos que, há mais de dois meses demitidos das funções governativas, agravam injustamente o fardo do custo de vida sobre a população trabalhadora.

A grandiosa manifestação de massas do dia 11 não constitui apenas uma severa reprovação da política de direita prosseguida pelo governo demitido de Nobre da Costa — é também uma advertência solene ao Primeiro-Ministro indigitado, Mota Pinto, quanto à composição, ao programa e à prática política do governo que se propõe constituir.

O que já se sabe das intenções de Mota Pinto é altamente preocupante para a nação portuguesa. As suas afirmações públicas não se destinaram visivelmente a tranquilizar o povo português, em particular o povo trabalhador que representa a parte mais substancial da nação, mas sim a tranquilizar e a dar garantias à minoria exploradora e privilegiada, ao grande patronato português e estrangeiro interessado em aniquilar a Revolução de Abril, ao imperialismo.

As intenções e afirmações públicas do Primeiro-Ministro indigitado fazem pressagiar a continuidade da política de direita do Governo demitido de Nobre da Costa precisamente nos seus aspectos mais negativos e controversos.

Uma tal perspectiva deve desde já alertar o povo português e as forças democráticas e patrióticas do País para o que se trama nos bastidores da crise governativa. Alertar para agir, como é óbvio.

☆ ☆ ☆

É absolutamente necessário denunciar e dizer com todo o vigor e clareza que uma solução de direita, uma saída de direita para a crise actual, seria profundamente lesiva da vida do povo português e do País.

As forças democráticas têm aqui uma importante palavra a dizer e devem dizê-la antes que seja tarde.

Em particular, é necessário que o Partido Socialista defina com clareza a sua posição quanto à questão do governo.

O povo trabalhador, os democratas e patriotas que desejam defender Abril e as suas conquistas não podem deixar de estar preocupados com os silêncios e ambiguidades dos dirigentes do PS acerca da crise governativa e das respectivas soluções políticas.

Para o dr. Mário Soares que acaba de regressar ao País depois de uma ausência de 15 dias, nada se passou de significativo neste período.

Ora, exactamente nestes 15 dias, intensificou-se de maneira extraordinária a ofensiva violenta da equipa de grandes agrários, responsáveis pelo departamento da agricultura do governo demitido, contra os trabalhadores e pequenos agricultores da Reforma Agrária; bandos de latifundiários organizados em grupos de pressão acompanham as acções discricionárias e violentas da GNR a mando do MAP; máquinas e gados que custaram o suor dos trabalhadores são violentamente agadanhados às UCPs e, com a ajuda das forças militarizadas passam sem mais formalidades para as mãos de pseudo-reservatários, alguns dos quais nunca se dedicaram à exploração agrícola.

Também nestes 15 dias se acentuaram de maneira notável os perigos de maior viragem à direita na formação e na política do Governo a cargo do Primeiro-Ministro indigitado. Que pensa disto o PS?

Não se pode ouvir sem graves preocupações e dúvidas as declarações da delegação do PS à saída da sua entrevista com o Primeiro-Ministro indigitado.

Por outro lado, também, os democratas portugueses não podem deixar de estar preocupados com o que parece ser a táctica do PS quanto à questão das eleições gerais antecipadas.

O PS teme e tem razão para temer, em resultado da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista praticada pelos governos que chefiou e da sua acção divisionista no seio do movimento sindical, o desafecto duma grande parte do seu eleitorado.

Os democratas portugueses interrogam-se legitimamente se os dirigentes do PS não se preparam para deixar passar um governo de direita só para se furtarem às eleições gerais antecipadas.

Se assim for é então necessário advertir seriamente o PS para os perigos do estabelecimento de um governo de direita que passe na Assembleia da República com a abstenção dos deputados socialistas, é necessário alertá-lo para o facto mais que previsível de um tal governo, a estabelecer-se, ensaiar restrições anticonstitucionais à livre expressão do eleitorado português e obviamente do PS, no caso das eleições não se realizarem antes de 1980.

Para se livrar de um mal o PS pode atascar-se num mal maior com todos os graves prejuízos que isso acarretaria para a democracia portuguesa, cujo esteio, é bom não o perder de vista, é a unidade de todos os democratas e patriotas, a unidade da esquerda, designadamente de comunistas e socialistas.

Engrenar de maneira mais ou menos encapotada na feroz campanha anticomunista actualmente em curso pela extrema-direita seria um erro de consequências desastrosas para a imagem eleitoral do PS.

☆ ☆ ☆

A campanha anticomunista aumenta de agressividade à medida que a extrema-direita perde audiência e perde o pé mesmo nas camadas e sectores tradicionais da sua influência política.

A arrogância e a farronca da extrema-direita não tem hoje qualquer correspondência com a sua força real. O vozear dos próceres da reacção não é uma manifestação de força mas sim de fraqueza.

Sabe-se que o desenvolvimento e consolidação do processo democrático, o fortalecimento das instituições democráticas, o pleno exercício e respeito da legalidade democrática, são mortais para a causa da reacção.

Por isso o anticomunismo, qualquer que seja a sua roupagem, se torna a expressão política principal da extrema-direita, é a forma por detrás da qual as forças reaccionárias desenvolvem os seus ataques raivosos ao sistema democrático, à Constituição, às forças da liberdade e do progresso social.

A "confrontação política global com o PCP", do sr. Amaro da Costa, o "afrontamento democrático com os comunistas" do dr. Sá Carneiro, "o confronto democrático com o PCP não só necessário como urgente" do sr. Carlos Macedo, do sr. Lucena e de outros respectivos cavalheiros do "solar de Mateus", diferem apenas nas palavras mas exprimem o mesmo conteúdo.

E entretanto, sabe-se que o CDS é um partido que se definha a olhos vistos, que uma grande massa dos seus adeptos lhe vira as costas, que grandes escaramuças abrem cavernas nos seus órgãos dirigentes, que o CDS não é já um partido de 40 deputados. Quem viu a histérica e provocadora propaganda do CDS em Évora onde nem mais nem menos anuncia a sua vitória eleitoral para o próximo domingo não se pode deixar de sorrir do seu ridículo.

E sabe-se que o PPD é um partido profundamente dividido onde um sector de tendências menos reaccionárias não está com Sá Carneiro e se prepara para o deixar na primeira curva do caminho.

E sabe-se ainda que os ilustres cavalheiros da "casa de Mateus", os Barreto, Medeiros Ferreira & C.ª, não têm quaisquer raízes significativas no povo português.

A extrema-direita sabe que a sua força assenta na divisão dos democratas, nas cedências às suas pressões e arrogâncias, na falta de iniciativa e de audácia das forças democráticas.

A classe operária, os trabalhadores do campo e da cidade, as classes e camadas médias da população portuguesa, com a sua iniciativa política, a sua crescente unidade assestam um golpe mortal nas pretensões hegemónicas da extrema-direita.

A gigantesca manifestação do dia 11 mostrou a força do movimento sindical unitário sob a égide da CGTP-Intersindical, o papel determinante das Comissões de Trabalhadores e de Moradores integradas nas grandes estruturas unitárias do movimento operário e popular, a força e o dinamismo crescente dos movimentos das mulheres e da juventude.

Este poderoso movimento torna-se cada vez mais o pólo de atracção de vastas camadas do povo, de todos os democratas e patriotas e tornar-se-á no futuro o grande esteio do movimento democrático, da democracia portuguesa na sua expressão política, social e económica mais larga.

Com ele, com a iniciativa política e o dinamismo dos comunistas portugueses, uma saída democrática para a crise torna-se possível e uma larga porta se abre ao futuro do povo português e do seu regime democrático nascido com a Revolução de Abril.

Reforço dos laços de amizade e de cooperação fraternais entre o PCP e o PC de Cuba

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 7 a 12 de Novembro uma delegação do Partido Comunista de Cuba composta por Lionel Soto, membro do Comité Central e responsável do Depertamento Geral de Relações Exteriores e Javier Ardizones, responsável de Secção do mesmo departamento.

A delegação do Partido Comunista de Cuba foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido Comunista Português e teve conversações com uma delegação do PCP dirigida por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado e de que faziam parte Rogério de Carvalho, membro do Comité Central e Albano Nunes, igualmente do CC e responsável da Secção Internacional.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do Partido Comunista de Cuba contactou com vários aspectos da actividade do PCP e da realidade portuguesa, tendo nomeadamente visitado a Cooperativa "Evaristo Gago", no concelho de Grândola, a Lisnave e vários Centros de Trabalho do PCP nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, tendo aqui sido recebida pela Direcção da Organização Regional do Norte do PCP.

No decurso das conversações realizadas foi dada uma informação recíproca sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos e abordadas questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário mundial.

A delegação do PCP expressou o alto apreço dos comunistas portugueses pelos grandes êxitos logrados na edificação em Cuba da sociedade socialista e pelo elevado espírito internacionalista da classe operária e do povo cubano, expressando a firme solidariedade do PCP à sua heróica luta contra todas as agressões de que a Primeira Revolução Socialista no continente americano tem sido alvo nos quase 20 anos da sua existência.

A delegação do PCP informou acerca das conquistas alcançadas pela Revolução portuguesa, dos novos e perigosos ataques que lhe são movidos pela reacção interna e pelo imperialismo, da acção dos comunistas pelo fortalecimento do movimento operário e popular e pela unidade de todas as forças democráticas com vista a recuperar a economia e vencer a grave crise em que o país se debate, derrotar as manobras e conspirações contra-revolucionárias, defender a Constituição e a democracia.

A delegação do Partido Comunista de Cuba apreciou altamente a luta tenaz e exemplar conduzida pelo povo português e a sua vanguarda comunista durante quase cinco décadas de opressão fascista e mais recentemente para defender e consolidar as conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974 consagradas na Constituição da República, pela unidade e interesses fundamentais da classe operária, de todos os trabalhadores e de todas as forças democráticas, pela democracia e pelo socialismo.

Abordando os problemas da situação Internacional as duas delegações saudaram os sucessos obtidos pelos países socialistas, pela classe operária dos países capitalistas e pelo movimento de libertação nacional, o fortalecimento das forças da paz, da democracia e do socialismo.

Ao mesmo tempo, constataram que o imperialismo, procurando deter o avanço do processo revolucionário mundial, tenta sabotar o desanuviamento e relançar o clima de guerra fria, lança-se numa frenética corrida aos armamentos, ingere-se abertamente nos assuntos internos e recorre à agressão armada contra Estados soberanos, atiça conflitos artificiais entre países, multiplica campanhas de intrigas e calúnias contra a URSS e o campo socialista, agrava deliberadamente a tensão internacional, põe em perigo a segurança e a paz mundial.

Com vista a derrotar os planos agressivos do imperialismo e defender a paz ambas as delegações consideram da maior importância o fortalecimento da frente mundial anti-imperialista e a luta contra todas as tentativas para a enfraquecer e dividir.

As delegações do PCP e do PCC sublinharam em particular a sua solidariedade para com o heróico povo do Vietnam contra as provocações e agressões dos dirigentes maoistas e pela edificação da sociedade socialista, à luta do povo palestiniano e dos povos árabes, contra a agressão imperialista-sionista, à luta dos povos do Chile, Nicarágua, Uruguai, Brasil e outros povos da América Latina em luta contra ditaduras fascistas e reaccionárias, à luta do povo do Irão contra a criminosa ditadura do Xá. Condenando com particular energia as manobras e planos do imperialismo em África, as duas delegações manifestaram o seu inteiro apoio à luta dos povos da Namíbia, Zimbabwé e África do Sul pela independência e contra o racismo, assim como aos povos de Angola e Moçambique na sua luta contra os ataques do imperialismo e pela edificação nas suas pátrias de uma nova sociedade orientada para o socialismo.

A delegação do PCC e a do PCP sublinharam a sua determinação de continuar a agir no sentido da coesão de todas as forças democráticas e anti-imperialistas e, em primeiro lugar, da unidade do movimento comunista internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

As duas delegações afirmaram a sua vontade de continuar a contribuir para o desenvolvimento das relações de cooperação entre a República de Cuba e Portugal, no interesse comum dos povos dos dois países.

O Partido Comunista de Cuba formulou um convite ao camarada Álvaro Cunhal para uma próxima visita a Cuba e estabeleceram-se os termos de um contínuo e crescente intercâmbio entre os dois partidos.

A visita da delegação do Partido Comunista de Cuba a Portugal e as conversações realizadas com o Partido Comunista Português contribuíram para um melhor conhecimento recíproco e para o fortalecimento das relações de amizade e cooperação fraternais existentes entre os dois partidos.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL **Central:** Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 – Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

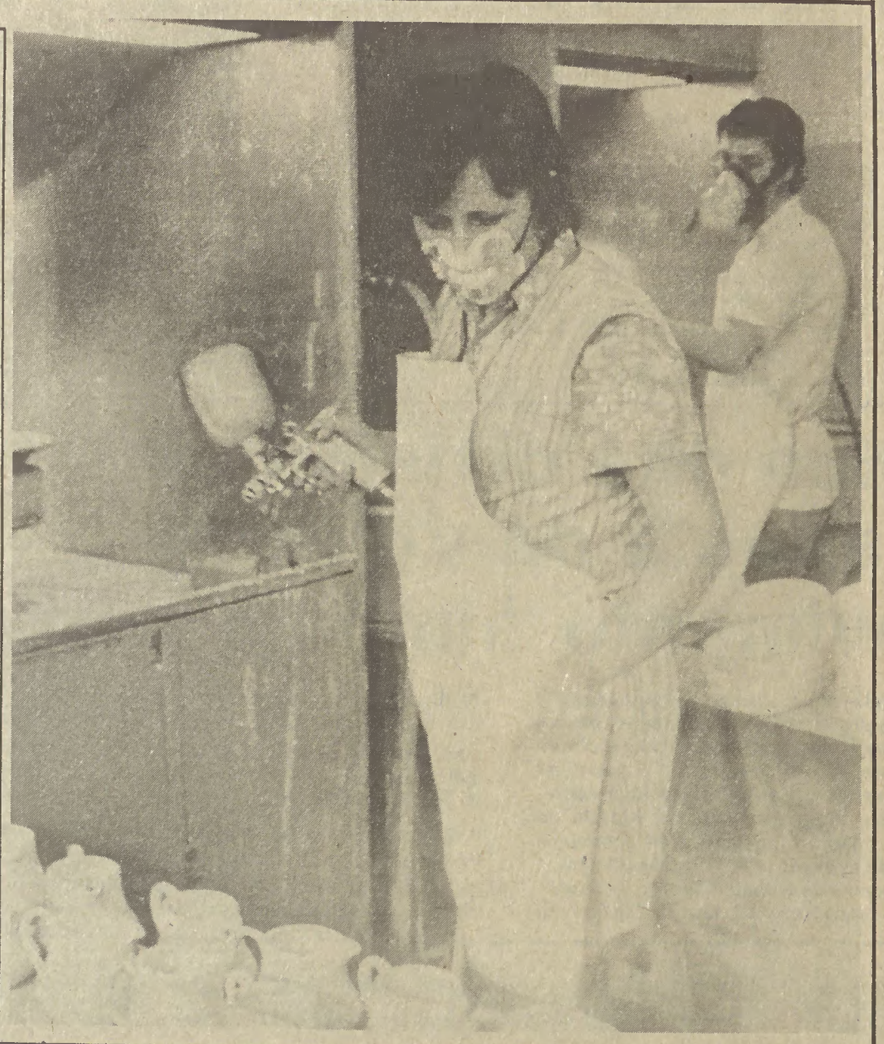
ASSINATURAS:

CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1 Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. **Composto e impresso na Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 74 812



RTP: uma informação que não serve

Na reunião do Conselho de Informação para a RTP realizada no passado dia 10, os representantes do PCP fizeram a seguinte declaração, na qual se denuncia o tipo de informação que tem vindo a ser praticado por aquele órgão de comunicação social estatizado:

«Os representantes do PCP neste CI, independentemente de uma apreciação mais concretizada que se reservam fazer em altura oportuna sobre o conteúdo da nova programação, não podem deixar no entanto de denunciar desde já que a par de uma certa diversificação dos programas, de formas e actuações – e sem deixar de sublinhar o sentido positivo dos esforços de muitos trabalhadores – o sentido geral da **informação** que vem sendo praticada se desvia dos preceitos constitucionais, privilegiando partidos e figuras de direita mesmo aquelas que não têm qualquer representatividade; dando espaço à manipulação e calúnia anticomunista e anti-soviética; estimulando, até com a intervenção directa de entrevistadores, o divisionismo no movimento sindical e noutros movimentos unitários; promovendo figuras desqualificadas e sem qualquer representatividade política ou partidária no plano nacional; fomentando a campanha contra «os partidos»; não respeitando o pluralismo nas formas de tratamento das iniciativas dos vários partidos com assento na Assembleia da República (concretamente, por exemplo, não tendo sido acompanhadas de imagens filmadas as reportagens de iniciativas do PCP nos últimos fins-de-semana, contrariamente às de outros partidos), etc., etc.

Os representantes do PCP no Conselho de Informação da RTP não deixarão de denunciar neste CI e de alertar os trabalhadores e a opinião pública em geral para o facto de que a RTP – órgão de comunicação social estatizado – deve respeitar o pluralismo ideológico, deve ser independente em relação ao Governo e administração pública, não podendo, por isso, estar ao serviço de quaisquer forças partidárias ou de projectos políticos que não foram submetidos ao voto do povo português».

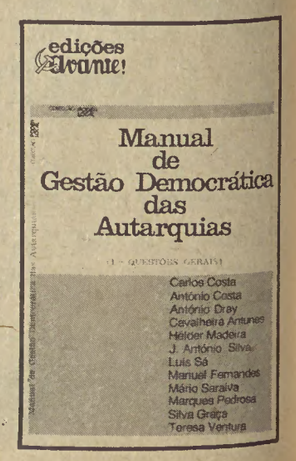
O 7 de Novembro

Por variadas formas — festas, convívios, canto livre, colóquios e sessões de esclarecimento —, foram inúmeras as organizações do Partido a comemorarem a gloriosa data do 7 de Novembro no 61.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, que lançou os alicerces de uma sociedade nova para a humanidade.

Tantas foram essas iniciativas que os comunistas, juntamente com outros democratas por todo o país promoveram, que seria impossível inumerá-las e descrevê-las.

Essas comemorações transbordaram para fora do Partido, muitas associações e colectividades e outras organizações de massas se juntaram às vozes dos que saudaram o início de uma transformação tão importante e de traços tão profundamente marcantes no mundo de hoje.

Operários e empregados, técnicos e intelectuais, mulheres e jovens, ao recordar as jornadas heróicas de há 61 anos, demonstram por essa forma a sua adesão aos ideiais de uma sociedade mais livre e humana, que hoje já é realidade em mais de um terço da humanidade e que o será também, mercê da luta abnegada dos trabalhadores, da classe operária e do seu Partido, em Portugal.



Anticomunismo: ele aí está de novo e em força

Tem-se assistido nas últimas semanas a um ostensivo recrudescimento das campanhas anticomunistas. Este facto não surge por acaso nem é uma novidade. Por um lado, insere-se no quadro mais vasto da ofensiva generalizada da direita reaccionária contra as conquistas de Abril; por outro lado, como sempre tem acontecido nos últimos anos, reflecte e traduz um momento particularmente agudo da luta de classes, um momento em que tensões e contradições sociais acumuladas durante um certo período estalam e vêm ao de cima, assumindo características e aspectos qualitativos novos.

O descaramento de "O Dia"

O modo como o anticomunismo se liga e confunde com o combate global contra o Portugal de Abril, as reivindicações dos trabalhadores e os interesses populares, assim como os meios de que se serve e os objectivos que visa, foi na última semana bem exemplificado através do "noticiário" dedicado pelo matutino reaccionário "O Dia" à manifestação unitária de sábado passado.

Na quarta-feira, 8 de Novembro, em artigo a quatro colunas intitulado "PC já formalizou apoio — Estrangeiros vão animar manifestação 'unitária' de sábado", o dito diário afiançava, para além de outras coisas do mesmo jaez, que, através "**do aparelho da Intersindical e do PC**", "**estão a ser chamados os revolucionários estrangeiros que em 74 e 75 participavam em massa nos desfiles. Vários activistas de diferentes nacionalidades já teriam mesmo sido detectados, admitindo-se um reforço na vigilância da fronteira, a fim de impedir que Lisboa possa ser invadida por agitadores especializados em arrastar multidões para situações indesejáveis**".

Na sexta-feira, dia 10, o jornal insistia na ideia peregrina, recorrendo ao mesmo estilo condicional que caracteriza a "objectividade" jornalística dos pasquins reaccionários: "**Parece também já estar assegurado o testemunho da solidariedade marxista internacional com o envio de representações de numerosos países, além dos habituais revolucionários e especialistas em agitação.** No mesmo artigo dizia-se, a respeito do trabalho de "mobilização" para a manifestação:

"**Todas estas operações, segundo meios afectos aos organizadores de mais uma iniciativa comunista, têm ocupado alguns milhares de empregados especializados nesse género de actividades**".

Como é óbvio, estas transcrições dispensam qualquer tipo de comentário. Acrescente-se apenas que, nas edições saídas nos dias seguintes à manifestação, jamais o jornaleco tornou a falar dos tais "estrangeiros". O veneno estava lançado, e era só isso que interessava...

Mas estes escribas são de tal gabarito que nem por si próprios nem pelo jornal onde trabalham têm um mínimo de respeito. Na quarta-feira, "O Dia" afirmava que a manifestação tinha "**concentração a meio da tarde no Marquês de Pombal e destino que é ainda mantido em segredo**". No sábado, dia 11, repetia que o desfile tinha um destino que "**era ainda ontem à noite mantido em segredo**". Percebe-se a intenção de deixar as coisas no vago, insinuando-se, sabe-se lá, o assalto e o saque ao Palácio de S. Bento... Acontece, porém, que o mesmíssimo "O Dia", o mesmíssimo jornal que vimos citando, tinha informado, na pág. 2 da sua edição de terça-feira, dia 7, que "**a manifestação terá início pelas 15 horas na Praça Marquês de Pombal, seguindo-se desfile até à Praça do Comércio**" (!)

Na noite de domingo, na RTP-2, rubrica "Jornais e Jornalistas", apareceu um certo José Sampaio proferindo grandes frases sobre a dignidade e a objectividade da informação, o partidarismo dos jornais, etc. e tal. Quem o ouvisse, julgaria estar perante o Presidente Honorífico e Vitalício da Comissão Deontológica dos Jornalistas Sérios e Honestos. Pasmai, gentes: o tal Sampaio trabalha na redacção de... "O Dia"!

As manobras deles

Estes exemplos ilustram bem o que são e como se fazem as campanhas anticomunistas. Na falta de argumentos com um mínimo de fundamento recorre-se à calúnia, à mentira, à pura e simples aldrabice. Arranja-se uma história, por muito absurda e ridícula que seja; depois, naturalmente, os factos não a confirmam, mas os "jornalistas" reaccionários não se incomodam nada com isso. Desmentidos, tal como a vergonha, não é com eles. Esquecem o assunto e começam logo a pensar na próxima invencionice.

Uma das linhas principais das campanhas anticomunistas é a constante e sistemática deturpação das posições políticas do PCP. Atribuem ao Partido, aos seus militantes e dirigentes, coisas que eles nunca disseram ou fizeram e depois, com base nessas falsidades, atacam os comunistas. Esta táctica mostra bem a fraqueza da reacção, a sua incapacidade para, no terreno dos factos e da verdade, no autêntico debate democrático, enfrentarem os comunistas.

Outra linha da actuação dos anticomunistas diz respeito às tão faladas "conotações". Trata-se de fazer crer que por detrás de cada pessoa, entidade ou organização que eventualmente tome uma posição progressista está "a mão dos comunistas".

Como se sabe, esta táctica tem sido utilizada nomeadamente em relação ao movimento sindical, pretendendo demonstrar que os sindicatos e os seus dirigentes são meras "correias de transmissão" do PCP. A isto têm os trabalhadores sabido dar a devida resposta: se há partidos (e é o caso do PCP) que, tal como eles, defendem a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão, estão contra o aumento do custo de vida, defendem a unidade do movimento sindical, se opõem ao patronato sabotador e reaccionário e às ingerências do imperialismo — pois tanto melhor, e pena é que mais partidos não tomem idêntica posição!

O PCP não "manobra" os sindicatos. O que acontece — e não são precisas grandes teorias para explicar coisa tão simples — é que o PCP defende os interesses dos trabalhadores, de onde resulta que as suas posições coincidem normalmente com as posições dos sindicatos verdadeiramente identificados com esses interesses.

As "novas teorias" contra a democracia

De tempos a tempos os anticomunistas precisam de um tónico, um revigorante, uma espécie de "doping", algo que permita iludir a vacuidade dos seus "argumentos" e dar a ideia de que há "factos novos" que justifiquem os seus desígnios. E então inventa-se qualquer coisa, fabrica-se uma calúnia, recorre-se a uma mentira — e, se possível, procura-se arranjar uma "cobertura teórica" mais "moderna" para o anticomunismo.

A última "teoria" surgiu da boca do dirigente do CDS Amaro da Costa, logo agarrada por homens do PSD e certos "independentes" e desenvolvida por "O Dia", "Jornal Novo" e quejandos. Segundo Amaro da Costa, a questão, em resumo, põe-se nos seguintes termos: a situação política não será clarificada enquanto não houver uma "confrontação política global" com o PCP, e isto porque o PCP tem na sociedade portuguesa uma intervenção que ultrapassa o seu lugar.

Significativamente, o desarrincanço de Amaro, imaginativa figura da panóplia direitista, ocorreu após uma viagem à RFA, onde assistiu ao Congresso de um partido (o CDU) justamente acusado pelas forças democráticas europeias pelas suas tendências fascizantes. RFA, recorde-se, onde os comunistas e outros democratas são perseguidos, impedidos de ocupar muitos cargos públicos, equiparados a terroristas e criminosos de delito comum. Percebe-se assim o que está por detrás da teoria do buliçoso Amaro da Costa.

A "confrontação" e a redução do PCP "ao seu lugar" não teriam para estes generosos democratas, obviamente, a finalidade de "clarificar" a vida política nem de resolver os problemas nacionais — o que, aliás, não é coisa que lhes interesse. O objectivo em vista seria, isso sim, abrir ainda mais o caminho à recuperação das forças de direita e à destruição das conquistas de Abril, através do combate e do aniquilamento precisamente daqueles que são os seus mais firmes e provados defensores: os comunistas e os seus aliados.

Pretender alcançar um tal objectivo é pura ilusão. O PCP é um partido largamente experimentado, habituado a lutar e a vencer dificuldades, mesmo nas mais duras condições. Mas há mais: a força do PCP — e é isso que mais irrita a reacção — vem-lhe da sua profunda e inigualável ligação às massas, da sua identificação com as aspirações e anseios dos trabalhadores, da sua política exclusivamente orientada na defesa dos interesses populares e dos interesses nacionais.

Trata-se, no fundo, de um problema de classe. O "confronto" como o PCP seria, como sempre tem sido, o confronto com os trabalhadores, pois o "lugar" que o PCP ocupa é aquele que os trabalhadores querem que ele ocupe. O utópico desejo da reacção era, ao fim e ao cabo, reduzir o papel e a intervenção dos trabalhadores na vida nacional, destruir o seu espírito de luta, a determinação na defesa dos seus interesses. E isso, que a reacção se convença, não será uma tarefa fácil. Nem os trabalhadores abdicarão, nem o PCP desistirá.

"**O PCP é um partido que sempre actuou e actua numa perspectiva histórica** – dizia Álvaro Cunhal no recente comício da Amadora —, **um partido que luta nas horas boas e nas horas más, um partido que vive e luta com o povo e para o povo, um partido cuja actividade assenta as suas profundas e indestrutíveis raízes na classe operária e nas massas populares. O PCP tem confiança no futuro porque tem inabalável e indestrutível confiança na classe operária e no povo trabalhador.**"

Mantêm-se as pressões do imperialismo para recuperação capitalista em Portugal

A interferência do capitalismo mundial na vida interna portuguesa tem assumido formas diversas, com destaque para a via económica e financeira. Factos recentes vieram demonstrar a persistência dos desígnios capitalistas.

Numa primeira fase registou-se o boicote económico ao nosso país, cancelando encomendas a empresas portuguesas, alterando as condições de fornecimento de mercadorias a Portugal, desencadeando campanhas as mais diversas com vistas ao afastamento de turistas, atemorizando os nossos emigrantes, etc. Posteriormente, e aproveitando-se das dificuldades financeiras do país que com aquelas actuações ajudaram a criar, o imperialismo utiliza os financiamentos para aumentar incessantemente a dependência do país e para pressionar a tomada de medidas que conduzam à recuperação capitalista que interessa aos grupos monopolistas internacionais e aos seus lacaios internos.

É nesta óptica que devem ser encarados dois factos registados no nosso país na segundo metade do passado mês de Outubro.

A visita do BEI

Por um lado, e praticamente coincidindo com a abertura das negociações oficiais sobre a adesão de Portugal à CEE, reuniu-se em Lisboa o Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento (BEI). É um banco supranacional cujos sócios são os países membros da CEE, criado pelo Tratado de Roma que no primeiro dia de 1958 instituiu a Comunidade Económica Europeia. Não sendo Portugal um país da CEE e, portanto, não integrando o BEI, porquê a reunião do Conselho de Administração em Lisboa e naquela altura? Não foi concerteza por mero devaneio turístico! A verdade é que o BEI já concedeu a Portugal financiamentos da ordem dos 9 milhões de contos, e **está disposto** a conceder mais desde que...

E assim a CEE vem a Lisboa, através de uma sua organização financeira, pressionar as autoridades e a opinião pública portuguesa no sentido da adesão política (a adesão económica só lá para o fim do século) de Portugal à Europa dos monopólios, acenando-lhes com mais uma dúzia de milhões de contos que mais cedo ou mais tarde o povo português terá de pagar. Convém não esquecer, também, que o BEI só se mostrou interessado em conceder financiamentos a Portugal após Novembro de 1975!

A arrogância dos banqueiros internacionais

Simultaneamente, reuniram-se em Portugal algumas dezenas de banqueiros internacionais, participando num seminário promovido por um banco nacionalizado, e cujo tema era muito significativamente «O risco português na perspectiva da comunidade bancária internacional». A análise, embora breve, das conclusões produzidas pelos representantes do capitalismo mundial são explícitas. Para apresentarem as suas «conclusões» e «recomendações» os banqueiros internacionais dividiram-se em quatro grupos de «trabalho». O primeiro, pretendendo ter feito a «análise **estrutural** da balança de pagamentos de Portugal» em meia dúzia de horas, **recomendou** prioridade na definição de uma política agrícola, distinguindo o Norte e o Sul, um plano de desenvolvimento a médio prazo **complementando** o plano do FMI, a criação de uma comissão (mais uma) para definir a forma de melhorar a estrutura das exportações portuguesas, muito provavelmente tendo em vistas a «melhoria» dessas estruturas de acordo com os interesses da CEE e de outros países capitalistas.

Sintomaticamente, embora os banqueiros refiram que «a substituição de importações tem consideráveis possibilidades», esqueceram-se de fazer quaisquer **recomendações** nesse sentido!

Os terceiro e quarto grupos debruçaram-se sobre as «perspectivas da situação do investimento estrangeiro em Portugal» e «o controlo cambial em Portugal». Tal como os outros grupos ditaram as suas leis. «Admitindo que a estabilidade política será conseguida em breve», não se coibem de apontar ao próximo governo que a sua primeira prioridade deverá ser «o estabelecimento de um programa de investimento (estrangeiro)», dizem como deve funcionar o Instituto de Investimento Estrangeiro realizando «missões de vendas» ao estrangeiro, e com certo ar de ameaça apontam ao novo governo que devem ser alteradas «as relações e leis do trabalho», e que devem ser eliminados os **receios** (dos investidores) de nacionalizações ou pequenas e lentas indemnizações, parecendo com isto dizer: desnacionalizem ou paguem já e principescamente as indemnizações aos Champalimauds & C.ª. Simultaneamente advertem as autoridades portuguesas de que é «desejável num curto prazo» que desapareçam as restrições e o controlo cambial, para que os grandes importadores e exportadores possam manobrar mais facilmente contra a economia nacional e a favor dos seus interesses particulares.

O elogio do FMI

Finalmente o segundo grupo de «trabalho» debruçou-se sobre «o financiamento do défice da balança de pagamentos». O seu porta-voz, sr. Hammish Lamont, não teve pejo em afirmar que por princípio era contra os grupos de trabalho, pois os melhores que conhecia eram os constituídos por apenas uma pessoa, nomeadamente se essa pessoa fosse ele próprio. Não resistimos a transcrever dois parágrafos da autoria daquele mesmo indivíduo, esclarecedores das suas intenções ao participar no seminário:

«Não podemos deixar passar esta ocasião sem comentar o papel-chave desempenhado pelo FMI. Devo dizer-vos que a salvação do meu país foi, há dois anos apenas, a gestão da economia da Grã-Bretanha ter sido retirada das mãos dos políticos e ter sido colocada nas mãos dessa organização internacional, o FMI.

É bastante interessante notar que logo que o controlo das finanças do Reino Unido foi retirado aos políticos, rapidamente tivemos surpresas positivas. Espero que em Portugal tenhamos a mesma experiência».

As conclusões deste grupo vêm na sequência lógica destes considerandos. Lembremos apenas as relacionadas com a «importância do factor-chave confiança» (para os banqueiros, claro), com o «dever confiar-se» no FMI, a sugestão para que Portugal solicite em meados de 1979 um empréstimo externo de 18 milhões de contos a consórcios bancários, ou seja, depois de ter sido negociado novo acordo com o FMI, e prevendo os banqueiros que até lá se confirmem as tendências «favoráveis», nos campos político e económico, que «ultimamente parecem desenhar-se», etc., etc.

Será mera coincidência esta apologia do FMI e o «ódio» aos políticos? Não terá sido a ver com a influência cada vez maior do FMI no controlo da economia nacional, e com o ataque das forças reaccionárias aos partidos políticos, com as teses dos chamados «presidencialistas», com apologia dos governos ditos de «independentes», de «competências» ou de «salvação nacional»? Não são estes exemplos suficientemente significativos da interferência nos assuntos internos de Portugal? Que pretendeu o Banco Português do Atlântico com a realização do seminário, senão reforçar a tese da recuperação capitalista? Não são explícitos os objectivos e a acção desenvolvida por alguns gestores de empresas nacionalizadas?

Angola saudada em Portugal

"Somos independentes, seremos socialistas!". Esta frase, proferida pelo embaixador da República Popular de Angola em Portugal, camarada Adriano Sebastião, para as muitas pessoas que, no passado dia 10, encheram por completo o salão da Voz do Operário, em Lisboa, para festejar o 3.º aniversário da independência da RPA, sintetiza com muita clareza a vontade e a força de um Povo que, de armas na mão, conquistou a liberdade, ergueu uma Nação e avança decididamente na construção do Homem Novo numa terra livre, próspera e fraterna — a terra angolana.

A sessão, promovida pela Associação Portugal-Angola e patrocinada pela Embaixada da RPA no nosso país, foi presidida, para além do embaixador angolano, camarada Adriano João Sebastião, por Arménio Ferreira, representante do MPLA — Partido do Trabalho, Aquilino Ribeiro Machado, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o deputado Gualter Basílio, representante do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Silas Cerqueira, igualmente do CPPC e membro da Presidência do Conselho Mundial da Paz, Levy Baptista, Domingos Lopes e Daniel de Matos, representante da Associação Portugal-Angola.

À meia-noite — já Daniel Matos e Silas Cerqueira haviam usado da palavra e se assistira à primeira parte do espectáculo anunciado, com as actuações de Carlos Moniz, Maria do Amparo, Samuel, Manuel Branco e Fernando Tordo — fez-se silêncio no apinhado salão da Voz do Operário. Ouviu-se a histórica gravação do camarada Agostinho Neto a proclamar solenemente, três anos antes e à mesma hora, a independência da República Popular de Angola e, em seguida, o Hino da nova Nação africana. Uma onda de entusiasmo alastrou pelo vasto salão e foi no meio de vibrantes aplausos que o embaixador da RPA em Portugal iniciou a sua alocução.

O camarada Adriano Sebastião traçou, no seu discurso, uma breve resenha da história do MPLA desde a sua origem, quando a 10 de Dezembro de 1956 um grupo de patriotas angolanos fundou o Partido da Luta Unida de Angola — PLUA —, o qual se transformou mais tarde em Movimento pela Independência Nacional de Angola — MINA — e finalmente se constituiu em Movimento Popular de Libertação de Angola —MPLA — para, esgotadas todas as hipóteses, de solução pacífica, dar início à luta armada em 4 de Fevereiro de 1961, a qual se arrastaria por 14 anos de luta ininterrupta.

Ao recordar a gigantesca cabala imperialista que foi montada contra a jovem República na altura da sua independência, Adriano Sebastião sublinhou a importância decisiva que teve a solidariedade internacionalista de alguns países africanos, do mundo socialista e em particular da União Soviética e de Cuba para a espectacular vitória das FAPLA, o braço armado do Povo angolano, sobre os fantoches da UNITA e da FNLA e os invasores racistas da África do Sul, os rostos visíveis dessa operação imperialista.

O embaixador da RPA acentuou ainda que, durante toda a luta de libertação, nunca esteve em causa o Povo português pois o Povo angolano e a sua vanguarda revolucionária, o MPLA, sempre souberam distinguir o colonialismo do Povo português. Desejando a melhoria de relações entre a RPA e Portugal, com vantagens mútuas para os dois povos, países e governos, o camarada Adriano Sebastião terminou saudando todos os cooperantes que trabalham em Angola numa participação voluntária na reconstrução do país, duramente devastado pela segunda guerra de libertação, fazendo questão em recordar os cooperantes portugueses que participam nessa tarefa.

Após a intervenção do camarada Adriano Sebastião assistiu-se à projecção da curta-metragem "Angola-MPLA, Povo-Vitória", tendo a sessão terminado com a actuação de José Carlos Ary dos Santos e do grupo musical angolano de Bonga.

Saudação do PCP

O CC do PCP enviou ao Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho a seguinte saudação:

Por ocasião do 3.º aniversário da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho, ao camarada Presidente Agostinho Neto, a todo o povo angolano, as ardentes saudações de combate dos comunistas portugueses.

No decurso destes 3 anos o povo angolano, sob a direcção do MPLA – Partido do Trabalho fez frente com sucesso às grandes dificuldades resultantes da pesada herança colonial, à posterior sabotagem económica, aos ataques conjugados da reacção e do divisionismo interno e ainda às constantes agressões militares dos racistas da África do Sul que desesperadamente tentam impedir o curso progressista da RPA.

É com satisfação que constatamos que sob a direcção do MPLA – Partido do Trabalho, o povo angolano luta heroicamente para defender e consolidar a independência da sua pátria, que as massas populares intervêm com entusiasmo crescente na edificação do Estado Popular, na batalha da produção para a recuperação da economia, na vida social e cultural do seu país.

A realização histórica do 1.º Congresso do vosso Partido e a sua decisão em transformar o MPLA num partido orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo, teve um significado que ultrapassou de longe as fronteiras de Angola e do continente africano.

Todos os êxitos alcançados pelo MPLA – Partido do Trabalho e pelo povo angolano enchem dé alegria o coração dos comunistas portugueses e por eles são sentidas como se deles próprios se tratassem.

A criação da RPA contribuiu para o aprofundamento do processo revolucionário mundial. Ajudou a desequilibrar ainda mais a correlação de forças de maneira favorável ao campo das forças progressistas em luta contra o imperialismo, pela independência nacional, pela paz e o progresso social. Deu um grande alento à luta dos povos da Namíbia e do Zimbabwé pela conquista da independência, contra o racismo e o «apartheid».

O imperialismo que sempre apoiou a política colonialista dos governos de Salazar e Caetano tentou e tenta por todos os meios servindo-se dos seus fantoches UPA/FNLA e UNITA e dos seus aliados na região, liquidar a revolução angolana.

No quadro das lutas ascendentes e vitoriosas dos povos africanos os círculos mais agressivos da NATO vêm multiplicando operações de diversão, de divisão dos países africanos, vêm lançando calúnias e intrigas, tentam criar dispositivos militares que, como a chamada «força de intervenção», visam intervir militarmente em África quando os seus interesses egoístas estão em perigo.

O PCP denuncia e combate os planos do imperialismo para intervir em África a fim de sufocar a luta dos povos africanos.

No novo Portugal democrático, como antes nos tempos negros da ditadura fascista, o PCP manter-se-á firmemente solidário com o MPLA – Partido do Trabalho e com o povo irmão de Angola.

O PCP tudo fará para que, de acordo com o estipulado na Constituição, seja rectificada a política negativa que vem sendo seguida pelos últimos governos relativamente à RPA, ponha fim às actividades anti-angolanas a partir do território português, dê passos concretos para o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois países de acordo com a letra e o espírito do Acordo de Bissau.

Fazemos votos, queridos camaradas, para que continuem a estreitar-se os laços de amizade e cooperação existentes entre os nossos dois Partidos na luta comum contra o imperialismo, pela Paz, o progresso social e o socialismo, no interesse do povo português e do povo angolano.

A luta não pára em todo o país

A adesão de 90% à luta dos químicos, com paralisação total em algumas das grandes empresas do sector, a manifestação de cerca de quatro mil pessoas em Campanhã contra a carestia e o açambarcamento dos géneros e de solidariedade à Reforma Agrária, a impugnação judicial da desintervenção estatal da Real Vinícola, constituíram algumas das notas mais salientes da movimentação dos trabalhadores do Norte contra a política de direita e em defesa de melhores condições de vida.

Entretanto, a luta não pára nesta importante região. Hoje mesmo, paralisam os têxteis, que realizam concentrações no Porto, em Guimarães, em Valongo, em Vila do Conde e em Lever/Crestuma, para demonstrarem a "enérgica disposição dos trabalhadores em reclamar medidas adequadas face ao agravamento constante das suas condições de vida e de trabalho, engrossando assim as fileiras de todos os seus companheiros de trabalho e do nosso povo num protesto mais amplo contra uma política virada para os interesses do grande capital derrotado no 25 de Abril".

Enquanto isso, em Lisboa, mantinha-se na altura em que fechamos este número a anunciada paralisação dos trabalhadores dos CTT e ferroviários a nível nacional. A Comissão Negociadora Sindical anunciava, por sua vez, uma paralisação nacional dos metalúrgicos para amanhã, dia 17, se os representantes do patronato mantiverem nas próximas reuniões "as suas posições intransigentes, negando-se a negociar matérias essenciais da proposta inicial" do CCTV da metalurgia e metalomecânica.

No Norte e no Sul, por todo o país, generaliza-se a luta pela contratação colectiva, pelo pagamento dos salários, contra a repressão e os despedimentos. Exceptuando uma ou outra reivindicação específica deste ou daquele sector ou empresa, o objectivo das lutas continua centrado nas revisões salariais e na manutenção de regalias conquistadas por centenas de milhares de trabalhadores que enfrentam diariamente o boicote patronal apoiado pelo Governo.

Reunidos em plenário, no último sábado, os trabalhadores da Real Vinícola decidiram aguardar até amanhã para que se efectue a reunião entre os seus representantes e a administração da empresa, conforme foi proposto pelo representante do Primeiro-Ministro com quem se avistaram recentemente. As formas de luta a adoptar pelos trabalhadores serão definidas num plenário a convocar oportunamente, onde serão revelados os resultados apurados na reunião com o patronato.

recorde-se que nas eleições realizadas nos sindicatos com sede no Norte, desde Janeiro até agora, atingiu os 65% o índice dos triunfos das listas unitárias, que conquistaram à direita cinco sindicatos (Hoteleiros, Pescadores da Afurada, STCP e Construção Civil de Viana do Castelo), e o Sindicato dos Marceneiros de Braga aos esquerdistas.

Continua o movimento de solidariedade à Reforma Agrária com a recente aprovação de moções de repúdio em sete empresas conserveiras de

Manifestações no Norte no dia 1 de Dezembro

Os secretariados das Uniões de Sindicatos dos Distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e a Comissão instaladora da união de sindicatos de Bragança anunciaram, em conferência de Imprensa efectuada no Porto, a convocação de manifestações populares nos cinco distritos do Norte.

Entre os objectivos da jornada de luta figura a luta contra o aumento do custo de vida, pela saída e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, contra a repressão patronal e os despedimentos, a solidariedade com a Reforma Agrária e a defesa da Constituição e da independência nacional.

Os Sindicatos representados na empresa devolvida ao sabotador Silva Reis e o plenário dos trabalhadores tornaram público um documento no qual, a dado passo, citam um telex enviado pelo gabinete de Nobre da Costa aos dirigentes sindicais prometendo que, após a desintervenção, não haveria despedimentos. "Qual é o papel do sr. Primeiro-Ministro no meio disto tudo? O conteúdo do telex foi para enganar os sindicatos e os trabalhadores?"

É justamente no momento em que se intensifica a ofensiva do patronato e do Governo demitido contra as conquistas dos trabalhadores que os "amarelos" tentam desesperadamente dividir e desorganizar o movimento sindical. Serão isolados e derrotados porque os trabalhadores querem a unidade.

Para se avaliar o isolamento dos divisionistas e dos que tentam sabotar a luta dos trabalhadores contra a ofensiva dos que foram apeados com o 25 de Abril, Matosinhos e o envio de numerosas tomadas de posições de jovens, organizações populares e de trabalhadores aos órgãos de poder reclamando a cessação da criminosa ofensiva repressiva do MAP contra os trabalhadores dos campos do Alentejo.

Para exprimir o seu repúdio face ao agravamento do custo de vida, ao açambarcamento de géneros e à ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária, cerca de quatro mil pessoas concentraram-se, no sábado à tarde, na praça da Corujeira, ao apelo da CUM, apoiada por comissões e associações de moradores, por comissões sindicais e de trabalhadores e pela Junta de freguesia de Campanhã.

"O Alentejo que dá pão não merece repressão" e "O custo de vida aumenta, o povo não aguenta", foram duas das palavras de ordem mais gritadas pelos manifestantes que fizeram um desfile através de várias ruas da zona para depois regressarem à Praça da Corujeira.

Semana

8
Quarta-feira

1797 — Bocage é remetido da prisão do Limoeiro para os cárceres da Inquisição.

Milhares de trabalhadores manifestam-se na Marinha Grande, junto às instalações da fábrica Manuel Pereira Roldão em solidariedade aos cerca de 700 trabalhadores desta empresa que lutam contra a sua devolução ao capital privado. ■ Denunciando a política de compadrio e uma actuação ditatorial por parte do presidente da Câmara de Vila Nova de Ourém, eleito pelo CDS, demite-se o vereador socialista, Eduardo Custódio Graça. ■ Em Ponta Delgada é desactivada a tempo uma bomba de média potência encontrada nas instalações da firma J. Moura de que um dos sócios é o director do jornal «Açores», Gustavo Moura, cuja residência foi recentemente alvo de um atentado à bomba.

9
Quinta-feira

1975 — CDS, PPD e PS promovem, no Terreiro do Paço, uma manifestação de apoio ao VI Governo Provisório.

Numa operação conjunta com a GNR, a Polícia Judiciária desenvolve grande actividade contra os ladrões de gado, nomeadamente no sul do país. Há muito que os trabalhadores das UCPs e cooperativas agrícolas vinham a denunciar a existência de bandos organizados que se entregavam ao roubo de gado e à destruição de maquinaria. ■ O Governo Regional da Madeira, sob a presidência de João Jardim, anula um despacho do secretário de Estado da Administração Escolar publicado a 19 de Agosto no «Diário da República». Esta decisão é considerada sem precedentes e reveladora da «democracia» que se vive na Madeira. ■ Num acto eleitoral considerado o mais concorrido, vence as eleições para a Ordem dos Advogados de Aveiro uma lista democrática. ■ O «Diário da República» publica a portaria do Ministério das Finanças que autoriza os portugueses que se deslocam ao estrangeiro a levarem a quantia de 20 mil escudos em vez dos 7 mil anteriormente autorizados. ■ Os trabalhadores das empresas nacionalizdas do sector das pescas manifestam-se contra a política govenamental de sabotagem e de protecção à corrupção, que está nas origens da crise que se verifica no sector.

10
Sexta-feira

1923 — Realiza-se o I Congresso do PCP

Ao fim de cinco escrutínios, Portugal é eleito para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por 95 votos. Malta, o concorrente mais directo, consegue apenas 45 votos. ■ Na estação de caminhos-de-ferro do Rossio, agentes da PSP dificultam activistas sindicais de distribuirem propaganda da manifestação convocada pela CGTP. ■ Um comunicado do Secretariado das UCPs e cooperativas Agrícolas do distrito de Évora refere que os trabalhadores atingidos pela repressão irão promover acções judiciais contra os responsáveis pelas arbitrariedades, ilegalidades, violências e espancamentos colectivos. ■ No julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado, o advogado do réu revel Barbieri Cardoso, Moura Coutinho, solicita o indeferimento do pedido de extradição dos réus ausentes apresentado pela acusação. ■ Os deputados socialistas António Campos, ex-secretário de Estado da Estruturação Agrária e Manuel Costa, ex-governador civil de Évora, defendem em Algés, durante um debate sobre a Reforma Agrária promovido pela secção local do PS, que se torna necessário alterar a Lei Barreto e consideraram, a propósito da repressão no Alentejo, que «a situação em Portugal começa a ser violentamente antidemocrática».

11
Sábado

1961 — Durante uma manifestação da oposição democrática é assassinado pelas forças repressivas do fascismo o operário corticeiro, Cândido Martins Capilé.

Lisboa é palco de uma grande manifestação de trabalhadores que se pronunciam contra a política governamental, o aumento do custo de vida e a tentativa de destruição da Reforma Agrária. Convocada pelas Uniões Sindicais de Lisboa e Setúbal, a manifestação reúne centenas de milhar de pessoas e é considerada uma das maiores que se realizou. ■ Freitas do Amaral participa num comício em Évora integrado na campanha para as eleições para a autarquia local. Declara: «É preciso conseguir formar na Câmara de Évora uma maioria contrária ao PCP. Isso até agora não aconteceu, embora os comunistas tivessem apenas três elementos num conjunto de sete. O que faltava para que se formasse essa maioria era a presença do CDS».

12
Domingo

1460 — Morre, em Sagres, o Infante D. Henrique.

Em Évora, durante um comício para as eleições autárquicas, Menéres Pimentel, do PPD, afirma: «Muito da liberdade em Portugal joga-se no próximo fim-de-semana em Évora». Mas não ficaria por aqui. E declarou: «É necessário que o PCP sofra, no próximo domingo, o primeiro golpe numa das suas últimas coutadas que é o Alentejo». ■ Quando se desloca à secção do PPD em Bonfim, Sá Carneiro é contestado e apupado por diversas pessoas que ali se encontram. Os elementos da segurança pessoal de Sá Carneiro «dominaram a situação», como refere um matutino lisboeta. Um dos feridos teve de ser tratado no Hospital de Santo António no Porto. ■ Em Braga é inaugurado o novo Centro de Trabalho do PCP. Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP recorda os resultados eleitorais que no distrito denunciam uma profunda descida dos partidos da direita e mesmo o PS e uma constante e crescente pujança do PCP.

13
Segunda-feira

1895 — Morre o escritor e político Pinheiro Chagas.

O primeiro-ministro indigitado, Mota Pinto, recebe as delegações do PS, PPD e CDS. O dirigente do CDS, Rui Pena, manifesta o regozijo do seu partido pelo facto de no futuro governo não fazerem parte «indivíduos conotados com o PCP ou situados à esquerda do PS». António Guterres do PS adia a posição definitiva do seu partido para a Assembleia da República, durante a discussão do Programa do Governo. Menéres Pimentel, do PPD, volta a insistir na necessidade de eleições antecipadas. ■ No regresso da sua viagem ao Canadá e a França, Mário Soares critica a demora na formação do IV Governo, sublinhando que «nas quase três semanas em que esteve ausente do país, se passou muito pouco». ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, parte para Estrasburgo a fim de participar na sessão de abertura do Parlamento Europeu. No discurso que profere defende a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. ■ Durante uma mesa-redonda na Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, descobre que o país ficará «numa situação difícil» se continuar a verificar-se uma «falta de decisão» da China quanto ao estabelecimento de relações diplomáticas.

14
Terça-feira

1976 — Termina o VIII Congresso do PCP.

O Presidente da República, gereral Ramalho Eanes, inicia a visita oficial à Inglaterra. ■ Um projecto de lei contendo alterações à Lei de Bases da Reforma Agrária (vulto lei Barreto) é apresentado na Assembleia da República. ■ Depois de receber as delegações do PCP e da UDP, o Primeiro-Ministro indigitado, Mota Pinto, nas declarações prestadas à Informação afirma: «O IV Governo pretende preservar e fortalecer a democracia através da concretização de objectivos que não podem ser abandonados às mãos dos não democratas. ■ Carlos Brito que, juntamente com Domingos Abrantes, integrou a delegação do PCP recebida por Mota Pinto, diria à saída do Forte do Areeiro que com IV Governo «os grandes problemas nacionais — degradação das condições de vida da população laboriosa, desemprego, falências e endividamento externo — não serão resolvidos, antes se agravarão».

Os Comunistas na Assembleia da República

A Assembleia pronunciou-se pela eliminação do analfabetismo

Os estudantes que na passada quinta-feira abandonaram ruidosamente as galerias, frustrada que foi a esperança de verem aprovado um diploma que definisse a grave situação que afecta as Faculdades de Letras do país, não voltaram, na última terça-feira, a assistir aos trabalhos parlamentares, já que se encontrava ainda adiada, por requerimento do PS, a votação do projecto do PCP, que desceu à comissão do ensino.

A deputada Zita Seabra declarou no momento que o PCP votava a favor da reconsideração da redacção porque o essencial é a resolução dos graves problemas dos 20 mil estudantes e de milhares de professores e uma vez que há o entendimento manifestado pelos grupos parlamentares.

Apesar de tudo, não foram sem interesse estes dois dias na Assembleia, que registaram importantes declarações políticas e intervenções, destacando-se a que proferiu o camarada Veiga de Oliveira criticando o Governo demitido por não produzir legislação em benefício das Cooperativas de Habitação Económica.

Por outro lado, o deputado socialista Avelino Zenha, em intervenção aceite com desagrado pelos grupos parlamentares da direita, insurgiu-se contra a desintervenção, por parte do Estado, operada pelo Governo demitido de Nobre da Costa, da «Transformadora de Papéis Vouga», em termos que mereceram o aplauso da bancada comunista, o que levou Sérvulo Correia, do PPD, a perguntar: «É essa agora a posição do PS, a alinhar com o PCP!»

Severiano Falcão quis, entretanto, sublinhar que os comunistas ao aplaudirem a intervenção do PS, formulam votos para que estas atitudes tenham continuidade...

O mesmo deputado do PCP, em intervenção proferida na terça-feira passada protestou contra a forma como a RTP 1 comentou a manifestação unitária realizada no sábado:

O comentário desmobilizador e venenoso da RTP — disse — **é bem o símbolo da hipocrisia e duplicidade por que se rege a política de informação da RTP. Com efeito, na mesma emissão passaram as imagens do «Encontro de Trabalhadores social-democratas» sem qualquer comentário!**

Na ordem do dia de anteontem veio a ser aprovado por unanimidade o texto final da Comissão sobre o Projecto 91/I — «Eliminação do Analfabetismo», apresentado pelo PCP.

O Partido Comunista Português congratula-se vivamente por este facto — afirmou Zita Seabra na declaração de voto — **não tanto por ter sido uma iniciativa do seu Grupo Parlamentar que esteve na origem desta lei, mas porque se dá assim um passo decisivo no cumprimento dos preceitos constitucionais que impõem a eliminação do analfabetismo e que garantem como direito fundamental o acesso de todos os cidadãos ao ensino e à cultura.**

A aprovação desta lei vai ao encontro de uma das mais vivas e mais profundas aspirações do povo português e muito em particular dos trabalhadores das fábricas e dos campos.

Se o analfabetismo é um factor e um reflexo de atraso e opressão social, a alfabetização é uma das condições indispensáveis à consolidação da democracia no nosso País; a alfabetização é parte integrante da luta dos trabalhadores contra a exploração, o obscurantismo, a miséria.

Esta lei — sublinhou a camarada — **contém três traços fundamentais que gostaríamos de salientar: «O respeito pela descentralização administrativa, conjugando a iniciativa do Estado com a acção da administração local; a prespectiva da mobilização, apoio e coordenação das mais diversas iniciativas designadamente e das organizações populares de base; o princípio da planificação da actividade do Estado, de modo a assegurar-se a realização sistemática e progressiva da eliminação do analfabetismo.**

Pouco antes fora aprovada a ratificação do decreto que extingue a Fundação Salazar, com os votos conjuntos do PCP, do PS e do PPD. Apenas o CDS votou contra, considerando o decreto um acto arbitrário do qual não foram solidários os membros do CDS no II Governo...

O CDS, cujo isolamento na Assembleia tem vindo a ser notório, tem apresentado nos últimos dias as suas bancadas com um máximo de 15 deputados. Estará a fazer-se ao número, mais concordante com a sua representatividade social e política, que obterá no próximo escrutínio?

Despesas, crê-se que no valor de centenas de contos, e um atentado ao património nacional, é o que se está a levar a cabo no denominado Salão da República, de onde o busto desaparecerá uns dias para que os representantes da NATO possam beber o seu café tranquilos. Vários deputados protestaram contra o facto. O certo é que ninguém estava ao corrente de quem foi que autorizou tais obras. E o próprio Presidente da Assembleia se confessou surprendido...

O sal gema e o sal marinho, aliás o cloreto de sódio, quer dizer o sal das cozinhas, foi o tema de uma intervenção do deputado Christo, do CDS, que protestou contra o nada que se tem feito para se proteger e desenvolver as actividades salícolas nacionais. Fernando Roriz, do PPD, por seu lado, pergunta se algo se fez para viabilizar a indústria têxtil. Estas declarações inflamadas levaram o deputado comunista Sousa Marques a comentar: "Não há dúvida que o PPD e o CDS estão em campanha eleitoral, para ganhar os votos daqueles que, porventura, estejam ainda de olhos fechados a olhar para eles...

Intervenções

«Quem ganha com as manipulações do Governo são os especuladores e os agiotas»

(...) Passados mais de dois meses sobre a publicação do Decreto-Lei 268/78, a ausência das portarias que o tornam exequível e lhe dão um sentido útil significa na prática a paralisação do movimento das Cooperativas de Habitação Económica; significa prejuízos para as Cooperativas e para as empresas e trabalhadores da Construção Civil; significa o agravamento das enormes insuficiências do já degradado parque habitacional; significa o aumento de tensões socias, económicas e políticas.

A tão decantada eficiência governativa do Governo demitido não é certamente estranha a tal impasse. Tratava-se de publicar portarias regulamentadoras e fazê-lo de acordo com o consenso já expresso nesta Assembleia da República; tratava-se tão só de publicar as portarias já preparadas pelo anterior Governo e tacitamente aprovadas pela maioria esmagadora dos senhores deputados. Era sem dúvida da competência de um Governo demitido.

Que razões então para tão ineficiente como desastrosa actuação do Governo Nobre da Costa?

(...) Os números mostram também que, apesar de desapoiado do Poder, apesar das dificuldades ou mesmo impossibilidades de conseguir terrenos, apesar dos prazos e custos da realização de infra-estruturas, apesar das dificuldades de financiamentos e de tantas contrariedades e obstáculos de natureza burocrática, o cooperativismo para a habitação económica revela potencialidades de insuficiência que não temem comparações.

E que fez o eficiente e demitido Governo Nobre da Costa? Faltou aos compromissos do Governo anterior, que eram e são exigíveis, e decidiu vibrar novos golpes no movimento das cooperativas de habitação económica, e à economia nacional, causando prejuízos sem conta aos cooperantes, atirando mais umas centenas de trabalhadores da construção civil para o desemprego, liquidando pela falência mais algumas empresas e colocando novos obstáculos à resolução de um dos mais graves problemas dos portugueses — o problema da habitação.

Por acréscimo e para demonstrar a sua incapacidade e a sua insensibilidade o ministro competente recusa receber representantes do movimento cooperativo.

Poderá ainda perguntar-se se haverá quem ganhe com as manipulações de tal Governo. E sem qualquer dúvida todos responderão: ganham os especuladores, ganham os agiotas. **(Veiga de Oliveira, em 9/11/78).**

Comentários e objectividade

(...) Um desqualificado comentarista glosou longamente, perante milhões de telespectadores, o tema da «ineficácia das manifestações de massas» e da facilidade com que seria «ateável no país o fogo da agitação social», com o que pretendeu ostensivamente, não só desvalorizar e achincalhar uma manifestação, em que várias centenas de milhar de portugueses expressaram de forma pacífica, legítima e democrática as suas posições sobre os graves problemas nacionais, como ainda responsabilizar o PCP e forças sindicais pela grave situação nacional.

O comentário é revelador dos já conhecidos métodos do especialista de provocação anticomunista que o produziu, mas dá imagem também de toda uma concepção de informação, de que a RTP não detém, infelizmente, o monopólio.

O leitor que ontem abrisse o «Diário de Notícias» seria brindado com uma larga imagem de primeira página das concorrentes a Miss Mundo-1978. Mas só na nona página lobrigaria a notícia de que (cito o título) uma «Manifestação Protestou em Lisboa Contra o Aumento do Custo de Vida», para logo se deparar com uma mancha de texto e área superior onde circunstanciadamente e sob o título «Trabalhadores do PSD repudiam manifestação da Intersindical», se relatam as conclusões do I Encontro da área de Lisboa de algumas dezenas de trabalhadores do PSD. Eis um acabado exemplo de objectividade.

A RTP não está só. Mas o sentido geral da informação que nela vem sendo praticada não pode deixar de nos merecer reparos especiais. Como qualificar de informação o priviligiar sistemático de partidos e figuras de direita (mesmo os desprovidos de qualquer representatividade), o dar espaço à manipulação e calúnia anticomunista, o estímulo ao divisionismo no Movimento Sindical e noutros movimentos unitários?! Que informação é essa que faz campanha pré-eleitoral a favor de figuras sem qualquer representatividade política e partidária no plano nacional?! Que alinha ostensivamente nas campanhas contra «os partidos» e discrimina de forma aberta partidos com assento nesta Assembleia (não respeitando o mais elementar pluralismo na forma de tratamento das respectivas iniciativas)?! **(Severiano Falcão, em 14/11/78).**

A hipocrisia do Governo

(...) Após a intervenção do Estado e sob a gestão dos trabalhadores, a «Manuel Pereira Roldão», que até então caminhava apressadamente para a ruína, entrou num período de franca recuperação e, posteriormente, numa situação de estabilidade que há muito não conhecia. Verificou-se um aumento substancial do volume de vendas, os salários dos trabalhadores e todos os subsídios a que tinham direito passaram a ser recebidos pontualmente, os descontos para a Previdência passaram a ser pagos regularmente, os compromissos com os fornecedores passaram a ser plenamente cumpridos e foram feitos investimentos em fornos, máquinas e viaturas no valor de cerca de 9000 contos.

Entretanto os trabalhadores, conscientes de que a situação de intervenção estatal não se poderia manter, solicitaram insistentemente ao Governo para que fosse definida a situação da emprensa, defendendo a sua transformação em Empresa Nacionalizada ou de economia mista, com participação do Estado e dos trabalhadores. A esta sugestão dos trabalhadores, O Governo sempre respondeu com evasivas, não manifestando uma posição definida sobre o futuro da empresa, limitando-se a nomear um gestor.

Em Março deste ano os trabalhadores tomam conhecimento de que os ex-patrões tinham vendido a empresa que tinham abandonado, e voltam a contactar o Governo no sentido de saber qual o futuro da empresa. Posteriormente, já durante o exercício do Governo demitido Nobre da Costa, surge a proposta governamental (a que os trabalhadores não se opuseram) de cessação da intervenção do Estado e criação de uma empresa mista com capital do Estado e capital privado, detendo o Estado a maioria do capital.

No dia 31 de Outubro a Comissão de Trabalhadores é convocada ao MIT para ser informada de que a desintervenção estaria iminente uma vez que os chamados pelo Ministério de «legítimos proprietários» estavam a reivindicar a empresa. Informado pela Comissão de Trabalhadores que os trabalhadores não aceitariam tal solução de entrega total da empresa aos patrões (que a haviam sabotado) ou a quem em seu nome agisse, e que contrariava as próprias promessas e sugestões do Governo, os responsáveis do MIT prometeram ir repensar o problema, sugerindo mesmo aos trabalhadores que encarassém a hipótese de a empresa se transformar em cooperativa.

Tais propostas e tais sugestões eram, no entanto, hipócritas e destinavam-se a iludir e a confundir os tabalhadores. A decisão já estava tomada e dois dias depois, um dos quais um feriado, O Governo demitido de Nobre da Costa, ultrapassando todas as promessas feitas, ultrapassando mais uma vez a sua competência, decide desintervencionar a empresa e entregá-la aos patrões sabotadores.

(...) O Grupo Parlamentar do PCP reafirma a sua completa oposição a esta política de desintervenção e a sua solidariedade para com os trabalhadores atingidos, particularmente os trabalhadores da «Manuel Pereira Roldão», e o seu apoio à luta por eles desenvolvida em defesa dos interesses da economia nacional e da democracia no quadro traçado pela Constituição da República. **(Jorge Lemos, em 14/11/78).**

Conferência na «Portugal-Checoslováquia»

A Reforma Agrária na República Socialista da Checoslováquia é o tema da conferência que se realiza hoje à noite em Lisboa na sede da Associação Portugal-Checoslováquia (Rua Artilharia Um, 105-4.º). Será orador João Carita, da Cooperativa "Unidade Trabalhadores", de Campo Maior. Durante a sessão será projectado um filme-documentário sobre a agricultura naquele país socialista.

A conferência inicia-se às 21 e 30 e a entrada é livre.

Camaradas do distrito de Castelo Branco

Para tratar de questões de interesses para o nosso Partido, pedimos aos camaradas que vivam na zona da grande Lisboa, e que sejam naturais dos concelhos do distrito de Castelo Branco, que estejam presentes numa reunião a realizar no próximo sábado, dia 18, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, Lisboa.

MEDALHA DA FESTA DO AVANTE 78

ULTIMOS EXEMPLARES À VENDA

No GABINETE DA FESTA DO AVANTE,
no CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA, Av. da Liberdade,170 e no
CENTRO DE TRABALHO da Rua Sbeiro Pereira Gomes nº 1 em Lisboa

MEDALHA DA FESTA DO AVANTE 78

Vitória no Ano Propedêutico!

O movimento dos estudantes do Ano Propedêutico obteve recentemente uma importantíssima vitória, inseparável da luta travada pelos alunos através de diversas iniciativas e acções.

Segundo um comunicado divulgado no passado dia 9 pela Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes do Propedêutico e pela Comissão Dinamizadora da Academia de Lisboa (CDEPAL), a Secretaria de Estado do Ensino Superior teria confirmado a rectificação, através de uma portaria, dos resultados registados nos exames (cerca de cinco mil aprovações e quase 15 mil "chumbos").

Assim aconteceu. Nesse mesmo dia, foi divulgada uma portaria ministerial em que são profundamente revistos os critérios de aprovação no Propedêutico. Segundo essa portaria, ficam aprovados os alunos que correspondam, no mínimo, às seguintes situações: **32 valores na soma das classificações obtidas nas quatro provas das disciplinas nucleares em que se tenham inscrito, sendo concedido aos estudantes a possibilidade de rectificar a inscrição, desde que no acto da candidatura "optem por um outro par de disciplinas nucleares"; por outro lado, é necessário que os alunos não tenham nota inferior a 4 valores em cada uma das cadeiras em que se inscreveram; também se exige que a média das disciplinas nucleares por que optaram no Ano Propedêutico, adicionada à nota conseguida nas mesmas cadeiras no curso complementar, seja igual ou superior a 10 valores.** Para efeitos de admissão ao Ensino Superior, serão, no entanto, considerados com prioridade os estudantes que já tinham sido aprovados.

Entretanto, o MEC procederá igualmente à rectificação das anomalias detectadas na correcção de todas as provas de exame, trabalho que já foi iniciado.

A portaria ministerial reconhece (finalmente!) que **é inconveniente** não permitir que cheguem ao Ensino Superior **pelo menos** o número de alunos que as escolas já apontaram (11735).

Num documento da sua Secção de Informação e Propaganda, a Comissão Central da UEC "saúda calorosamente os estudantes do Ano Propedêutico e as suas estruturas representativas por esta importante vitória", ao mesmo tempo que sublinha:

Esta decisão ministerial, traduzindo uma importante vitória do movimento estudantil, confirma de igual forma as justas apreensões e reservas que desde sempre os estudantes e as forças progressistas, nomeadamente a UEC, colocaram ao Ano Propedêutico, tal como este foi definido e executado.

Nessa medida, bem se pode dizer que esta decisão é a melhor e mais eloquente, a mais definitiva prova da total falência pedagógica do Ano Propedêutico.

E mais adiante salienta a nota da UEC:

Ao mesmo tempo que manifesta o seu regozijo por esta vitória, a UEC adverte para o facto de esta decisão apenas resolver uma parte do problema.

De pé continua o "numerus clausus" que limita a menos de 12000 o número de estudantes que poderão entrar este ano na Universidade. Mantém-se, pois, em vigor uma medida que continua a condenar ao desemprego milhares de jovens estudantes, expulsos do ensino em função de critérios bem duvidosos.

A UEC insiste na necessidade de se rectificar prontamente uma tal política e declara que empregará o melhor dos seus esforços nesse sentido.

A vida já demonstrou de forma suficientemente clara que o brutal estreitamento do acesso à Universidade contraria os interesses estudantis, do povo e do País.

Bento de Jesus Caraça evocado no Porto

As comemorações do 30.º aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça, vão culminar, no Porto, com uma manifestação cultural artística e política, que se realiza na sexta-feira, dia 24 do corrente, às 21,30 horas, no Palácio de Cristal. Nesta jornada, além de intervenções de membros da Comissão de Homenagem, participarão a Orquestra Sinfónica do Porto, a Brigada Victor Jara, Manuel Freire, Carlos Paredes e outros artistas.

Entre os promotores da homenagem ao destacado cientista e resistente antifascista figuram democratas de várias tendências designadamente Ângelo Veloso, Óscar Lopes, Armando Curto, Virgínia Moura, Ruy Luís Gomes, deputados do PCP (Lino Lima, Sá Matos e Joaquim e Felgueiras), deputados do PS (Carlos Lage, Fernando Almeida, José Pimenta) professores universitários (Falcão de Freitas e Valdemar Cardoso); médicos (Adelaide Estrada, Álvaro Teixeira Lopes, Armando Cotta, Emílio Peres, Luís Mena Matos); arquitectos (Viana de Lima e António Teixeira Lopes); jornalistas (Fátima Torres, Manuel Ramos e Rui Osório); assim como Avelino Gonçalves, Edgar Correia, Ilídio Sardoeira e Rui Polónio Sampaio.

Até ao momento, já se realizaram duas sessões integradas nesta iniciativa. No dia 9 do corrente, na ESBAP, orientada por João Freitas Branco e Lopes Graça, com a presença de cerca de duas centenas de pessoas; ontem, no mesmo local, houve nova sessão desia vez iniciada com uma intervenção de Mário Dionísio.

Entretanto, amanhã realiza-se, na ESBAP, pelas 21,30 horas, uma mesa redonda com a participação de Ruy Luís Gomes, José Morgado, Ilídio Sardoeira, Armando Castro e Maximiano Silva. Na «Árvore», de amanhã até à próxima sexta-feira, estarão patentes duas exposições: uma, ícno-bibliográfica, com a colaboração da «Vértice», e outra também sobre Bento de Jesus Caraça, organizada pela Comissão Nacional de Homenagem.

Gisela May em Portugal

A actriz-cantora da RDA Gisela May, considerada uma das maiores intérpretes de Bertolt Brecht, desloca-se, conforme já noticiámos, ao nosso País para uma série de apresentações.

Gisela May estará em Lisboa, no Teatro Nacional, às 21.45 do próximo Domingo e segunda-feira, no dia 21 em Évora e no dia 23 em Torres Vedras.

Entretanto, no dia 20, Gisela May participará num colóquio a realiar na Sociedade Portuguesa de Autores.

Os trabalhadores querem uma nova política

Nós lutamos pelo futuro, por uma nova política que assente nos valores constitucionais, que tome por base as conquistas da Revolução.

Estas palavras de José Ernesto Cartaxo, membro do Secretariado da CGTP-IN, proferidas no comício realizado no Terreiro do Paço, no final da grandiosa manifestação popular de sábado passado, reflectem e sintetizam o espírito que caracterizou a gigantesca acção de massas que decorreu no último fim-de-semana em Lisboa, promovida pelas Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal e pelos Secretariados das Cinturas Industriais dos dois distritos.

Respondendo em massa ao apelo das suas organizações de classe, os trabalhadores desceram à rua e manifestaram em unidade combativa o seu firme repúdio pela ofensiva desencadeada pelo Ministério da Agricultura, chefiado por Ferreira do Amaral, contra a Reforma Agrária, e pelo crescente aumento do custo de vida, reflexo da desastrosa política de recuperação capitalista e submissão ao FMI e ao imperialismo que tem sido praticada pelos governos da direita através dos processos e das acções mais escandalosas e atentatórias do regime democrático (desintervenções, indemnizações a capitalistas e agrários, etc).

Duas horas de desfile

«Os trabalhadores são a força da Nação»; «Trabalho sim, desemprego não»; «Isto não endireita com Governo de direita»; «Avante, Avante pela Reforma Agrária»; «Sindicatos paralelos, sindicatos amarelos»; «O custo de vida aumenta, o povo não aguenta» e «Trabalho dá pão, repressão não» – foram as palavras de ordem que se fizeram ouvir em uníssono no decorrer do longo desfile que ligou a rotunda do Marquês de Pombal à Praça do Comércio durante mais de duas horas, vividas num ambiente de grande vibração, entusiasmo e confiança no futuro.

Unidade na acção e na luta

Apontada como uma das maiores acções de massas até hoje realizadas em Portugal – talvez mesmo a maior, segundo alguns – a manifestação convocada pelo movimento sindical unitário de Lisboa e Setúbal mobilizou centenas de milhares de pessoas, operários, trabalhadores de serviços, empregados de diferentes ramos e sectores, desempregados, trabalhadores-estudantes, donas de casa, reformados, estudantes do Ensino Secundário, Médio e Superior, homens, mulheres e jovens unidos na acção e na luta em defesa da Reforma Agrária, contra o aumento do custo de vida e a ofensiva das forças do passado.

Presentes no desfile – aplaudido entusiasticamente por milhares de pessoas que se aglomeravam nos passeios, desde o Marquês de Pombal até ao Terreiro do Paço – todas as grandes empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal (Pão de Açúcar, TAP, Carris, Metro, Sorefame, Cometna, Rodoviária Nacional, Lisnave, Setenave, Parry Son, etc.), além de numerosas comissões de trabalhadores e moradores, sindicatos (Gráficos, Construção Civil, Metalúrgicos, Hotelaria, Telefonistas, Serviço Doméstico, Ferroviários, Rodoviários, Indústrias do Tabaco e Bebidas, Ajudantes de Despachante, Função Pública, Professores, Técnicos de Desenho, Empregados do Comércio, etc), organizações de reformados, representações de vários hospitais civis dos dois distritos, trabalhadores dos Serviços Médico-Sociais, delegações de associações de estudantes, comissões de juventude de organizações sindicais e de empresas, etc.

Particularmente saudados pelas pessoas que se encontravam nos passeios foram os operários agrícolas de cooperativas e UCP's de Setúbal, Ribatejo e Alentejo que se incorporaram no desfile – em especial a representação da UCP «1.º de Maio»; os pescadores, agrupados no Sindicato de Setúbal e noutras estruturas representativas; e outros trabalhadores que neste momento travam lutas difíceis e decisivas para a manutenção dos seus postos de trabalho e para a viabilidade económica das suas empresas: o caso da Metalúrgica Duarte Ferreira, Mundet, Standard Eléctrica-ITT, entre outras.

Os trabalhadores da actividade artística, dos órgãos de Comunicação Social, da Panificação, dos Serviços Médico-Sociais (que paralisam hoje por justas reivindicações), as numerosas organizações de mulheres e ainda a delegação dos sobreviventes do campo do Tarrafal, foram também calorosamente ovacionados no decurso da manifestação, na qual não faltaram coloridos cartazes, dísticos e bandeiras de numerosas organizações de trabalhadores, além de uma banda de música.

Uma grande jornada contra o divisionismo

Além de ter constituído uma vibrante afirmação de unidade e luta em defesa da Reforma Agrária e contra a carestia da vida, a manifestação realizada em Lisboa constituiu ainda uma poderosa jornada do movimento sindical unitário contra o divisionismo e as provocações das organizações fantoches e dos que (inutilmente!) continuam a manobrar nos bastidores para dividir as classes trabalhadoras em Portugal. Por isso, os milhares de manifestantes gritaram bem alto para os senhores que agora andam por aí metidos em gabinetes e em estreitas salas de reuniões a fabricar «sindicatos paralelos» (e «democráticos»...), «confederações», etc, com o apoio nítido do patronato e do imperialismo: **CGTP-Unidade Sindical, Sindicatos paralelos, sindicatos amarelos e Unidos lutaremos, unidos venceremos.**

E a unidade combativa foi, de facto, o sentimento comum que se viveu desde o Marquês de Pombal à Praça do Comércio, passando pela Avenida da Liberdade, Restauradores, Rossio e Rua do Ouro, sentimento que o «Avante!» teve oportunidade de registar em breves entrevistas com pessoas anónimas que se integravam no desfile ou que a ele assistiam nos passeios.

«Um avanço na luta»

António Sousa 45 anos, trabalhador da Construção Civil em Setúbal desde os 18:

«Olhe amigo, estou impressionado! Não sei exprimir em palavras aquilo que sinto, mas uma coisa é certa: vê-se que a classe trabalhadora está unida e creio que com esta grande manifestação estamos a dar um avanço à luta pela defesa da Reforma Agrária e dos que trabalham a terra, que neste momento são alvo dos latifundiários e da política deste Governo».

Mariana Gonçalves, 46 anos, doméstica residente em Lisboa:

«É na verdade uma grande manifestação. Mesmo assim, há muita gente que também podia ter vindo, mas que por receio ou não sei o quê fica em casa. A essas pessoas é preciso continuar a explicar que isto só avança se todos participarmos nas lutas. O aumento do custo de vida só poderá ser combatido se, em acções como esta, todas as pessoas atingidas, e aqui sublinho o papel das donas de casa, ou independentemente das suas ideias políticas, partidárias ou religiosas, vierem para a rua para se manifestarem em unidade».

Marília Lopes, 21 anos, estudante universitária de Lisboa:

«Penso que, entre outros aspectos, esta grande manifestação testemunha uma enorme solidariedade e apoio das massas populares de Lisboa e Setúbal aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas que no Sul do país estão a ser alvo de uma brutal ofensiva. Esta manifestação é, na verdade, uma grande resposta de repúdio pela violência e pela actuação antidemocrática dos políticos que estão à frente do Governo ainda por cima já demitido. A direita e os políticos que recebem as palmas dos regimes burgueses da Europa falam constantemente em «harmonia», «paz social», etc. No entanto, a «paz social» que eles preconizam está bem patente no Alentejo: é «a paz social» da violência, da GNR a espancar trabalhadores (muitas vezes mulheres e velhos), a «paz social» de terra que dá pão a ser pisada pelos blindados e pelos soldados da GNR de armas em punho».

Luís Marques, 29 anos, professor do Ensino Secundário de Setúbal:

«Esta impressionante manifestação é uma expressão dinâmica e organizada da luta contra a política de agressão, injustiça e violência praticada pelo MAP no Alentejo. Creio ainda que esta jornada – a exemplo de outras já realizadas em vários pontos do país – é também uma exigência firme e justa no que toca à adopção de medidas urgentes que travem a subida do custo de vida e o crescente agravamento das condições de vida das populações, uma exigência firme de justiça e democracia!»

Na Praça do Comércio

Ainda metade da manifestação se encontrava em movimento, quando no Terreiro do Paço se iniciava o comício em que usaram da palavra Graciete Caldeira, em representação das Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal; José Picado, pelos Secretariados das Cinturas Industriais dos dois distritos; José Luís, representando as UCPs e Cooperativas Agrícolas da zona de intervenção sa Reforma Agrária; e ainda José Cartaxo, do secretariado da CGTP-IN, que a dada altura afirmaria:

De dia para dia alarga-se e reforça-se a corrente de todos os que compreendem a justeza, a correcção e a necessidade de considerar as inúmeras propostas e medidas que os trabalhadores vêm apresentando.

Frequentemente interrompido por fortes aplausos e palavras de ordem, aquele conhecido sindicalista diria mais adiante:

Sempre demonstrámos a nossa vontade em contribuir de uma forma activa e responsável para a resolução dos problemas do país. Mas nós nunca confundimos os interesses do país com a reconstituição do poder dos monopólios, com a volta dos agrários e sabotadores, com os lucros escandalosos dos intermediários parasitas e com a perda da independência nacional!

Centenas de milhares de vozes numa luta de todos os trabalhadores

Uma grande presença: a das mulheres trabalhadoras

Créditos para trabalhar, créditos para produzir

A unidade, a Reforma Agrária, o repúdio pelo divisionismo

A luta antifascista entre as lutas de hoje

O custo de vida e os salários, uma preocupação essencial

A actualidade do leninismo sublinhada por Óscar Lopes e Armando Castro no Porto

O segundo volume das Obras Escolhidas de Lenine, editado conjuntamente pelas editoriais "Progresso" e "Avante", foi lançado durante uma sessão pública realizada na Cooperativa "Árvore", no Porto, na passada sexta-feira à noite. Cerca de duas centenas de pessoas seguiram atentamente um colóquio orientado pelos camaradas Óscar Lopes, membro do Comité Central do nosso Partido, e Armando Castro que sublinharam a importância desta obra e a sua actualidade para a compreensão do processo em curso no nosso país.

Em representação do Embaixador da União Soviética em Portugal, deslocou-se ao Porto o Conselheiro para os Assuntos Culturais, camarada Stefan Mamontov, que proferiu no início da sessão breves palavras, começando por saudar, em nome do camarada Arnold Kalinin, todos os que participaram na elaboração do segundo volume das obras escolhidas de Lenine.

Após ter sublinhado o significado do presente lançamento coincidir com as comemorações do 61.º aniversário da Grande Revolução e Outubro, o Conselheiro para os Assuntos Culturais da embaixada soviética declarou:

É com grande alegria que vemos aqui este belo volume das obras do nosso Vladimir Ilitch Lenine, editado na imortal língua de Camões. Este livro vai ter uma grande difusão não só aqui em Portugal, como em muitos países africanos de expressão portuguesa, o que é também muito significativo e, num certo sentido, é um acontecimento histórico.

Teoria e prática

O camarada Óscar Lopes fez, de seguida, uma intervenção sublinhando a importância deste segundo volume para a compreensão do período de 18 meses no decurso do qual foi mudada a face da Humanidade (**alguém já imaginou o que seria a actual situação se não tivesse sido vitoriosa a Grande Revolução Socialista de Outubro**)? – perguntou a dada altura – assim como para o entendimento de muitos problemas com que se defronta o povo português.

Este tomo, que contém mais textos do que o correspondente das Obras Escolhidas de Lenine, editadas em francês e em espanhol, inclui escritos compreendidos entre a Revolução de Fevereiro de 1917 e Novembro de 1918. Como salientou o camarada Óscar Lopes, este livro foi decisivo para a História mundial e pode dividir-se em três fases: de Fevereiro até 19 de Julho de 1917; desta data, em que foi violentamente reprimida a manifestação realizada, em Petrogrado (hoje Leninegrado), por operários e soldados até ao triunfo da Revolução Socialista; de 7 de Novembro até Novembro de 1918.

Estes textos, recordou Óscar Lopes, **escritos há 60 ou 61 anos, e tão intimamente ligados à maior viragem que a história social até hoje regista, porque assinalam o início da estruturação de uma nova sociedade sem classes, estão cheios de ensinamentos ainda hoje válidos. Um desses, que várias vezes se repete ao longo da obra, é o da necessária ligação da teoria à prática. É a conjugação entre uma grande nitidez de princípios e o reconhecimento realista das situações empíricas que tornam imprevisível as formas de aplicação concreta em muitos domínios.**

Participação e poder das massas

Um outro ensinamento, acrescentou, **é o de que a construção, desenvolvimento e independência económica de um povo oprimido só se pode basear na enorme capacidade de produção, de organização e controlo dos operários e camponeses. Nas tremendas condições em que se processou a I Revolução Socialista vitoriosa, foi a entrega da terra aos que a trabalhavam, foi o controlo operário, a ampla participação das massas, através dos sovietes, que permitiram à sobrevivência da Revolução às fomes de 1918, e de 1922 e às intervenções imperialistas.**

Este ensinamento tem a maior actualidade em Portugal, sublinhou Óscar Lopes. **Fala-se hoje, muitas vezes, em Estado de Direito e na necessidade de fazer cumprir as leis desse tal Estado de Direito revestidas de autoridade democrática. Nós sabemos que não é hoje a legalidade democrática que está a tentar destruir a Reforma Agrária, a desintervencionar as empresas sabotadas pelos patrões, a impor aos trabalhadores o custo de uma nova acumulação selvática do capital, a favor do imperialismo internacional e dos seus cúmplices portugueses.**

Mas, prosseguiu Óscar Lopes, **se se quiser dar algum sentido a esta capciosa noção de Estado de Direito, responderemos que, em consonância com a nossa Constituição, só pode ser Estado de Direito aquele que se encaminhe no sentido da construção do socialismo, isto é, que tenda à extinção da exploação do homem pelo homem, à extinção das classes exploradoras, necessariamente apoiado nas organizações dos trabalhadores, promovendo a sua participação desde o controlo de empresa e das UCP's e cooperativas, até ao controlo dos preços e de toda a legislação do trabalho, como manda a Constituição.**

Os camaradas Óscar Lopes e Armando Castro orientaram, no Porto, a sessão pública de lançamento do segundo volume das Obras Escolhidas de Lénine, a que assistiram cerca de duas centenas de pessoas

Autoridade de Estado e Constituição

Também o camarada Armando Castro, que fez uma análise da actualidade económica dos escritos de Lenine incluídos neste segundo volume, abordou esta importante e actual questão analisada por Óscar Lopes. Em resposta a perguntas acerca deste tema, aquele camarada salientou que **a autoridade do Estado se afirma na defesa do Estado jurídico, no sentido de respeitar a sua própria lei, a Constituição. Se se invoca a autoridade do Estado para desrespeitar a Constituição, está-se a desautorizar o Estado, a anarquizar a vida política e jurídica nacional.**

A propósito, desejaria sublinhar que não serei eu que nego a necessidade da defesa da autoridade do Estado e da ordem democrática. Mas, é exactamente essa defesa que me leva a esta veemente denúncia dos seus atropelos e das leituras distorcidas e de pernas para o ar, que se tenta fazer da autoridade do Estado e do Estado de Direito.

Durante a sessão foram aprovadas três moções: uma, condenando a repressão fascista da ditadura de Pinochet e de apoio à Conferência de Solidariedade com o Povo do Chile, realizada em Madrid; uma segunda, saudando o MPLA e o camarada Presidente Agostinho Neto pelo 3.º aniversário da RPA e de solidariedade ao povo irmão de Angola, vítima das manobras e agressões dos racistas da África do Sul. Por último, os participantes no colóquio repudiaram a proibição da publicidade na RTP das Obras Escolhidas de Lenine, considerada como "uma tentativa de sabotagem a uma iniciativa editorial de notável projecção na vida cultural portuguesa».

Actividades do Partido

• **Reunião Geral de Militantes** – Realizou-se no passado fim-de-semana uma reunião geral de militantes, no Centro de Trabalho de Faro, em que participaram dezenas de camaradas e simpatizantes. O camarada José Rocha, do Executivo da DORAL, proferiu uma intervenção política.

• **Feira de São Martinho** – No último fim-de-semana, coincidindo com a tradicional Feira da Golegã, a organização local do Partido levou a efeito uma festa convívio no Centro de Trabalho. Houve castanha assada e água-pé e participaram centenas de pessoas. Realizou-se ainda uma exposição de livros.

• **Festa em Alpiarça** – No sábado, em Alpiarça, houve festa. Começou às 15 horas, com um Canto Livre em que participou o grupo "Jornada" de Tomar e o convívio desenrolou-se no Campo pró-Centro, onde será construído o novo Centro de Trabalho. Várias centenas de pessoas ali passaram a tarde. À noite, no Salão de Música, a camarada Maria da Piedade Morgadinho, do Comité Central, fez uma intervenção política. Depois houve fados e guitarradas, com João d'Orey, Manuel Maia e outros. A seguir o baile com o conjunto "Os Águias do Ritmo".

• **"Festa do Avante 77"** – Em Moçarria, Santarém, foi projectado o filme "Festa do Avante 77", no sábado, na Sociedade Desportiva. Um vivo diálogo seguiu-se à projecção, debatendo-se vários aspectos ligados à Festa que, todos os anos, constitui uma grande manifestação cultural e política no nosso País.

• **Figueira da Foz** – Um magusto, no passado dia 11, foi organizado pela célula dos Estaleiros Navais Mondego, reunindo mais de uma centena de pessoas no Centro de Trabalho da Figueira da Foz. No dia seguinte, em Vila Verde, realizou-se uma sessão de Canto Livre, organizada pela Comissão de Freguesia Local. Actuaram a "Brigada Vítor Jara", o "Grupo de Canções Regionais do Ateneu de Coimbra" e ainda "Os Galés" de Setúbal.

• **Festa Popular em Leiria** – Com a finalidade de angariar fundos para o seu Centro de Trabalho, a Comissão Concelhia de Leiria organizou uma Festa Popular no dia de São Martinho, no Pavilhão da Feira, daquela cidade. O programa constou de canções de Samuel e do "Grupo Vanguarda", a exibição do Rancho Folclórico de Famalicão, comes-e-bebes e um baile. O camarada Lino de Carvalho fez uma intervenção política.

Agenda

Dia 16, Quinta-feira

Abrantes, às 21 horas, projecção de filmes.

Dia 17, Sexta-feira

Lisboa, no Grupo dos Nove (Beco dos Agulheiros, a St.ª Marinha), às 21.30, sessão de esclarecimento dedicada à população de Alfama com o camarada Jaime Félix, do CC ● **Marinha Grande,** às 21 horas, sessão de esclarecimento na Sede da Ordem, com o camarada **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do PCP.

Dia 18, Sábado

Sobralinho, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Veiga de Oliveira, deputado à Assembleia da República ● **Cartaxo,** no Centro de Trabalho, às 21 horas, projecção do filme "Festa do Avante 1977" ● **Lisboa,** no Centro de Trabalho de Alcântara, às 21 horas, projeção do filme "Lénine Vivo" e colóquio com o camarada Albano Nunes, do CC, sobre a Revolução Socialista de Outubro.

Dia 19, Domingo

Lisboa, na sala da Academia de Santo Amaro, às 9.30, 1.ª Assembleia de Organização dos Trabalhadores do Comércio do Comité Local de Lisboa ● **Vale de Figueira** (Santarém), às 21 horas, projecção de um filme ● **Cova da Piedade,** convívio organizado pelo Sector de Saúde da ORL, com concentração às 10 horas na Praça de Espanha.

Dia 23, Quinta-feira

Lisboa, às 21 horas, sessão de esclarecimento promovida pelo Comité Local de Lisboa no Ginásio do Clube Atlético de Campo de Ourique (Travessa do Cabo, 3) com o camarada **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do nosso Partido.

CAMARADA FALECIDO

ANTÓNIO ALMEIDA DOS SANTOS — Corticeiro, de 56 anos de idade, natural de Almada, faleceu o camarada António Almeida dos Santos, cujo funeral se realizou no passado dia 14. Dedicado lutador antifascista, militante do Partido desde 1950, o camarada Almeida foi dirigente de muitas colectividades do concelho e era actualmente membro da Asselbleia Geral da Cooperativa Piedense. Sindicalista destacado, foi eleito pelos trabalhadores, ainda no tempo do fascismo, para presidente do Sindicato dos Corticeiros. De 1974 a 1976 foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada.

Está a suscitar grande interesse o Encontro das organizações do PCP sobre cultura física e desporto

Através de diversas reuniões de organização e encontros onde se discutem os projectos de tese, está em marcha a preparação do Encontro Nacional das organizações do Partido sobre cultura física e desporto, que decorrerá em Lisboa, em 3 e 4 de Março de 1979.

O documento que lançou esta importante iniciativa do PCP – já publicado no «Avante!» da semana passada – saíu de uma reunião da Comissão Organizadora Nacional, em que desde logo foi sublinhado o importante papel das organizações do Partido na divulgação e preparação do Encontro, o qual será **mais uma valiosa forma de intervenção na procura de soluções para os problemas do país e um importante contributo para a luta por rectificações urgentes à política nefasta que tem sido seguida,** ao mesmo tempo que constituirá **um passo fundamental para se avançar em direcção a uma nova política de cultura física e desporto de acordo com as transformações democráticas da sociedade portuguesa e com o projecto de vida e de sociedade consagrado na Constituição da República.**

A realização do Encontro está a revestir-se de grande oportunidade e a suscitar um amplo interesse em todo o país, já manifestado não só pelos militantes e simpatizantes do Partido mas também por muitos outros democratas que, de uma forma ou outra, estão ligados à actividade desportiva: praticantes e técnicos, professores, activistas de colectividades, associações, federações e outros organismos, quadros das autarquias, activistas do movimento sindical, membros de comissões de trabalhadores e moradores, etc.

Conferência de Imprensa da C. Executiva

Entretanto, na passada semana, a Comissão Executiva do Encontro promoveu no Centro Vitória, em Lisboa, uma conferência de Imprensa na qual foram divulgados aos jornalistas presentes diversos pormenores relacionados com a preparação, realização e objectivos da iniciativa. Na ocasião, o camarada Jorge Araújo, do Secretariado do Comité Central do Partido, sublinhou a necessidade urgente de levar à prática uma nova política que considere a actividade desportiva como uma efectiva prática cultural e social nos tempos livres da vida quotidiana, que as associe às actividades educativas e formativas da escola e às actividades produtivas da população laboriosa e que, pelo efectivo alargamento da sua base social, possibilite uma prática desportiva de elevada expressão qualitativa, constituindo assim um contributo importante para a formação integral da juventude.

O camarada Jorge Araújo referiu ainda que, no âmbito do Ano Internacional da Criança (1979) e a par do Encontro, estão previstas diversas iniciativas de carácter desportivo para as crianças.

Reuniões preparatórias

Integradas na preparação e dinamização da iniciativa, estão marcadas para os próximos dias várias reuniões e encontros. Assim, no dia 20, terá lugar em Santarém, a partir das 21 e 30, uma reunião da Comissão Distrital do Partido com responsáveis concelhios e de sectores.

No sábado, às 15 horas, realiza-se no Centro Vitória, em Lisboa, uma reunião do sector intelectual da DORL com camaradas da Comissão Executiva do Encontro.

Homenagem a Maria Machado obreira do «Avante!»

Data de há vinte anos a morte de Maria Machado. Camaradas que a conheceram e muitos outros, pois a todos é caro o seu exemplo de comunista, homenagearam na última sexta-feira a sua memória.

No cemitério do Lumiar onde repousa, a trasladação dos restos mortais da obreira do «Avante!» foi uma firmação de confiança no futuro, que é a melhor maneira de honrar os mortos que por ele lutaram. Sérgio Vilarigues, Francisco Miguel, Georgette Ferreira e Ruben de Carvalho, em representação de Dias Lourenço, assistiram à cerimónia, que na sua simplicidade assinalou a perenidade do Partido e a permanente disposição dos comunistas para a luta pelos objectivos por que combateu Maria Machado.

Num gavetão do cemitério do Lumiar, repousa desde a última sexta-feira numa pequena urna coberta com a bandeira do Partido aquela que confiou na vitória e que morreu com a certeza de que não lutara em vão.

É essa certeza que também nos acompanha na firmeza das lutas de hoje para defender as conquistas que há vinte anos Maria Machado, no «Avante!» e no cárcere, enfrentando e vencendo a violência da PIDE, contribuiu para tornar invencíveis.

Honrando a sua memória e a saudade militante que acompanha todos os que dedicaram a sua vida à luta contra o fascismo, aí fica para sempre no cemitério do Lumiar uma pequena lápide com estas palavras: «Maria Machado, açoriana, educadora de operários, obreira do "Avante!", vida heróica de comunista, imolada no combate».

Palavras de Sérgio Vilarigues

Durante a cerimónia, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, salientou:

«Foi precisamente no dia 4 de Outubro de 1958, que parou o coração dessa mulher simples e boa, originária dos Açores, professora para quem ensinar os que nada sabiam, quer se tratasse de crianças filhas de trabalhadores, quer de trabalhadores por exemplo, ferroviários de Campolide, era um verdadeiro sacerdócio que exercia com alegria – como uma tarefa virada para a conquista de uma vida melhor para o povo português, para a construção de um Portugal livre, independente e progressista. Pode dizer-se que Maria Machado ensinou e educou crianças gratuitamente em associações recreativas e na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal até ao seu último sopro de vida.

Mesmo depois de morta, o bando da PIDE não deixou Maria Machado em paz. O seu funeral foi perturbado por acções provocatórias dos seus agentes. Os fascistas e os senhores do capital não lhe perdoaram a sua fidelidade à causa do povo trabalhador, o seu entranhado patriotismo, a sua firmeza de princípios.

Foi, porém, a sua actividade revolucionária nas fileiras do PCP desde os anos 30, contra o fascismo e a guerra, pela liberdade e a paz, que tornou o nome de Maria Machado conhecido e amado pelas massas trabalhadoras, em Portugal e mesmo no estrangeiro.

De 1942 a 1945, nas difíceis condições de clandestinidade, Maria Machado trabalhou nas tipografias clandestinas do Partido, participando activamente na composição e impressão do órgão central do Partido, «Avante!», do boletim de organização «O Militante», e de outros materiais de propaganda e agitação escrita.

Em 1945, Maria Machado foi presa na tipografia do «Avante!», situada na Aldeia de Barqueiro, a 6 quilómetros de Alvaiázere. Não foi a PVDE (o nome que então tinha a PIDE) que localizou a tipografia. Tinha havido um grande roubo numa localidade próxima, a GNR faz buscas e batidas, acabando por ir pedir a identidade aos nossos camaradas, dizendo que voltaria momentos depois. Com a população da aldeia alertada e com suspeitas era praticamente impossível os nossos camaradas salvarem-se.

Era necessário um sacrifício que a nossa valente camarada Maria Machado não hesitou em fazer: ficou ela para cobrir a retirada dos outros dois camaradas que trabalhavam na tipografia do «Avante!» sob o pretexto de irem buscar os documentos de identidade. Aproveitando o tempo que lhe restava de liberdade, Maria Machado queimou todos os documentos e escreveu um pequeno discurso para ler ao povo da aldeia, o que não conseguiu fazer. No entanto o seu conteúdo foi comunicado ao povo de Barqueiro. Dizia: «Não somos gatunos. Somos comunistas. Isto aqui é a tipografia do jornal clandestino "Avante!", órgão do meu muito querido e grande Partido Comunista Português. Se a liberdade de imprensa não fosse uma farsa, esta tipografia não precisava de ser clandestina. se houvesse liberdade de ideias não precisávamos de ocultar os nossos nomes de patriotas honrados. O «Avante!» defende os interesses do povo trabalhador de Portugal».

Depois falava da opressão, dos crimes fascistas, terminando com um viva à Unidade Nacional e ao Partido Comunista.

Depois da casa assaltada e prsa, ao atravessar a povoação Maria Machado ia dizendo ao povo apinhado na rua: «Não somos gatunos. Somos amigos do povo e gente honrada». As mulheres de Barqueiro choravam e os homens estavam emocionados. Aos soldados da GNR também conseguiu explicar-lhes o que eram e o que faziam os comunistas e denunciar os crimes da PVDE.

Conduzida para os antros da PVDE, durante horas e horas de interrogatórios declarou sempre:

«Nego-me a fazer a mais pequena declaração à polícia, pelo meu dever de comunista, pela fidelidade que devo ao meu Partido e por respeito à minha própria pessoa humana».

Era assim a mulher a quem hoje prestamos esta singela homenagem.

Revolucionária de têmpera, de antes quebrar que torcer, simples e modesta, Maria Machado entregou todas as suas capacidades e energias, a sua vida, à causa dos trabalhadores e do povo.

O seu exemplo será um estímulo para todos aqueles que hoje estão empenhados na luta pela defesa das conquistas de Abril, da paz e do progresso.

Honra à sua memória».

Sérgio Vilarigues, Georgette Ferreira e Francisco Miguel, dirigentes do Partido, entre os muitos que com a sua presença no cemitério onde se realizou a trasladação dos restos mortais de Maria Machado recordaram a memória daquela obreira do «Avante!»

Carlos Co

Os ricos sempre a pátria

O Partido Comunista ***mente que luta e lutará*** ***a política de capitulação e*** ***e que defenderá com toda*** ***e a independência nacio*** **Carlos Costa, membro d Secretariado do CC, dur comício realizado no últim de Guimarães, com a confiante e combativa de que tornaram exígua a s outras pessoas não cons a pé firme no exterior, se instalação sonora.**

A solidariedade com a Reforma Agrária e a explicitação dos sentimentos patrióticos dos comunistas foram duas das mais importantes tónicas desta jornada que, uma vez mais, serviu para confirmar o elevado espírito de combatividade e firmeza dos nossos camaradas da cidade que foi o berço da nacionalidade. Ali, o camarada Carlos Costa que, na véspera, orientou uma importante sessão de esclarecimento, em Fafe, aproveitou a oportunidade para reiterar que **o patriotismo, o amor ao País e ao Povo, a defesa intransigente dos interesses nacionais são valores importantes para os democratas e, em particular, para os comunistas.**

Antes de ser constituída a mesa que presidiu ao comício, atrás da qual se encontrava um grande painel onde se lia: **com o PCP para defender as conquistas dos trabalhadores, contra a política de direita,** já se tornava clara a exiguidade da sala, manifestamente pequena para albergar as centenas de pessoas que se deslocaram à Escola Técnica. Sublinhando os passos mais significativos das intervenções proferidas pelos camaradas António Macedo, membro do Comité Local de Guimarães, Adão Martins, membro da Comissão Concelhia, e de Carlos Costa, as muitas centenas de pessoas aplaudiam entusiasticamente e gritavam em uníssono: «não ao imperialismo», «*abaixo* a reacção», «avante, avante», pela Reforma Agrária», «unidade, unidade», «a vitória é difícil, mas é *nossa*», «a luta continua», «*PCP!*» e «assim se vê a força do *PC!*»

Sobe cada vez mais a dívida externa

Na sua intervenção, o membro da Direcção do

Avança do Enc sobre a

Tal como o «Avante!» já divulg dos Estudantes Comunistas (UEC próximo, em Coimbra, um Encon do Ensino Superior, cujo debate o País através de diversas reuniõ ambiente de viva participação e d

Objectivos

Entre os objectivos centrais da iniciativa, destaca-se o **aprofundamento do estudo da situação existente no Ensino Superior,** designadamente a sua estrutura e finalidades, a análise concreta das medidas ministeriais já apontadas, a **definição das linhas gerais para uma reestruturação que sirva os interesses estudantis e do País,** a reunião **de propostas sectoriais de reestruturação democrática com o grau de profundidade que a amplitude do debate prévio vier a determinar** e ainda a dinamização, precisão e definição rigorosa do **papel do movimento associativo** e dos **órgãos de gestão democrática**

O anive

Por ocasião do aniversário natalício do camarada Álvaro Cunhal foram recebidas numerosas mensagens de felicitações e saudações de Portugal e do estrangeiro.

O apoio e solidariedade ao PCP são expressos de forma calorosa.

O **Comité Central do PCUS** «reafirma os sentimentos duma amizade indestrutível e a solidariedade de combate de todos os comunistas soviéticos, dos povos do País dos Sovietes para com o PCP. (...) Coeso na organização e nas ideias, o partido dos comunistas portugueses, criação do povo trabalhador, ao qual está ligado por laços de

...os em Guimarães: ...os poderosos ...enderam ...a retalho

...ta ...guês afirma solene- ...rá ...ansigentemente contra ...o e ...issão ao imperialismo ...da ...as forças a soberania ...ional salientou o camarada ... da Comissão Política e do ... durante sua intervenção no ... mais ...sado, na Escola Técnica ... a participação entusiástica, ... de largas centenas de pessoas ... sala. Sublinhe-se que muitas ... conseguiram entrar, aguentando ... seguiram as intervenções pela

...m ...rtido analisou a situação ...i a ...nómico-financeira e social, ...ti- ...nunciou a política de ...os ...missão ao imperialismo, ...as ...contestação do regime ...ta ...mocrático por parte das ...is, ...ças reaccionárias; as novas ...ar ...vergonhosas tentativas de ...ti- ...isão dos trabalhadores; ...os ...crescente luta dos traba- ...foi ...dores e dos democratas ...li, ...a fazer frente à situação ...e, ...ara fazer triunfar uma saída ...na ...mocrática para a crise.

...a- Depois de enunciar as ...ou ...incipais medidas ...ar ...econizadas pelos ...ao ...munistas para a superação ...sa ...crise económica, Carlos ...es ...sta denunciou que **os ...es ...cessivos governos ...s ...primeiro do PS sozinho ...r, ...ado, de facto à direita, ...pois do PS/CDS e, por ...da ...mo o dos independentes ...o ...D's Nobre da Costa – em ...se ...de se preocuparem com ...el ...olução real dos grandes ...ra ...oblemas económicos ...os ...acionais, têm-se ...a ...ocupado exclusivamente ...se ...tentar destruir as ...la ...andes conquistas da ...na ...volução.**

...Mais adiante, após ter citado ...meros sobre os défices da ...ança de pagamentos, que ...firmam o seu agravamento ...elos governos de ...uperação capitalista, Carlos ...sta referiu que, nos ...**meiros oito meses deste ...o, tal défice já vai em 85 ...lhões de contos, isto é, ...is 22% do que no mesmo ...ríodo do ano passado. (...) ...como têm tais governos ...ocurado pagar estes ...fices? Pedindo dinheiro ...prestado ao estrangeiro!** ...Assim, frisou, que a nossa ...**vida ao estrangeiro ...ngirá 300 milhões de ...ntos no fim deste ano.**

...palavras e os actos

...Denunciando as ...rgonhoas imposições do ...I, do imperialismo e dos ...nopólios internacionais, o dirigente do nosso Partido aproveitou para desmascarar as forças reaccionárias e conservadoras que **gostam de se apresentar como defensoras da independência nacional e do patriotismo. Vejamos, porém, a distância que há para esta gente entre as palavras e os actos.**

Neste momento, e com base na chamada «lei da delimitação do sector público e privado», a que nós justamente chamámos a «lei da entrega», está em curso a criação de sociedades financeiras, que exercerão funções semelhantes à banca nacionalizada e que projectam mesmo, com a adesão à CEE, transformarem-se em verdadeiros bancos privados.

O comício realizado em Guimarães, em que participou o camarada Carlos Costa, foi uma jornada entusiástica a que assistiram centenas de pessoas, marcando-a por diversas vezes com palavras de ordem em que se revelou a firmeza e a combatividade dos trabalhadores.

Segundo revelou, está já constituída uma sociedade financeira, integrada pelos Mellos, associados à banca alemã e norte-americana, estando em constituição uma outra com a participação de grandes industriais do Norte. O Banco do Fomento, por seu turno, negoceia com bancos da RFA a criação de outra sociedade financeira.

O Governo e o Banco de Portugal, recordou Carlos Costa, **conhecem, estimulam e apoiam tais medidas que, contudo, são radicalmente contrárias aos interesses nacionais.** A propósito de recentes conclusões de um seminário, promovido pelo conselho de administração do BPA, onde foi recomendado que o Governo dê prioridade na sua política a um plano de investimento estrangeiro, o membro da Comissão Política e do Secretariado do CC perguntou: **Como se permite esta gente dar tais conselhos? Estamos em face de opiniões puramente técnicas, ou pelo contrário, perante pressões políticas humilhantes e inadmissíveis?**

É com preocupação que ouvimos o ministro das Finanças, Silva Lopes, falando de cooperação luso-britânica, exaltar (palavras textuais) «o que essa cooperação tem significado ao longo de séculos para a economia portuguesa», acrescentando desejar que «ela venha a intensificar-se no futuro próximo» com a adesão de Portugal à CEE.

Mas, salientou Carlos Costa, **quem não sabe o que foi durante séculos, depois do Tratado de Meethween, a cooperação luso-britânica? Toda a gente sabe que tal cooperação foi – pura e simplesmente – a completa dependência de Portugal ao imperialismo inglês. Será essa cooperação que o sr. Silva Lopes deseja?**

São os comunistas os herdeiros da luta popular

Acerca de recentes afirmações do Primeiro-Ministro indigitado sobre «a necessidfade de ser estimulado o patriotismo e o orgulho nacional», o dirigente do PCP afirmou: **estamos de acordo. Todas as propostas do PCP se baseiam na confiança, no brio, no esforço e nos recursos de Portugal. Todas as medidas que propomos se orientam pela defesa dos interesses nacionais.**

Mas, acrescentou, **Mota Pinto considera que a devolução da empresa «Pão de Açúcar» ao grande capital brasileiro, através de acordos secretos, reconhecidos pelo próprio ex-ministro Basílio Horta, é a melhor forma de agir, patrioticamente, em defesa dos interesses nacionais? Se o acordo foi secreto e cuidadosamente escondido da opinião pública, não será porque as condições oferecidas pelo então ministro do Comércio, Mota Pinto, eram tão gravosas que não se atraveu a revelá-las ao povo português?**

Carlos Costa falou, de seguida, sobre um problema actual: a tentativa de divisão do movimento sindical que, tal como aconteceu noutros países, é estimulada, apoiada, organizada, financiada e reclamada pelo imperialismo. **Temos agora, disse, a confirmação que também é assim com a divisão sindical que o PS e o PPD estão a promover. Na verdade, o «Jornal Novo» que, como se sabe, é do PPD/Sá carneiro e da CIP, esclarece que a integração da CDT na UGT não deve ser alheia à «pressão das fontes financiadoras internacionais da CDT e da UDT, que são as mesmas...»**

Depois de ter sublinhado, vibrantemente apoiado por todos os presentes, que o povo e os trabalhadores, os antifascistas e os democratas portugueses são os únicos e verdadeiros herdeiros da luta popular de 1140, de 1383, de 1640 e de muitas outras ocasiões da nossa história, pela dignidade, sobrevivência, soberania e independência nacionais, Carlos Costa denunciou: **os ricos e os poderosos e — nos nossos dias — o grande capital e os agrários, bem como os seus lacaios, sempre venderam a retalho Portugal aos interesses estrangeiros, desde que — para eles — o preço fosse compensador.**

Braga tem novo Centro de Trabalho

O impressionante crescimento do Partido Comunista Português no Distrito de Braga, desde há três anos, foi posto em evidência durante a singela cerimónia da inauguração do novo CT desta cidade, num edifício próprio que foi adquirido com o esforço dos militantes e simpatizantes desta região, localizado na Rua de Santo André. Carlos Costa representou o Comité Central no acto de abertura que contou com a participação de dezenas de comunistas e outros democratas de todo o distrito, destacando-se neste caso uma numerosa representação do MDP/CDE.

Para a concretização desta importante iniciativa – a compra de um imóvel no centro citadino para a sede do PCP – se tem que se referir, como o fez Manuel Bandeira, da Comissão Distrital de Braga, o espírito de sacrifício dos militantes da região não pode ser esquecido, por outro lado, o entusiástico e significativo apoio de um elevado número de pessoas não militantes do Partido que vêem a sua acção política como uma contribuição indispensável para a consolidação das conquistas revolucionárias e da própria democracia e o progresso e bem-estar do povo trabalhador.

A inauguração do novo CT de Braga do PCP reveste, pois, a forma de uma resposta à crescente implantação do Partido no terceiro distrito do país, a prova mesmo dessa pujança, e destrói de vez a ilusão da extrema-direita e de outras forças reaccionárias que no Verão de 1975, ao incendiarem o primitivo centro, acreditavam inocentemente que era possível, com actos de terrorismo, fazer calar no Norte do país a voz do Partido dos trabalhadores. O povo de Braga assim o entendeu e, cada vez mais resistente à vontade dos caciques que o subjugaram e exploraram durante décadas, cada vez mais se aproxima e acarinha aqueles que, firmemente, desde sempre têm lutado pela sua autêntica libertação e pelo seu bem-estar.

Vidal Pinto, da DORN, dirigiu uma saudação a todos os camaradas e amigos concentrados na sala de convívio e nos corredores do novo CT e Carlos Costa, por último, faria notar as grandes e sucessivas perdas, traduzidas nas quebras de votações das várias eleições, dos partidos da direita e mesmo do PS, enquanto cresciam as aderências ao PCP e subiam constantemente as suas percentagens nos actos eleitorais.

O Centro de Trabalho de Braga do PCP ocupa um imóvel de três pisos considerado de interesse histórico e cultural, ali tendo nascido o arquitecto bracarense Carlos de Amarante.

Carlos Brito presidiu à 1.ª sessão política nas minas da Panasqueira

A primeira sessão de esclarecimento que jamais se realizou nas minas da Panasqueira, foi organizada no passado dia 8 de Novembro por iniciativa da célula do PCP daquela empresa, no clube desportivo Barroca Grande, mesmo à boca da mina.

Nela participou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e Presidente do Grupo Parlamentar Comunista, acompanhado da camarada Zita Seabra, do Comité Central e também deputada do PCP.

Antes da sessão de esclarecimento, aqueles camaradas tiveram oportunidade de visitar a própria mina, aonde desceram acompanhados por trabalhadores, e o hospital pertencente à empresa e pago pela Previdência.

Depois de uma breve introdução política, Carlos Brito viria a responder às muitas perguntas que a assistência – composta por largas dezenas de trabalhadores – lhe colocou.

Foram largamente debatidas questões como a dos salários, contratação colectiva, o papel dos sindicatos, impostos e previdência, a assistência aos silicóticos. O dirigente comunista abordou ainda a política dos dois Governos PS e da do Governo demitido de Nobre da Costa e as suas graves repercussões na vida dos trabalhadores.

UJC: Campanha de Fundos ultrapassa os 700 contos!

A Campanha Nacional de Fundos da União da Juventude Comunista (UJC), presentemente uma das tarefas centrais da organização, avança em todo o país com grande entusiasmo, determinação e espírito de iniciativa.

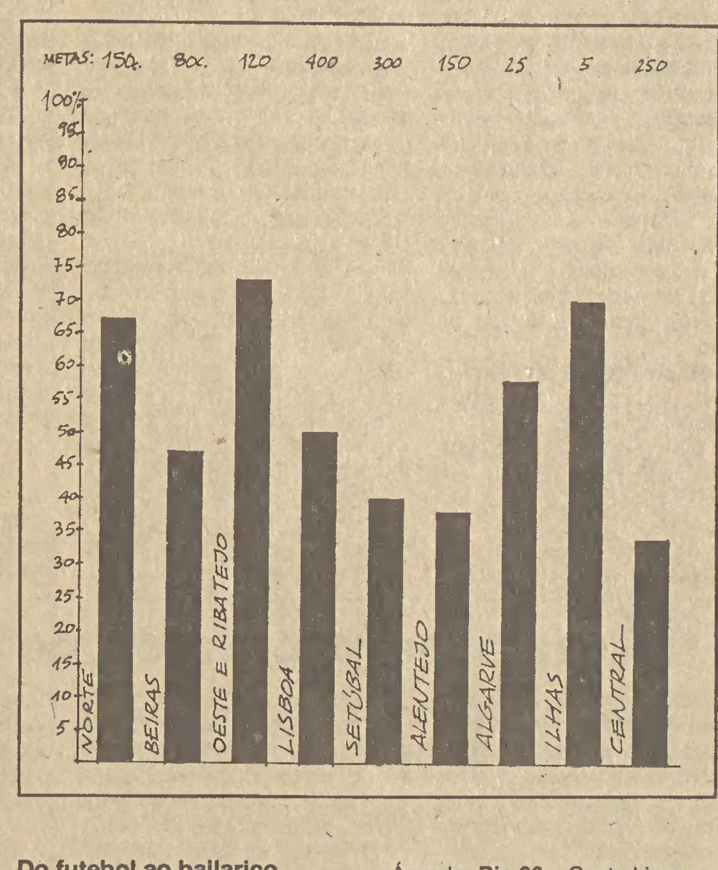
Efectuado agora o terceiro controlo quinzenal, a Campanha regista já uma recolha total de **708 144$59**, o que representa 47 por cento da meta nacional.

Nas organizações regionais, o apuramento do terceiro controlo registou: **Norte** – 100 000$00 (67 por cento); **Beiras** – 37 852$50 (47 por cento); **Lisboa** – 200 000$00 (50 por cento); **Alentejo** – 57 429$00 (38 por cento); **Oeste e Ribatejo** – 88 306$00 (74 por cento); **Algarve** – 14 389$20 (58 por cento); **Setúbal** – 121 165$30 (40 por cento); **Ilhas** – 3 000$00 (70 por cento).

A organização do Oeste e Ribatejo continua assim a ser a que mais próxima se encontra da meta da Campanha, devendo-se, no entanto, registar também o grande salto da organização do Norte que só numa quinzena recolheu 50 contos!

A ligação da Campanha às massas juvenis continua a ser uma nota saliente do trabalho desenvolvido pelos jovens comunistas, e uma tarefa que é necessário prosseguir com firmeza e entusiasmo.

Iniciativas com 300 ou mais pessoas, na sua maioria jovens, é já uma média (quase constante) de participação na Campanha. Mesmo em locais onde não havia organização da UJC, a Campanha marcou presença através da realização de diferentes jornadas de convívio promovidas por jovens comunistas, simpatizantes da UJC, trabalhadores-estudantes, rapazes e raparigas que estão com a União Juventude Comunista na luta pela defesa dos justos direitos da juventude trabalhadora.



Do futebol ao bailarico passando pelo Canto Livre

Entretanto, as iniciativas integradas na Campanha não páram: **Sábado** – campeonato de futebol em Vila Azedo; baile em Volta de Vale e Alpiarça; bailarico também na Sobreda e vacada em Casebres (Alcácer do Sal), além de um jantar com leilões em Faro. **Domingo** – provas desportivas em Canal Caveira e "motocross" em Alvalade do Sado. **Dia 25** – Canto Livre em Ferreira do Alentejo e em Montargil, baile em Mora e em Campo Maior e magusto em Águeda. **Dia 26** – Canto Livre em Mora e porta-a-porta no Couço.

Metas cumpridas

São muitas! Hoje vamos referir algumas. As organizações da UJC da Cooperativa "Cravo Vermelho", Espinho e Ovar já ultrapassaram as metas previstas, o mesmo acontecendo com a de Lagos, que atingiu os 122 por cento.

Mas há quem esteja muito perto das metas. É o caso de Silves (87 por cento), Monchique (75 por cento), Marinha Grande (80 por cento) e Montargil (80 por cento).

...com grande dinamismo a preparação ...ntro Nacional da UEC ...a reestruturação do Ensino Superior

...ulgu... anteriores edições, a União ...EC... efeito em 2 e 3 de Dezembro ...on... nal sobre a reestruturação ...te... tório já se iniciou em todo ...niões, ... mbleias e encontros, num ...e ...ano.

... Ensino Superior na luta por ...a autêntica reestruturação ...struída a partir da opinião da ...versidade.

...mportância ...debate

... preparação e realização do ...ntro da UEC sobre a reestruturação do Ensino Superior ...incide com uma larga ...vimentação estudantil contra os ...cretos que reestruturaram ...Universidade de forma autocrática e antipedagógica, decretos ...ses (como por exemplo o das ...culdades de Letras) que ferem ...interesses particulares da ...assa estudantil e contrariam ...ertamente as necessidades do desenvolvimento económico e social do País.

Em alternativa a tais decretos, os estudantes, os professores e todos quantos estão ligados ao Ensino Superior, prosseguem um intenso trabalho para a elaboração de propostas construtivas, democráticas e assentes em firmes bases pedagógicas e científicas, como sucedeu, por exemplo, no curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

É, aliás, nesta perspectiva de trabalho construtivo que se está a desenrolar o debate preparatório do Encontro Nacional promovido pelos estudantes comunistas, do qual está dependente a amplitude das conclusões a que esta importante iniciativa chegar.

Preparação em fase adiantada

Os trabalhos de preparação do Encontro encontram-se já numa fase bastante avançada, sendo de salientar a participação activa de mais de uma centena de camaradas em diversos grupos de trabalho específicos, com os quais colaboram também muitos estudantes e professores empenhados na luta por um Ensino democrático, aberto aos filhos das classes trabalhadoras e à população em geral, e que corresponda às exigências do País, nomeadamente na formação dos quadros técnicos, intelectuais e profissionais que o desenvolvimento económico e social necessita.

Os grupos de trabalho encontram-se divididos por ramos de Ensino englobando a **Agro-pecuária, Saúde, Arquitectura, Letras, Ciências, Engenharia, Economia e Gestão, Educação Física e Desporto, Ensino Artístico, Direito e Administração Pública, Magistério, acesso à Universidade (Ano Propedêutico, «numerus clausus», etc.), cursos complementares do Ensino Secundário,** etc; e ainda por temas específicos, como: **Serviços Sociais, Universidade Nova, Trabalhadores-Estudantes, Gestão Democrática, Regionalização do Ensino Superior,** etc.

Dos documentos-base já elaborados, os quais, dinamizarão o debate preparatório do Encontro, destacam-se o do grupo de trabalho do ramo da Economia, outro sobre a situação actual da Faculdade de Letras de Lisboa, além dos documentos sobre os trabalhadores-estudantes, reestruturação do Ensino da Saúde, análise do decreto de reestruturação de Letras e Ensino Superior e Educação Física.

Reunião no Vitória

No próximo dia 20 terá lugar no Centro Vitória, em Lisboa, uma importante reunião destinada a todos os trabalhadores-estudantes comunistas (militantes e simpatizantes do PCP e da UEC) do Ensino Superior, a fim de serem analisados e discutidos os problemas centrais da vida estudantil dos trabalhadores estudantes.

Esta reunião, que se inicia às 21 horas, embora se integre na preparação do Encontro de Coimbra, **tem também em vista planificar o trabalho a curto e médio prazo.**

Encontro do Secundário

Entretanto, está em marcha a preparação do Encontro da organização da UEC do Ensino Secundário de Lisboa, a realizar no dia 21 do próximo mês de Janeiro.

O debate preparatório desta iiciativa iniciou-se no passado domingo com uma importante reunião de delegados das organizações do Secundário da UEC, onde foi sublinhado o papel dos diversos órgãos democráticos das escolas, nomeadamente as associações estudantis.

Movimento dos Festivais da Canção

Com o objectivo de «ajudar e estimular nos jovens o gosto pela canção, entendendo esta como um valor de expressão, cultural e de convívio, características da juventude», dando ao mesmo tempo «uma oportunidade de afirmação da sua capacidade criadora e entusiasta» e um «grande contributo para o enriquecimento do património cultural e artístico do país», a União da Juventude Comunista lançou o **Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil** (MNFCJ), iniciativa que assumirá uma ampla dimensão através de cerca de 60 festivais nas localidades, nos concelhos, nas escolas e nas empresas.

Estes festivais culminarão com a realização de um Festival Nacional, que decorrerá em Fevereiro, em Lisboa, e onde estarão presentes as 10 melhores canções do Movimento.

A sua classificação será feita por «um amplo e variado júri constituído por personalidades de reconhecido mérito artístico e intelectual».

Os jovens interessados no MNFCJ – cuja lema é **«Assim Canta a Juventude»** – poderão participar nos festivais locais, a realizar nas suas regiões, com canções de tema livre, podendo adquirir o Regulamento elaborado pela Comissão Organizadora nos Centros de Trabalho do PCP ou da UJC.

Tal como o «Avante!» já referiu em anterior edição, **a UJC convida todos os jovens trabalhadores e estudantes a participarem entusiasticamente nesta grande iniciativa, quer com a apresentação dos seus trabalhos, quer com a sua presença nos espectáculos.**

A inscrição nos festivais locais far-se-á junto da entidade organizadora mediante o preenchimento de um boletim de que constará obrigatoriamente a identidade completa do concorrente, incluindo: nome, data e local do nascimento, estado, profissão, residência, e ainda o título da canção com que concorre e a identificação dos autores da letra e da música (no caso de não se tratar do próprio concorrente) com os mesmos elementos. No acto da inscrição, o concorrente deverá entregar dez exemplares dactilografados da letra da canção com que participa e a quantia de 50$00 para despesas gerais de organização.

Segundo o Regulamento do MNFCJ, todos os concorrentes inscritos para um festival local participarão no respectivo espectáculo promovido e organizado pela UJC. **A sessão decorrerá obrigatoriamente numa sala**

pública, em moldes e data a definir pela entidade promotora (organização local da UJC), que terá também de proceder à constituição de um júri para o respectivo festival. Esse júri será constituído nos moldes que a entidade organizadora entender mais convenientes segundo as características e possibilidades locais.

Entretanto, estão já marcados para os próximos dias diversos festivais locais, Aqui ficam alguns: Palmela (dia 24); Almada, Grândola e Algés (25); Porto (1 Dezembro); Olivais-Lisboa, Viana do Castelo, S. João da Madeira, Brandoa e Ermidas (2); Braga (3); Empresas do 4.º Bairro de Lisboa e Sines (6); S. Iria da Azóia e Pias (7); 2.º Bairro de Lisboa (Academia de S. Amaro), Ovar, Alcântara-Lisboa, Alcácer e Faro (9).

...esário de Álvaro Cunhal

...ngue indissolúveis, com ...sua luta abnegada contra ...ascismo e a reacção, em prol ...os interesses do povo ...rabalhador, da causa da ...erdade e da independência ...sua pátria, granjeou um ...evado prestígio no seu ...óprio país e no estrangeiro. ...) O PCP, que desempenhou ...grande papel na história da ...volução portuguesa, é um ...rtido de olhos voltados para ...futuro».

...O camarada **E. Honecker,** ...ecretário-geral do PSU da ...lemanha, refere que «os ...omunistas portugueses se ...antêm com decisão na ...imeira fila da luta em defesa ...a reforma agrária, das nacionalizações, do bem-estar dos trabalhadores e dos interesses nacionais do país».

O camarada **Todor Jivkov,** primeiro-secretário do CC do PC Búlgaro, sublinha a luta «pela unidade do movimento comunista e operário internacional na base do marxismo-leninismo».

O **CC do PCP da Checoslováquia** refere a luta «pela edificação do Portugal democrático e independente» e o «patriotismo ligado firmemente ao espírito do internacionalismo».

O camarada **N. Ceaucescu,** secretário-geral do PC Romeno, transmite ao PCP votos por «novos e importantes êxitos na actividade que desenvolve junto com outras forças progressistas e democráticas de Portugal na defesa dos interesses da classe operária e do povo português».

O camarada **Tsedenbal,** primeiro-secretário do Partido Popular Revolucionário Mongol, expressa a solidariedade para com a luta do PCP «em defesa das conquistas revolucionárias do povo, pelo desenvolvimento de Portugal no caminho da paz, da democracia e do progresso».

Entre as numerosas mensagens contam-se ainda as de **Luís Carlos Prestes,** secretário-geral do PC Brasileiro, **Herbert Mies,** presidente do PC Alemão, **Valentina Terechekova, K. Zarodov** e «Revista Internacional», **«Rabotnichesko Delo»,** orgão central do PC Búlgaro, redacção de «Ciências Sociais Contemporâneas», correspondente do «Neus Deutschland», Clube Internacional de Amizade «Gagarine» e Clube Internacional de Amizade «Avante!», de Moscovo, etc.

De Portugal foi recebido elevado número de cartas, postais e telegramas de organizações do Partido e da Juventude e da Juventude Comunista, de militantes, trabalhadores e democratas.

Aboim Inglês em Conakry

A convite do CC do Partido Democrático da Guiné, encontra-se em Conakry, capital da República da Guiné, Carlos Aboim Inglês, membro do CC do Partido Comunista Português, o qual participará no 11.º Congresso do PDG e num Seminário Internacional, iniciativas estas que decorrerão entre 13 e 21 de Novembro.

No Seminário subordinado ao tema "Ideologia e Política", serão discutidos temas referentes à luta de libertação nacional dos povos africanos, aos direitos dos povos e aos direitos do homem, às condições e bases para um desenvolvimento económico independente em África, às condições e meios de promoção da cultura africana, às exigências de consolidação da unidade africana em todos os domínios da vida dos povos, à revolução e religião.

Convívio do sector de Saúde

No próximo domingo o Sector de Saúde da ORL organiza um convívio na Cova da Piedade.

A concentração far-se-á às 10 horas, na Praça de Espanha junto ao parque de estacionamento de automóveis, e levará todos os que o quiserem, por 150$00, a um dia inteiro de camaradagem e alegria. Haverá filmes, almoço, baile com o conjunto «Os Vermelhos», poesia e canto livre com Carlos Mendes, Joaquim Pessoa e Carlos Paredes, e uma intervenção política por um camarada do Comité Central.

À venda O Militante

VOTA POVO UNIDO

Por uma Câmara Democrática ao serviço do Povo de Évora

No próximo domingo, dia 19 de Novembro, a população do concelho de Évora vai eleger a nova vereação da Câmara Municipal, que deverá completar em 1979 o mandato que a anterior não pôde concluir devido à demissão dos eleitos do PS e do PPD/PSD, motivada por razões confessadamente político-partidárias.

A campanha eleitoral desencadeada em Évora muito antes do seu início oficial veio pôr a nu a verdadeira causa do «crise» municipal – da organização local do PS aos partidos da direita, passando pelos esquerdistas e grupelhos neonazis, todos recorreram à mentira e à calúnia (nunca provadas) para afastar o Povo Unido da presidência da Câmara de Évora.

A abortada aliança PS/PPD/CDS para ganhar a maioria nestas eleições municipais antecipadas foi publicamente lamentada pelo CDS, que daquela forma pretendia «correr com os comunistas da Câmara».

A campanha do PS demonstrou claramente a inconsistência das críticas às ditas «graves anomalias» na gestão da APU e, para além da agressividade contra Abílio Fernandes (actual presidente da Comissão Administrativa), caracterizou-se pela baixeza das provocações ao nosso Partido, a quem se chegou a referir como PC«P»... à boa maneira da direita e dos grupelhos neonazis.

O PPD/PSD parece não ter ainda perdido as esperanças de, juntamente com o CDS, chegar a um entendimento com o PS a fim de afastar a Câmara das mãos do povo, ou seja da APU.

Quanto aos restantes grupos (esquerdistas e neonazis), juntaram-se ao coro de calúnias desencadeado pela direita, fazendo uma vez mais o seu papel divisionista e procurando semear a confusão entre o eleitorado, fazendo da provocação diária o seu «programa».

Pela sua própria importância e nas condições em que se vão realizar, as eleições para a Câmara de Évora, capital alentejana bem no coração da Reforma Agrária (ainda que os assalariados agrícolas tenham aqui pouco peso eleitoral), terão uma projecção política em todo o país que não poderá ser ignorada.

Por isso importa que, de novo, mas ainda com mais força, desta consulta popular a APU saia vitoriosa que o mesmo é dizer saia vitoriosa a democracia.

● Ao serviço do Povo de Évora

Os candidatos da APU, coerentes com a justa orientação definida para a Câmara anterior, apresentaram ao eleitorado um programa de acção que, tendo como premissa o funcionamento colegial da vereação, o diálogo com os trabalhadores e a conjugação permanente do seu trabalho com a população e os outros órgãos de poder local, assenta em três grandes linhas de acção:

– **Resolver as carências mais urgentes sentidas pelas populações;**

– **Dar continuidade aos grandes projectos de transformação da vida do concelho;**

– **Avançar no estudo e resolução dos problemas existentes em sectores específicos.**

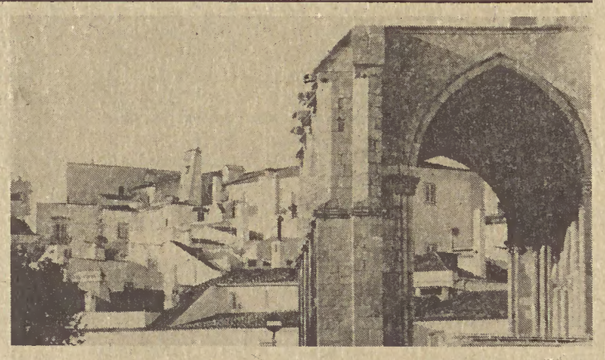
Quanto ao primeiro aspecto – carências da população – é justo salientar como ele constituiu uma das maiores preocupações da APU na primeira Câmara democraticamente eleita.

Com o auxílio e colaboração das populações, muitos problemas de equipamento rural e urbano e de saneamento básico foram resolvidos. E muito mais se poderia ter feito se não fosse a escassez de verbas distribuídas pelo Governo central e os entraves na aprovação de projectos, pois, como o Programa da APU recorda, alguns deses projectos, como o do Bairro dos Canaviais, jazem há ano e meio nas secretárias dos Ministérios, ou como o das águas e esgotos da Vendinha que até desapareceu.

Prosseguindo esta orientação, os candidatos da APU propõem-se continuar a desenvolver todos os esforços para, em conjunto com os serviços camarários, de colaboração com Juntas de Freguesias e Comissões de Moradores e população em geral completar, continuar, ou iniciar as pequenas obras que em muitas localidades satisfazem carências profundamente sentidas pela população.

Assim, a atenção dos eleitos do Povo Unido continuará a incidir, em cada bairro e em cada freguesia, nos trabalhos de pavimentação e arranjo de ruas, no arranjo e construção de lavadouros, na reparação das escolas, no escoamento de águas pluviais, na construção de pontões, nos caminhos e acessos, na colocação de bicas de água, na limpeza de poços, nas instalações sanitárias, nos balneários públicos, nos campos da bola, nas cabines telefónicas, etc.

Ainda no campo das carências que mais afectam a população, o programa da APU destaca a firme disposição dos seus eleitos de incentivar o processo, já iniciado, de reparação de habitações degradadas (PRID), obrigando os senhorios a fazer as obras necessárias ou substituindo-se a Câmara aos senhorios quando estes as não façam.



No que toca à instalação de parques infantis – cujo plano inicialmente apresentado já foi completamente cumprido – a APU propõe-se agora apetrechá-los devidamente em todos os locais em que haja terrenos disponíveis.

Só assim, sublinha o programa, **concentrando o melhor da sua capacidade e do seu esforço na resolução deste tipo de necessidades, é que a Câmara de Évora estará de facto ao serviço do povo.**

● Os grandes projectos de transformação da vida do concelho

Paralelamente à resolução imediata dos problemas menores, os eleitos do Povo Unido pretendem desenvolver a sua actividade com vistas à transformação profunda da vida do concelho.

Para tal, o programa coloca a necessidade de dar seguimento ao projecto de abastecimento de água à cidade, acompanhando a sua execução, procurando desbloquear todas as dificuldades, de modo a que o mesmo possa estar concluído e entrar em funcionamento em 1979.

No que toca ao saneamento básico, a APU, por cuja acção directa foi possível completar a rede geral dos esgotos e conseguir que não exista actualmente nenhum esgoto a céu aberto na cidade, chama a atenção para a importância da estação de tratamento de esgotos, que estará concluída no final deste ano. Esta obra, de efeitos decisivos para a salubridade local, foi lançada pelos eleitos da APU em 1977.

Quanto ao saneamento básico de todo o concelho, muito complexo devido em grande parte à dispersão dos fogos habitacionais, necessita de grandes e demorados estudos que é necessário elaborar.

Os candidatos da APU, como os eleitos do Povo Unido na Câmara Anterior, estão dispostos a prosseguir o trabalho já iniciado neste campo. Recorde-se, a propósito, que estão prontos os projectos para água e esgotos em S. Vicente do Pinheiro, Graça do Divor e Torre dos Coelheiros, pensando os candidatos da Aliança Povo Unido poder concluir as obras durante o ano de 1979 ou, pelo menos, levá-las muito próximo da sua conclusão.

Dentro dos projectos da acção a realizar neste sector está ainda o abastecimento de água a S. Bento do Mato, que será ampliado e melhorado, bem como em S. Miguel de Machede. Quanto às obras que exigem maiores estudos e que tecnicamente são mais difíceis de resolver, como o caso das freguesias da Boa-Fé e de S. Sebastião da Giesteira, o programa da APU prevê a possibilidade de se encararem soluções provisórias enquanto não for possível arrancar com a definitiva, de modo a facilitar e melhorar as condições de vida dos respectivos habitantes.

Ainda no que respeita à concretização de grandes projectos, o programa apresentado pela APU ao eleitorado refere o empenhamento com que os eleitos do Povo Unido lançaram as bases para a recuperação das chamadas zonas clandestinas, para a criação de um grande Parque Municipal e para a construção de um Centro de Cultura de Évora.

Os candidatos do Povo Unido que forem eleitos prosseguirão o trabalho para a concretização daqueles projectos, que sem qualquer dúvida contribuirão positivamente para a transformação da vida no concelho.

No mesmo sentido se desenvolverá a acção dos mesmos candidatos quanto ao Plano Director do Conselho de Évora, considerado como um instrumento indispensável para uma correcta política de desenvolvimento daquele concelho.

Como o próprio programa salienta, **completar os grandes projectos em curso, criar condições para que aqueles que estão em estudo passem a frases ulteriores de execução, é servir o futuro, é transformar a vida do concelho, é pôr a Câmara de Évora ao serviço do povo de Évora.**

● Problemas e sectores específicos

No último ponto do programa chama-se a atenção para as acções que é necessário continuar a desenvolver para resolver ou pelo menos minimizar problemas tão graves como os da habitação, higiene e limpeza, saúde e assistência, ensino, turismo, cultura e desporto, apoio à infância, pequenos e médios comerciantes e industriais e, naturalmente, os directamente ligados com a defesa e consolidação da Reforma Agrária.

A complexidade de tais problemas e da sua consequente resolução não é escondida. Em relação à habitação, por exemplo, a APU faz notar que o melhoramento da situação só pode ser encontrado através da planificação rigorosa, do estudo aprofundado do problema e só pode ser conseguido se o assunto for atacado de frente, insistindo pela resolução de projectos atrasados, resolvendo eficazmente os casos que se encontram paralisados e planificando empreendimentos e obras novas que ajudem a minimizar a gravidade do problema.

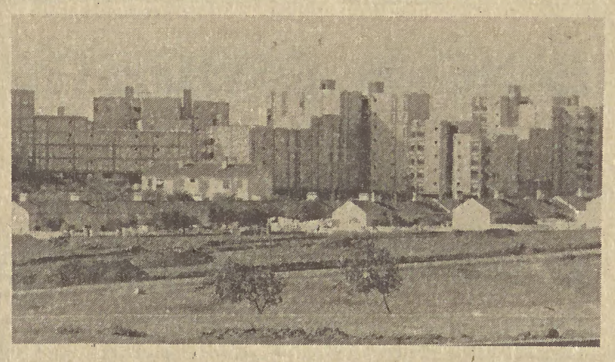
Esta orientação começou a ser desenvolvida durante a Câmara anterior, com a criação dos Servicos Municipalizados, e começou já a dar os seus frutos. Os candidatos do Povo Unido que forem eleitos continuarão a trilhar o mesmo caminho, convictos de que só com trabalho concreto, com o estudo dos problemas, com a elaboração dos planos necessários, o problema da habitação irá encontrando progressivamente soluções, sem alardes, sem demagogias.

Nos restantes sectores, referidos no início, o programa apresenta igualmente projectos concretos e realistas para o futuro, contando sempre com a colaboração da população e das organizações populares, que vão desde a sensibilização e participação dos moradores na manutenção da limpeza da cidade e diferentes localidades; apoio aos Bombeiros e instituições que se ocupam de segurança social e campanhas de esclarecimento sanitário junto das populações; incentivo às campanhas de alfabetização; promoção do turismo, do desporto e das actividades culturais de massas, criando as infra-estruturas necessárias. No programa se afirma ainda o propósito de facilitar e pressionar a acção do Governo central para a instalação de creches, jardins infantis e centros de ocupação de tempos livres por todo o concelho; facilitar a vida dos pequenos e médios comerciantes e industriais, ouvindo os seus problemas e procurando em conjunto as soluções mais justas.

Quanto à política que uma Câmara APU deverá ter em relação à Reforma Agrária, a posição dos candidatos do Povo Unido não deixa lugar a qualquer equívoco – **contribuir, sempre, pela sua acção junto dos órgãos de poder central, pela consolidação e defesa desta importante conquista da Revolução de Abril.**

Mas também neste sector há muito a melhorar. Assim, para além de procurar melhorar o mercado mensal da Reforma Agrária, os candidatos propõem-se trabalhar para abrir mais postos de venda nos bairros; melhorar os mecanismos de escoamento dos produtos; melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais que habitam em zonas mais afastadas e isoladas.

Importa ainda salientar que os candidatos do Povo Unido que forem eleitos se comprometem, desde já, a propor à Assembleia Distrital de Évora a criação do Gabinete de Fomento Agro-Pecuário, que a Lei 79/77 prevê.



*

Este programa, que obviamente apresentamos de forma resumida, **não é um programa novo: é a continuação e o desenvolvimento do trabalho realizado anteriormente na Câmara pelos eleitos do Povo Unido.**

Resultado da experiência, do estudo dos problemas, da capacidade de acção, da medida justa das realidades, este programa só poderá ser cumprido se a Aliança Povo Unido estiver em força representada na Câmara.

Não basta ganhar. É preciso que os candidatos da APU consigam a maioria absoluta na Câmara de Évora.

Só assim os interesses da população serão defendidos. Só assim a Câmara de Évora estará de facto ao serviço do povo, no caminho de Abril.

Em Évora, no domingo ninguém vai ficar em casa

No próximo domingo, dia 19 de Novembro, vamos votar. Ninguém tem o direito de ficar em casa. Temos que dizer não à abstenção. A abstenção de um democrata, de um homem ou de uma mulher progressistas, corresponde a dois votos da direita, um porque não vamos votar, e outro porque a direita não deixará de o fazer — este o alerta ao povo eborense feito anteontem pelo camarada Abílio Fernandes, cabeça de lista da APU para a Câmara Municipal de Évora, ao intervir no comício de encerramento oficial da campanha eleitoral.

No Teatro Garcia Resende, que uma vez mais foi pequeno para acolher quantos ali acorreram para entusiasticamente apoiarem a candidatura Povo Unido, Abílio Fernandes manifestou a confiança de que as próximas eleições resultarão numa lição para os que, **com manobras de baixa política, não tiveram escrúpulos de provocar situações como aquelas em que o PS abriu as portas para que a reacção e os agrários tentassem voltar de novo a dominar os destinos da Câmara Municipal de Évora.**

Numa breve retrospectiva do que foi esta campanha eleitoral em Évora, o nosso camarada deixou bem claro como os restantes partidos, preocupados em reivindicar para si a "maior fatia do bolo", nem sequer tiveram o cuidado de apresentar ao eleitorado um programa objectivo com propostas concretas para a resolução dos problemas que afectam a população.

Limitaram-se, quase exclusivamente, a caluniar os comunistas e a APU, a provocar sem pudor os sentimentos democráticos do povo alentejano. O CDS, por exemplo, chegou à desfaçatez de escolher para "slogan" a frase "Évora cidade sem medo".

Como Abílio Fernandes frisou, não era preciso o CDS vir afirmá-lo. **O Povo de Évora demonstrou, tem demonstrado e irá demonstrar no próximo domingo que não tem medo dos que ao longo de 48 anos os exploraram e querem voltar a explorar.**

Abílio Fernandes, que encabeça de novo a lista da APU, no uso da palavra

Mais grave, porém, foi a actuação do PS em Évora. Tal como aquele orador recordou, **o PS, incapaz de justificar a sua demissão da Câmara, remeteu-se, exclusivamente, a uma campanha baseada na mais baixa mentira e calúnia pessoal,** contrapondo, à proposta para um funcionamento colegial e democrático da APU, um sistema presidencialista, que é a autêntica negação de uma gestão democrática e progressista.

A prova que tal política não colhe em Évora foram as salas quase sempre vazias nas sessões realizadas pelo PS e será sem dúvida a resposta que domingo o povo eborense dará a quem não defende os seus interesses.

Após criticar a política de "colher de sopa" do PPD (que procura colher os votos dos descontentes do PS e da direita) e a acção divisionista da UDP e dos grupelhos "fantasmas" que se candidatam às eleições, Abílio Fernandes, agradecendo todo o apoio recebido que tornou possível a campanha, recordou a terminar: **Não basta vencer — é preciso que todos votem Povo Unido!**

No comício da APU, onde a confiança na vitória foi a nota mais dominante, intervieram ainda António Galhordas, do MDP/CDE e António Dias Lourenço, do CC do PCP, que enquadraram a crise artifical criada em Évora na política de desestabilização global desencadeada por todo o País pelas forças de direita.

A sessão, que começou com a actuação, muito aplaudida do grupo "Trovante", terminou com a passagem de "slides" sobre a cidade e os cantares de um grupo coral alentejano.

O Teatro Garcia de Resende foi pequeno para todos os eborenses que queriam assistir ao comício da APU. Entusiasticamente, a população de Évora reafirmou uma vez mais que quer na sua terra uma câmara democrática

DORL do PCP apresentou delegados às Comissões de Recenseamento

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português entregou nas 183 freguesias do distrito de Lisboa, no passado dia 10, as listas dos delegados do PCP às Comissões de Recenseamento Eleitoral.

Em comunicado à imprensa, a DORL do PCP, salientando que **o êxito do Recenseamento Eleitoral se integra na luta pela defesa, prestígio e consolidação da democracia,** apela **a todos os seus militantes, amigos e simpatizantes e à população em geral, para que se empenhem na promoção e realização prática desta importante e patriótica tarefa.**

Câmara de Lisboa desinteressada do Recenseamento Eleitoral

Os vereadores do CDS, PPD/PSD e alguns do PS na Câmara Municipal de Lisboa recusaram (dois abstiveram-se), na passada segunda-feira, uma proposta dos vereadores da APU para a formação, a nível camarário, de uma comissão de apoio às Juntas de Freguesia para as tarefas inerentes ao recenseamento eleitoral.

Esta posição dos vereadores da Câmara de Lisboa, que não conseguiram explicar claramente por que razão estavam contra o esclarecimento do público e a ajuda a uma iniciativa de todo o interesse para o Estado democrático, não pode deixar de ser interpretada como o mais profundo desinteresse na conjugação de esforços para servir a população da capital.

Os vereadores da APU propunham, muito simplesmente, que a Câmara Municipal de Lisboa, **ciente da importância da Lei promulgada e do seu dever indeclinável de apoiar as acções das Juntas,** constituísse uma **comissão com representantes das várias forças políticas com assento na Câmara** que, apoiada pelos serviços, promovesse as iniciativas necessárias de propaganda, esclarecimento e formação cívica.

Se se tiver em conta que esta proposta se limitava, tão só, a tentar levar à prática o previsto no Artigo 14.º da própria Lei do Recenseamento, conclui-se que, afinal, nem sempre aqueles vereadores do CDS, PPD/PSD e PS consideram ser seu dever indeclinável apoiar as Juntas...

Promoção social dos cegos é tema de debate em Praga

Uma delegaçãp de três membros da direcção da Associação de Cegos Luis Braille desloca-se a Praga, capital da Checoslováquia, para assistir à reunião do Comité Regional Europeu do Conselho Mundial para a Promoção Social dos cegos, de que aquela Associação é membro.

Esta reunião, que certamente terá reflexos importantes na vida dos cidadãos cegos do nosso país, realiza-se entre 15 e 17 do corrente e tratará dos seguintes temas: segurança social dos cegos; compensação financeira da cegueira; revisão da constituição dos Comités; preparação das actividades para o Ano Internacional da Criança; ideias para a preparação do Ano Internacional dos Deficientes Visuais, em 1981; acordo do Comité Regional Europeu e Comité Regional Africano e sua futura realização; e ideias para a Assembleia Geral da Nigéria, a realizar em Agosto de 1979.

Com o Povo melhorar o Porto

Trinta e nove eleitos da Aliança Povo Unido (APU) para os órgãos autárquicos do Porto promovem, nos próximos dias 9 e 10 de Dezembro, na Faculdade de Economia daquela cidade, um amplo debate em torno dos problemas da capital nortenha, com o propósito de discutir o Porto, levantar carências e apontar soluções.

Esta importante iniciativa será acompanhada da realização de colóquios sobre o funcionamento dos órgãos autárquicos e do papel das organizações populares e acerca da Lei das Finanças Locais. Está prevista também a organização de uma exposição fotográfica e documental, bem como uma grande sessão cultural, que terá lugar no dia 9, sábado, à noite.

De acordo com os promotores do Encontro, haverá dois grupos de participantes: do primeiro, farão parte os eleitos da APU ou de listas unitárias propostas por grupos de cidadãos eleitores, os candidatos não eleitos, os activistas da APU e os membros das organizações populares; no segundo, serão incluídos todos os membros dos órgãos autárquicos eleitos por outras forças políticas que queiram participar, os trabalhadores e os quadros das autarquias locais, dos serviços e da administração local em geral.

Como salienta o manifesto da Comissão promotora do Encontro, **o amplo debate feito na preparação e nos dias 9 e 10 de Dezembro não permitirá, apenas, melhorar a actuação dos eleitos do Povo Unido nos órgãos de administração local. Ele contribuirá, por certo, para a definição de uma política municipal mais justa e que vá ao encontro das preocupações e aspirações dos portuenses.**

Contra o aumento do custo de vida

O Executivo das CUMs do distrito de Lisboa divulgou, numa conferência de Imprensa realizada no passado dia 9, um comunicado dirigido às mulheres portuguesas onde se apela para **a participação maciça das mulheres na luta pela reposição do poder de compra, pelo cumprimento da Constituição, pela defesa das conquistas de Abril.**

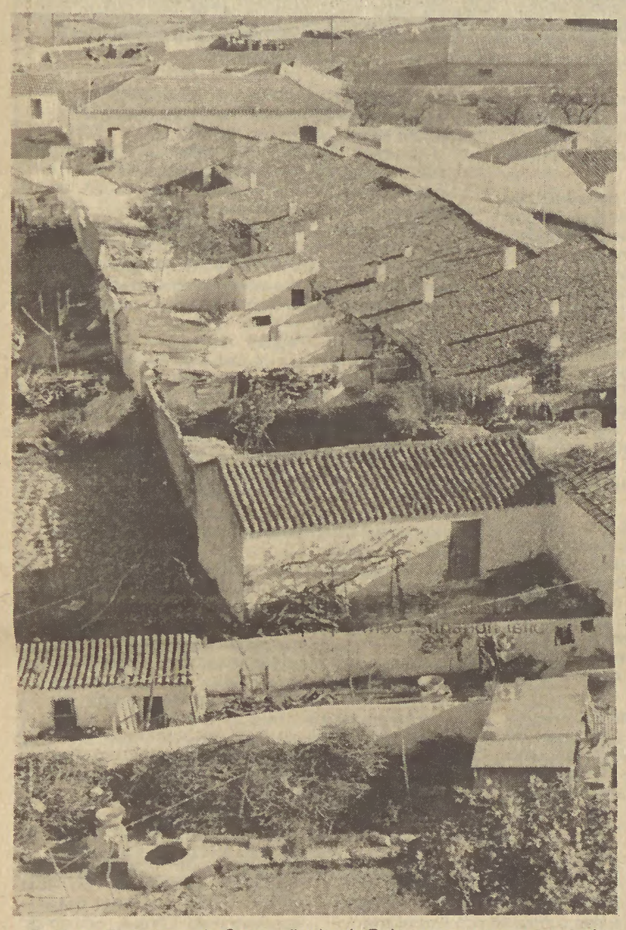
Como se faz notar no comunicado, **se o poder de compra da grande maioria do povo português já estava bastante deteriorado, agora, com os novos aumentos, a sua situação será verdadeiramente insustentável.** E, uma vez mais, são as mulheres que particularmente sentem as consequências da carestia e dia-a-dia se interrogam como poderão alimentar a sua família.

Sublinhando quanto a política do Governo está orientada contra os interesses dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, as CUMs de Lisboa alertam as mulheres para a necessidade de conjugar todos os esforços para a defesa da democracia e melhoria das condições de vida do povo português.

Agricultores da União Piense: a terra que lhes dava de comer foi espoliada a mando do MAP

São agricultores. Daqueles cuja vida sempre andou mais para trás do que para a frente. Daqueles que cedo conheceram o amanho da terra, nascidos em berço de miséria, criados em dias de desemprego e fome, em épocas de silêncio e revolta.

São pequenos e médios agricultores. Depois do 25 de Abril quiseram mudar de vida. Para essa mudança, uniram-se. Para essa mudança buscaram e encontraram a aliança dos trabalhadores das UCPs, a solidariedade da população. Para essa mudança constituiram a Cooperativa "União Piense". E apesar das dificuldades crescentes movidas por todos os Governos Constitucionais iam trabalhando e lutando, iam vivendo. Até vir o Governo demitido de Nobre da Costa. Até vir o MAP de Vaz de Portugal e Ferreira do Amaral e sobre eles se abater com a mesma fúria com que se abate sobre as UCPs e Cooperativas de trabalhadores rurais. Com violência, enviando para terras da sua cooperativa uma brigada do ex-CRARA de Beja, acompanhada por uma dezena de *jeeps* e viaturas "Shortlands" e um camião com cavalos. Isto para entregar a um único indivíduo 180 hectares das melhores terras cedidas aos pequenos e médios agricultores pela UCP "A Esquerda Vencerá" –, 180 hectares que correspondem a mais do dobro da área que cabe a cada um dos pequenos agricultores cooperantes.



– Aqui em Pias, terra de Serpa, distrito de Beja, nasceu uma cooperativa de pequenos agricultores que o MAP pretende agora destruir.

A terra que a UCP nos deu o MAP nos vem tirar

São estes pequenos e médios agricultores da Cooperativa "União Piense", de Pias, perto de Beja, que nos falam:

– A nossa situação, antes de formarmos a cooperativa, era muito má – diz Bento Moita Pires. – Pagávamos uma dívida, faziamos duas ou três e ficávamos em estado miserável. Veio o 25 de Abril, tivemos esta oportunidade e formámos a cooperativa. Uns entraram com 1 hectare, outros com 2 ou 3 hectares, outros sem nada mas com vontade de trabalhar. Olhámos uns para os outros: «o que é que fazemos?. Não temos terra suficiente para começar a trabalhar". Fomos ao CRARA pedir terras. O CRARA contactou com os trabalhadores, que nos cederam as herdades de Carapinhos e Ourada e nós começámos a trabalhar. Sem um tostão, é claro. Depois veio o Crédito Agrícola de Emergência que começou a fornecer-nos algum dinheiro. Alguns cooperantes meteram cá um tractor, outros dois tractores. Chegámos a acordo para lhes pagarmos essas máquinas em dois anos e isto ia indo. Mas veio o ano passado, um ano agrícola péssimo. Este ano agarrámos outro pior ainda. Sem nenhuma ajuda. Não pudemos cumprir com os prazos do CAE, cortaram-nos o crédito. Como se isto não bastasse, um antigo cooperante que tinha sido criado na Herdade dos Carapinhos e que tínhamos convidado para a cooperativa – mas que cedo nos abandonou, pois o trabalho não é com ele e nem na terra sabe mexer –, foi pedir 180 hectares da nossa melhor terra e lá a entregaram não sei a que título ou a que propósito pois ele não era dono, nem rendeiro.

«De nada valeram os passos dados pelos cooperantes da União Piense para um entendimento com o antigo cooperante, José Moreira Ramos, tão estranhamente beneficiado com 180 hectares das melhores terras. Neste como noutros casos, o objectivo é destruir a Reforma Agrária e daí o repúdio constante do diálogo por parte do MAP, quer dos reservatários que de todas as maneiras (ilegais) e feitios (anticonstitucionais) vão surgindo.

«O sucedido dói fundo aos agricultores da "União Piense". Conta-nos o Venâncio da Conceição:

– Sou pai de seis filhos. Criei-os com muita fome e muita miséria. Passámos dias sem comida. Roubávamos bolota para comer. Nem roupa havia como era devido. Nem calçado. Uma ocasião fomos um grupo de homens falar com outro grupo que trabalhava por uma jorna de pobre. Lutava-se por 35$00 na ceifa e eles estavam a trabalhar por 15$00 com um pouco de água azeda, um bocado de pão migado e dois nicos de azeite. Não fomos impedi-los de trabalhar, fomos dizer que exigissem o mesmo ordenado. Alguns fugiram com medo, julgaram que a gente ia fazer mal e fugiram, outros ficaram. Conversámos com os que tinham ficado e dissemos que pedissem o mesmo ordenado. Os homens disseram que sim e marchámos para outro grupo que andava a trabalhar nas mesmas condições. Quando íamos de mudança de um lado para o outro apareceu uma caravana de *jeeps* e guardas – mais de 100 guardas com pides à mistura –, fizeram 50 presos. Entre eles lá fui eu para Caxias e lá fiquei quatro meses e meio. Isto foi a 24 de Julho de 1954. Quando para lá fui deixei miséria, quando vim mais miséria encontrei. Basta dizer que era eu sózinho a ganhar para a casa, o filho mais velho tinha 13 anos. Vim para a fome, continuar a fome. Trabalhava à jorna dois meses e ficava quatro parado. Até que veio o 25 de Abril e formámos a Cooperativa.

«Hoje somos todos pequenos agricultores, somos 14 os cooperantes. Não tínhamos nada e agora temos cinco tractores, uma ceifeira-debulhadora, diversas máquinas, por exemplo uma máquina de ceifar ervas, um rebanho de cabras, um de ovelhas, outro de porcos. A nossa cooperativa tinha 961 hectares antes desta entrega ilegal a esse senhor barriguista: 600 de uma herdade que nem 20 hectares bons terá e 361 de onde foram entregues os 180 hectares. Toda esta terra nos foi dada pela UCP de Pias "Esquerda Vencerá".

«Já depois da entrega desses 180 hectares das melhores terras, fomos para lá semear. Veio a guarda e avisou para não voltarmos senão era mau para nós. Mas na realidade não podemos dar a terra de mão beijada».

Pequenos agricultores: um trabalho duro, uma canseira diária na luta pela sobrevivência que os sucessivos Governos Constitucionais e o Governo demitido de Nobre da Costa tornaram cada vez mais próximos da miséria sofrida nos tempos do fascismo.

Trabalhadores rurais e pequenos agricultores: os mesmos interesses, o mesmo combate

Um outro agricultor da Cooperativa, António Guerreiro declara:

– Temos uma dívida de 2000 contos. Como vamos pagá-la e resistir se o Governo tira-nos o pouco que temos? Gastámos quase 1000 contos a arranjar as nossas instalações e nem um subsídio recebemos. E o que nos valeu foi que estas instalações nos foram oferecidas pela Comissão de Moradores. Isto aqui era um antigo lagar, fechado há muitos anos e a Comissão de Moradores ocupou-o para os pequenos agricultores. Um dia apareceu cá o dono e disse-nos que estava de acordo que as instalações ficassem para nós e até nos quis pagar a sucata que cá tinha, a gente não quis e ele lá a levou.

«A verdade é que todos os Governos constitucionais não ajudaram os pequenos agricultores. O que precisávamos era de um Governo que nos ajudasse em sementes, apoio técnico e com crédito. Mas não. Até agora é só tirar: cortam o crédito, levam-nos a terra. Podemos atribuir aos Governos todas as dificuldades que temos na vida».

– Apoio e auxílio só nos tem vindo de um lado – concluiu o Bento Moita. – Quanto a mim não tenho palavras suficientes para agradecer o bem que esses trabalhadores da UCP "Esquerda Vencerá" nos têm feito. Muitas das vezes, avaria-se-nos uma máquina ou surge outra dificuldade qualquer e vamos à «Esquerda Vencerá» e chegam a deixar o trabalho deles para nos socorrer. Com os da «Esquerda Vencerá» somos remediados. Com os trabalhadores das unidades colectivas de outras freguesias sentimo-nos irmãos: estamos sempre ao lado dos trabalhadores desta ou de outra zona. Onde se toca num trabalhador, toca-se em nós».

Deputados, intelectuais e artistas manifestam apoio à Reforma Agrária

O repúdio pela actuação do MAP do Governo demitido de Nobre da Costa, o apoio à Reforma Agrária atingem uma extraordinária amplitude nas correntes de opinião democrática.

A par das constantes moções de apoio aos trabalhadores das unidades colectivas votadas por trabalhadores de todos os sectores de actividade, pelos organismos autárquicos, pelas organizações populares de base e outras, surgem manifestos de intelectuais, de artistas e de diversas personalidades de reconhecido prestígio.

Entre estes assume particular relevo o manifesto em defesa da Reforma Agrária a enviar ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da Assembleia da República e ao Governo lançado por diversos quadrantes políticos e ideológicos, entre cujos primeiros 37 signatários se incluem os seguintes nomes: Jacinto Prado Coelho, presidente da Academia de Ciências, António Campos, deputado do PS e ex-Secretário da Estruturação Agrária, Vítor Louro, deputado do PCP, presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura e Pescas e ex-Secretário da Estruturação Agrária António Bica, advogado e ex-Secretário da Estruturação Agrária, António Lopes Cardoso, deputado independente e ex-Ministro da Agricultura e Pescas, Augusto Abelaira, presidente da Associação Portuguesa de Escritores, Etelvina Lopes de Almeida, deputada do PS, Fernando Lopes Graça, compositor, João de Freitas Branco, musicólogo, Henrique Barahona Fernandes, professor catedrático, Raul Rego, deputado do PS, Ruy Luís Gomes, reitor vitalício da Universidade do Porto, Vítor de Sá, professor universitário e muitas outras individualidades reconhecidas a nível nacional e intelectual.

Também intelectuais de Coimbra se manifestaram contra a política de violência e ilegalidade do MAP considerando que esta pode comprometer o futuro da democracia do país. Entre estes intelectuais, na impossibilidade de reproduzirmos as dezenas de nomes, referimos: Abílio Hernandez, Aníbal Almeida, Avelãs Nunes, Henrique Carmona da Mota, Joaquim Namorado, Jorge Leite, José Joaquim Gomes Canotilho, Orlando Carvalho, Paulo Quintela, Rogério Alvarez, Carrington da Costa, Rui Namorado, Vital Moreira.

Entretanto, mais de três centenas de trabalhadores do sector do teatro – artistas, trabalhadores administrativos e técnicos – apoiaram já um texto de protesto contra a ofensiva do MAP entre cujos subscritores salientamos: Eunice Munõz, Assis Pacheco, Henriqueta Maia, Costa Ferreira, Lia Gama, Curado Ribeiro, Rui Mendes, Lurdes Norberto, Augusto Figueiredo, Glicínia Quartim, Rogério Paulo, Maria Dulce, Canto e Castro, Lígia Teles, Maria do Céu Guerra, Barroso Lopes, Fernanda Alves, Pedro Lemos, Guida Maria, Rita Ribeiro, Mário Viegas, Santos Manuel, Luis Santos, Helena Félix, António Anjos, Susana Prado, António Machado, António Assunção, Luís Alberto, Alda Rodrigues e Luzia Maria Martins.

Socialistas reconhecem necessidade de alterar a lei

Entre os diversos núcleos e militantes do PS que vêm assumindo publicamente o repúdio pela política do MAP do Governo de Nobre da Costa, incluem-se os deputados António Campos ex-secretário da Estruturação Agrária e Manuel Costa, ex-governador civil de Évora. Num debate, realizado na secção de Algés do PS, António Campos atacou firmemente as violências e ilegalidades do MAP, afirmando que «é rigorosamente falso pretender-se que o que se está a fazer seja o cumprimento da lei» e concluindo que «o que está a fazer nada tem a ver com a Reforma Agrária».

«Neste momento – disse António Campos – só se estão a cumprir os artigos 26.º e 28.º da Lei das Bases mas «a lei tem mecanismos que não obrigam só à entrega de reservas. Implicam também o financiamento das unidades prejudicadas com essa entrega».

O deputado Manuel da Costa, reconhecemos que os socialistas são autores da lei, pôs com clareza a necessidade da sua alteração:

«Pensamos que se torna necessário alterar a lei da Reforma Agrária. É verdade que somos os autores dessa lei, mas a política é sempre o possível num determinado momento e não o desejável.

A alteração é mesmo capaz de se impor mais rapidamente do que nós desejávamos».

O deputado António Campos, a este respeito, afirmou:

«Se não tivermos outra oportunidade de impedir a discricionidade do MAP, avançaremos com uma proposta de alteração da Lei de Bases da Reforma Agrária».

«De Braço Dado», uma Festa hoje e amanhã no Pavilhão dos Desportos

«De Braço Dado» é o nome dos dois espectáculos populares que hoje e amanhã decorrerão no Pavilhão dos Desportos, a partir das 21.30 horas, sob o signo da solidariedade.

«De Braço Dado» não é so isto. É também o nome de uma canção que servirá de apresentação à própria festa e nos falará dos seus objectivos.

«De Braço Dado» vai ainda ser Desporto, com a exibição de um grupo de pequenos ginastas e uma conversa com Albino, ex-jogador de futebol do Benfica. E também vai ser Canção de Intervenção, com Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo, Manuel Freire, José Jorge Letria, José Barata Moura. Vão ser momentos de boa disposição, com a rábula do xadrez do José Viana. E o circo estará presente através do palhaço Zeca Elizabete.

«De Braço Dado» será ainda a luta dos trabalhadores da cidade e do campo através de aquilo que um trabalhador da Cintura Industrial de Lisboa e outro da Reforma Agrária nos têm para dizer àcerca da sua luta. Irá ser também o Fado, com Ana Pinto, João d'Altar, Manuel Maia, Natércia Aguiar, Quim Valente e outros em desgarrada. Irá ser música clássica com um Quarteto de Cordas.

A poesia, com a presença de Armindo Rodrigues, José Gomes Ferreira, Manuel da Fonseca, Eufrásio Filipe, José Vultos Sequeira, Luís Maçarico e Carlos Paredes, poeta da guitarra, vai estar no «De Braço Dado». E também o fólclore, com o Rancho dos Avieiros de Vila Franca de Xira e um par de fandanguistas de Alpiarça, e ainda corais alentejanos.

O espectáculo, que será ligeiramente diferente nos dois dias e que conterá algumas surpresas, será apresentado por Francisco Nicholson, Rui Pedro, Fernando Correia e Maria Eufémia e terá a colaboração de Mário Castrim e Carlos Pinhão.

A solidariedade

Este grandioso espectáculo, cujos bilhetes devem ser adquiridos, para hoje e amanhã, nos Centros de Trabalho da Região de Lisboa e no Pavilhão, antes do início, é uma festa de solidariedade, promovida pela DORL, para com a construção dos vários Centros de Trabalho que actualmente se leva a cabo. Como por exemplo o de Odivelas, cuja Campanha dos 1200 contos temos descrito nas páginas do «Avante!».

Em referência a esta Campanha diremos ainda que está a aproximar-se a data de prestação de contas de todas as rifas que sorteiam uma viagem à União Soviética. Na Altura dessa prestação de contas, até ao fim do corrente mês, é necessário entregar também os talões correspondentes às rifas vendidas, sem o que a organização não poderá responsabilizar-se por elas.

A mando do Banco Mundial, MAP boicota financiamentos a UCP's

«Luz verde» em relação aos empresários privados que pedem financiamento e o «maior cuidado com os pedidos das UCP's e Cooperativas e herdades sob gestão estatal, condicionando os financiamentos aos critérios de elegibilidade expressos no acordo assinado entre o Governo português e o Banco Mundial», eis parte do teor do despacho exarado a 3 de Outubro, pelo secretário de Estado do Fomento Agrário, Francisco Borba, que por acaso é um agrário...

Sendo do conhecimento público o incremento da pecuária nas UCP's e cooperativas, o esforço tremendo dos trabalhadores da Reforma Agrária para melhorar a produção agro-pecuária, fácil é concluir que se trata de mais um atentado contra esta conquista fundamental do processo revolucionário. Esta realidade fica mais transparente se observarmos quais são os critérios de elegibilidade impostos pelo Banco Mundial, condicionando o financiamento às unidades colectivas, já que para os agrários a luz é verde...

«– Consolidação do Crédito Agrícola de Emergência;

– Entregas de reservas na área que exploram;

– Plano de indemnizações aos antigos proprietários a acertar com o MAP

– Contabilidade acessível aos respectivos serviços da DR da Agricultura

–Publicado no «Diário da república» o estatuto legal».

Os secretariados das UCPs e Cooperativas de Évora, Beja e Portalegre, comentando mais esta arbitrariedade na ofensiva do Governo Nobre da Costa contra a Reforma Agrária dizem:

«Esta é, assim a decisão de um membro do Governo que é obrigado a definir e a executar a sua política com o respeito pela Constituição (artigo 185) e onde se lê no seu artigo 7.º que Portugal se rege nas relações internacionais, «pelos princípios da independência nacional».

«Este despacho anticonstitucional – afirmam os secretariados – do secretário de Estado do Fomemto Agrário é bem a fotografia de um Governo que aceitando e colocando-se de cócoras perante as exigências do imperialismo, despreza assim os interesses nacionais, subordinando-os aos interesses e às ordens do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial».

Comissão para controlar o poder discricionário do MAP

A Comissão Parlamentar da Agricultura e Pescas debateu a criação de uma Comissão «para controlar o poder discricionário do MAP».

A criação desta comissão é possível ao abrigo do artigo 72.º da Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, que estabelece que a comissão, «composta por cinco membros eleitos pela Assembleia da República», tem como objectivo «reapreciar do mérito, da conveniência ou da oportunidade dos actos administrativos que segundo a presente lei, compete ao ministro da Agricultura e Pescas praticar no uso de poderes discricionários, ainda que resultantes do indeferimento tácito, e sem prejuízo das normas do contencioso administrativo».

Operação da Polícia Judiciária detém ladrões de gado

Finalmente, depois de várias denúncias e alertas dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, foi desencadeada uma operação policial contra os ladrões de gado que, a soldo de interesses das forças reaccionárias, têm vindo a espoliar UCPs e Cooperativas Agrícolas do seu património pecuário.

Na sequência desta operação, desencadeada a partir de Lisboa até ao sul do Alentejo, foram detidos sete indivíduos que transportavam duas armas de fogo, sete armas brancas proibidas, sete catanas, um punhal e uma navalha de ponta e mola.

Num comunicado distribuído pela Polícia Judiciária fala-se em «elementos importantes sobre o transporte ilegal de gado, os quais poderão conduzir a resultados significativos nas averiguações respeitantes ao furto de gado no sul do país» e afirma-se que a Polícia Judiciária «vai prosseguir com acções desta natureza até conseguir desmantelar as quadrilhas que a coberto da noite vêm espoliando as populações alentejanas».

É preciso que se faça ouvir a voz dos agricultores

Agricultores de Soure organizados na União, num comunicado aos que, no concelho, trabalham a terra, expõem os problemas que tornam aflitiva a sua situação actual.

Referindo o aumento de 38% do preço dos adubos, o provável aumento de 30% para os pesticidas, o aumento do gasóleo para 10$00 e os seus reflexos no já elevado preço de aluguer das máquinas, e a subida de preço do petróleo para os motores de rega, os agricultores afirmam:

«Devido à intempérie verifica-se uma baixa na produção do arroz, em relação ao que se podia prever, da ordem dos 20 a 30%, sendo necessário apoio por parte do Estado; os agricultores continuam sem saber a que preço vão vender os seus produtos e continuam com os problemas de escoamento vendo-se obrigados a cair nas mãos dos intermediários».

A União dos Agricultores de Soure considera urgente que «a voz dos agricultores se faça ouvir junto de quem de direito, através da sua organização», e que é necessário que «os agricultores reforcem a sua união» para que «deixem de ser esquecidos e seja defendida a sua vida».

Porque demora a concretização do Seguro Nacional Agro-Pecuário?

Segundo uma nota à Imprensa distribuída pela CNA, «apesar das repetidas reclamações da lavoura, no reconhecimento oficial da sua urgente necessidade, apesar da aprovação, há meses, do diploma que criava o Instituto da Protecção Agrícola e das promessas de rápida concretização, a lavoura desconhece ainda hoje o que virá a ser e como vai funcionar esse seguro» cuja demora alerta os agricultores.

Protestando contra «a falta de operatividade dos serviços dos oficiais responsáveis pela demora na resolução deste problema» e reclamando conhecer os projectos em estudo, a fim de sobre eles se poder pronunciar», a CNA defende ainda a criação de um «seguro que, cobrindo os riscos inerentes às culturas, gados e florestas, pelo menos garanta à lavoura a segurança necessária a maiores investimentos e maiores produções».

Mulheres trabalhadores com a Reforma Agrária

Na Conferência Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora que reuniu 800 delegados em Lisboa, foi aprovada uma moção de repúdio pela actuação violenta do MAP do Governo de Nobre da Costa no Alentejo e de solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária.

Na moção reafirma-se que os problemas da Reforma Agrária devem ser resolvidos por via do diálogo e não pelo recurso à força. A Conferência Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora manifesta ainda nesta moção a reinvindicação da imediata revogação da lei Barreto, o abandono das terras pela GNR e a concessão por parte do Governo de apoio técnico, financeiro e económico às UCPs e Cooperativas, afim de serem assegurados o desenvolvimento económico e social do país e a tranquilidade dos trabalhadores.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

– Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

Ler Lénine (1)

O segundo tomo das *Obras Escolhidas* de V.I. Lénine compreende obras escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918. Nestas obras V.I. Lénine elabora a estratégia e a táctica do Partido Comunista na luta para transformar a revolução democrática burguesa em revolução socialista, na luta pela vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, pela instauração e consolidação da ditadura do proletariado, no primeiro período do Poder Soviético. Nas obras incluídas neste tomo esclarecem-se as questões fundamentais da luta do partido pela saída da Rússia da guerra imperialista, pela criação dum novo Estado, o Estado Soviético, e pela edificação da sociedade socialista. Inserem-se neste tomo uma série de documentos e intervenções de Lénine que esclarecem as questões da defesa da Rússia Soviética em ligação com a intervenção militar estrangeira e a guerra civil.

Em Março de 1917, ainda na emigração, V.I. Lénine definiu nas *Cartas de Longe* (a primeiras cinco cartas abre o presente tomo) o carácter e as forças motoras da Revolução de Fevereiro na Rússia. Ao definir as tarefas da classe operária e do seu partido, Lénine escrevia que tinha acabado apenas a primeira etapa da revolução. Ele apelou para que a classe operária desse provas de heroísmo e conseguisse a vitória na segunda etapa da revolução, isto é, na etapa da sua transformação em revolução socialista.

Fazem parte do presente tomo as famosas *Teses de Abril*, esse notável documento programático do partido bolchevique apresentado por V.I. Lénine em 4 (17) de Abril, ou seja, no dia seguinte ao seu regresso do estrangeiro, o artigo *As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projecto de plataforma do partido proletário)* os relatórios e discursos de Lénine e as resoluções redigidas por ele da VII Conferência (de Abril) de Toda a Rússia dos bolcheviques. Estes documentos programáticos armaram o partido e a classe operária da Rússia com um plano cientificamente fundamentado de transição da revolução democrática burguesa para revolução socialista. A Conferência de Abril aprovou unanimemente a linha leninista para a revolução socialista e a conquista do poder político pela classe operária e pelo campesinato pobre através dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses. O Partido Comunista, após a Conferência de Abril, lançou-se ao trabalho para concretizar as resoluções desta, para mobilizar revolucionariamente as massas, para as esclarecer politicamente.

Os acontecimentos de Julho, isto é, o metralhamento da manifestação pacífica dos operários e soldados em Petrogrado a 4 (17) de Julho de 1917 pelo Governo Provisório, foram o momento de viragem no desenvolvimento da revolução. Acabou a dualidade de poderes. O poder no país passou para as mãos do Governo Provisório burguês.

A nova situação política no país exigiu do partido que modificasse a sua táctica, que substituísse as suas palavras de ordem tácticas. Nas teses *A Situação Política* e no artigo *A Propósito das Palavras de Ordem*, Lénine explica que o período pacífico da revolução acabou, formula indicações sobre a acumulação de forças para preparar a insurreição armada, fundamenta a necessidade

de retirar por algum tempo a palavra de ordem «Todo o Poder aos Sovietes!».

Estas e outras obras de Lénine constituíram a base das resoluções do VI Congresso do POSDR (b), o qual se realizou em Petrogrado de 26 de Julho a 3 de Agosto (8-16 de Agosto) de 1917. Lénine dirigiu os trabalhos do Congresso a partir da clandestinidade, donde orientava as actividades do partido, dava indicações a propósito de todas as questões fundamentais da revolução. As resoluções adoptadas pelo VI Congresso estavam subordinadas ao objectivo principal, que era preparar o proletariado e o campesinato pobre para a insurreição armada, para a vitória da revolução socialista.

Durante os 110 dias da sua vida na clandestinidade, V.I. Lénine escreveu mais de 65 artigos e cartas. Entre esses, figuram obras tão importantes como *A Catástrofe Que Nos Ameaça e como Combatê-la*, *o Estado e a Revolução*, *Conservarão os Bolcheviques o Poder de Estado?*, que fazem parte do presente tomo. Nelas Lénine desenvolveu a doutrina marxista sobre o Estado e a ditadura do proletariado, fundamentou em todos os aspectos a necessidade histórica da revolução socialista e a sua inevitabilidade na Rússia, pôs em evidencia as suas tarefas primordiais.

Em meados de Setembro de 1917 V.I. Lénine escreveu ao Comité Central, aos Comités de Petrogrado e de Moscovo do partido a carta *Os Bolcheviques Devem Tomar o Poder*, e a carta ao Comité Central *O Marxismo e a Insurreição*, nas quais, basendo-se numa análise profunda e multilateral da situação internacional e da situação interna do país, coloca perante o partido a tarefa da preparação e da organização da insurreição armada. Na carta *O Marxismo e a Insurreição* e no artigo *Conselhos de Um Ausente*, Lénine desenvolveu e generalizou num sistema harmonioso as concepções de Marx e Engels sobre a insurreição como uma arte.

Nestas obras, Lénine elaborou um plano aproximado da organização da insurreição.

Este tomo inclui todos os documentos das reuniões históricas do CC que se efectuaram em 10 (23) e 16 (29) de Outubro de 1917: actas dos relatórios e intervenções de V.I. Lénine e as resoluções escritas por ele sobre a insurreição armada. A decisão do CC sobre a insurreição tornou-se uma directriz para as organizações do partido de todo o país sobre a imediata preparação da insurreição armada. Neste tomo estão inseridas a *Carta aos Membros do Partido dos Bolcheviques e a Carta ao Comité Central do POSDR (b)* nas quais Lénine desmacara a conduta antipartido de Zinoviév e de Kámenev, que se pronunciaram contra a decisão do CC sobre a insurreição armada. Em 18 (31) de Outubro, Kámenev publicou, em seu próprio nome e em nome de Zinóviev, no jornal semimenchevique *Nóvala Jizn*, uma declaração dizendo não estarem de acordo com a decisão do CC sobre a insurreição. Deste modo Zinóviev e Kámenev denunciaram ao inimigo a decisão secreta do partido sobre a insurreição. Lénine estigmatizou-os como fura-greves da revolução e exigiu que fossem expulsos das fileiras do partido.

Lénine insistia em que a insurreição fosse iniciada antes do II Congresso dos Sovietes, a fim de ultrapassar os inimigos, que esperavam a acção armada para o dia da inauguração do Congresso. Na carta aos membros do CC escrita em 24 de Outubro (6 de Novembro), propôs que a acção fosse iniciada imediatamente: «A história não perdoará a demora aos revolucionários, que podem vencer hoje (e seguramente vencerão hoje), arriscando-se a perder muito amanhã, arriscando-se a perder tudo» (ver o presente tomo p. 388).

Por proposta de Lénine, a insurreição foi iniciada a 24 de Outubro (6 de Novembro). A altas horas da noite, Lénine chegou ao Palácio Smólni e encabeçou a direcção da insurreição. O plano da insurreição armada por ele elaborado foi realizado com êxito pelos operários e soldados insurrectos. Neste tomo publica-se o apelo histórico escrito por Lénine: *Aos Cidadãos da Rússia!*, através do qual, na manhã de 25 de Outubro (7 de Novembro) o Comité Revolucionário Militar informou os povos da Rússia sobre o derrubamento do Governo Provisório e sobre a passagem do poder de Estado para as mãos dos Sovietes.

Fazem também parte deste tomo os materiais do II Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de Toda a Rússia que se inaugurou na noite de 25 de Outubro (7 de Novembro). O Congresso aprovou unanimemente o apelo escrito por Lénine *Aos Operários, Soldados e Camponeses!*, ratificou os decretos de Lénine sobre a paz e sobre a terra, formou o Governo soviético com V.I. Lénine à cabeça.

Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS
Editora de Literatura Política

(Prefácio ao segundo Tomo das "Obras Escolhidas" de V.I. Lénine em Português)

Temas vários

URSS: 61 vezes o grande Outubro (1)

As Forças Armadas, a Juventude e os Trabalhadores Soviéticos unidos em torno do Partido de Lénine

Dez horas de uma manhã de céu limpo e sem nuvens com a neve que caíu continuamente durante todo o dia anterior a decorar as cúpulas daquela célebre praça que, ao contrário do que se afirma numa cançoneta francesa que esteve muito em voga, nunca está vazia.

Moscovo, Praça Vermelha, dia 7 de Novembro deste ano. O povo da capital da URSS, a que se juntam dezenas de milhares de cidadãos soviéticos vindos das mais longínquas repúblicas, bem como hóspedes estrangeiros, entre os quais alguns dos mais destacados dirigentes do movimento comunista e operário internacional e do movimento de libertação nacional, celebram o 61.º aniversário do mais importante acontecimento mundial dos nossos tempos — a Grande Revolução Socialista de Outubro.

Desde muito cedo, mal os raios de sol começam a inundar esta grande metrópole que é a capital da União Soviética, que ao longo das ruas de nomes célebres — Avenida Kalinine, Rua Gorki, Praça Dzerjinski, Avenida Karl Marx — a pé ou utilizando o metropolitano, se vive um ambiente de grande festa. Verdadeiros caudais de gente dirigem-se para os seus locais de concentração, outros confluem directamente para a Praça Vermelha.

Aqui, pouco antes das nove horas, já as tribunas existentes junto à muralha do Kremlim dos dois lados do Mausoléu de Lenine e as bancadas colocadas em frente, encostadas ao gigantesco edifício do GUM — os grandes armazéns centrais — se encontram repletas.

Quando os dirigentes do partido e do Estado soviético, tendo à frente o camarada Leonid Brejnev, assomam à tribuna colocada na Mausoléu de Lenine, ressoam pela Praça Vermelha os aplausos calorosos de todo um povo que vê nos dirigentes do PCUS os herdeiros e continuadores dos homens que, com Lenine à cabeça, partiram ao assalto do velho mundo e lançaram os alicerces do mundo novo que continuamente se desenvolve rumo à sua etapa decisiva — o Comunismo.

Ao lado de Leonid Brejnev e juntamente com outros destacados dirigentes do PCUS — Andropov, Grichine, Gromiko, Kirilenko, Kossyguin, Mazurov, Pelche, Suslov, Demitchev, Kuznetzov, Ponomariov, Solomentsev, Tchernenko, Kapitonov, Dolguich, Zimianine, Riabov, Russakov — tomam lugar na tribuna do Mausoléu dois ilustres hóspedes do povo soviético: os camaradas Le Duan, secretário-geral do partido Comunista do Vietname, e Phan Van Dong, primeiro-ministro da República Socialista do Vietname.

O Grande Outubro e o Exército Soviético: uma íntima comunhão

Entretanto, já a Praça Vermelha se encontra literalmente ocupada por milhares de representantes das Forças Armadas Soviéticas.

Mal os carrilhões do Kremlim fazem soar por toda a cidade as dez horas, pelo arco da Torre do Salvador — uma das várias entradas da Praça Vermelha — entra um automóvel descapotável transportando o marechal Dimitri Ustinov, membro do «Politburo» do PCUS e Ministro da Defesa da URSS, recentemente agraciado com a Ordem de Lenine e o título de Herói da União Soviética. Ao mesmo tempo e pelo lado da Catedral de S. Basílio, num veículo semelhante, aparece o comandante da parada, general do Exército Soviético Govorov. Rigorosamente ao mesmo tempo, os dois veículos encontram-se a meio da Praça Vermelha, frente à tribuna do Mausoléu.

Depois de o comandante da parada fazer o relatório, o marechal Ustinov passa em revista as forças militares que ali representam o Exército Soviético. Detendo-se perante cada um dos batalhões, o marechal Ustinov saúda os seus membros por ocasião do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, recebendo como resposta um triplo «Hurra!».

Subindo de seguida à tribuna, o marechal Ustinov profere, em nome do CC do PCUS e do Governo da URSS, o discurso comemorativo, findo o qual a banda militar, de mil instrumentos executa o Hino da União Soviética.

Simultaneamente, a vários quilómetros de distância, o canhão colocado nas colinas Lenine, nas margens do rio que deu o nome à capital soviética e perto das instalações do Estádio Central Lenine, dispara 61 tiros simbolizando os 61 anos da primeira Revolução Socialista.

Começa, então, o desfile militar, ao som constante das fanfarras — espectáculo impressionante pela sua grandiosidade e organização. É a 106.ª parada militar realizada na Praça Vermelha desde que foi proclamado o poder soviético. A abri-la, marcham os alunos da Escola Militar de Música de Moscovo, logo seguidos pela coluna da Academia Militar Frounzè, possuidora de várias Ordens e que comemora este ano o 60.º aniversário da sua fundação. Seguem-se os alunos da Escola Político-Militar Lenine, os batalhões da Academia Dzerjinski, as tropas de blindados da Academia Malinovski, os batalhões de engenharia Kuibychev, da Academia de Protecção Química Timoshenko, das academias de Força Aérea Gagarin e Jukovski. Vêm em seguida os representantes da Marinha de Guerra, destacamentos de tropas aerotransportadas, alunos da Escola de Moscovo de Guarda-Fronteiras, fuzileiros navais, alunos das escolas do Exército e da Marinha Suvorov e Nakhimov e, a fechar, os alunos da Escola Militar do Kremlim.

Depois, tem lugar o desfile das forças motorizadas que, por alguns minutos, com o ruído ensurcedor dos blindados, silenciam os acordes das marchas militares. À frente, a divisão de infantaria Kalinine, seguida de unidades aerotransportadas e, a fechar, as unidades de foguetões.

Os jovens, primaveras da revolução...

Mal desaparece junto à Catedral de São Basílio a banda militar que fecha a parada, milhares de jovens, de fatos de treino de todas as cores, «invadem» a Praça Vermelha. É a presença da Juventude Soviética, num fascinante espectáculo multicolorido, que com os seus corpos e as suas bandeiras, no chão da Praça desenham palavras como «PAZ», «PCUS» e «Glória a Outubro».

Nascidos já no mundo novo, saído de Outubro, esses milhares de jovens sobre os quais caem generosamente os raios do sol desta manhã de Novembro, são na Praça Vermelha, após a presença dos guardiões das conquistas do Socialismo, a primavera da Revolução que constantemente se aperfeiçoa.

Ao mesmo tempo que se desenrola a sua exibição, vão desfilando enormes cartazes que representam Lenine, os símbolos das 15 repúblicas soviéticas federadas, os membros dirigentes do PCUS, Marx e Engels.

Longos e quentes aplausos sublinham a intervenção da Juventude soviética e das suas organizações leninistas — o Konsomol e a organização dos Pioneiros.

... e os trabalhadores, donos do seu futuro!

Pelo espaço deixado vago pelos jovens de Moscovo, entra finalmente na Praça Vermelha o desfile dos trabalhadores. À frente, um enorme cartaz representa a bandeira da cidade heróica de Moscovo, ornamentada com as várias condecorações que a capital da URSS possui pelos feitos inesquecíveis dos seus habitantes, em defesa da Pátria e das conquistas do Socialismo.

A manifestação dos trabalhadores vem organizada por bairros. Centenas e centenas de cartazes, milhares de bandeiras vermelhas: as últimas indicam o guia da acção, os primeiros referem-se aos geniais criadores do marxismo-leninismo, aos dirigentes do PCUS; mas também ao cumprimento das decisões colectivamente tomadas, nomeadamente no XXV Congresso do Partido. Os trabalhadores de Moscovo desfilam neste 7 de Novembro na Praça Vermelha com a certeza adquirida pelo trabalho realizado: na véspera das comemorações, 400 mil trabalhadores de Moscovo atingiram já as metas dos três primeiros anos do actual plano quinquenal.

E ao fim de algumas horas, enquanto os trabalhadores de Moscovo por todas as ruas da capital, rumo às suas casas, transportam os estandartes da felicidade e da alegria, a Praça Vermelha continua a não ficar vazia: três grandes painéis representando Lenine, operários, camponeses e soldados, perpetuam a imagem do que ali se passou.

São três as palavras de ordem neles contidas: «Cumpriremos as decisões do XXV Congresso do PCUS», «Apoiamos e aprovamos a política leninista do PCUS» e «O Comunismo Vencerá».

Uma mensagem de certeza apontada para o futuro no presente deste dia 7 de Novembro de 1978, que amanheceu soalheiro e quente depois da neve que caiu na véspera.

As comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro em Moscovo, capital da URSS, permanecem hoje, uma semana depois, bem vivas na memória de quem as presenciou; por isso, a narrativa se desenrolou no presente do indicativo, como que a querer significar que no reviver do passado está a confirmação do presente e a certeza de que o futuro vencerá!

Do nosso enviado especial
JOSÉ MARTINS

A primeira página do «Pravda», órgão central do PCUS, do dia 8 de Novembro

Soviético народ, народы братских социалистических стран, все прогрессивное человечество торжественно отметили 61-ю годовщину Великой Октябрьской социалистической революции.

No Palácio dos Congressos do Kremlim, na noite do dia 4 de Novembro, realizou-se a sessão solene comemorativa do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Membros veteranos do PCUS, trabalhadores de vanguarda, representantes das Forças Armadas Soviéticas, artistas e intelectuais, participaram neste grande acto no decorrer do qual o camarada Alexei Kossiguine apresentou um extenso relatório intitulado «A Força Criadora das Grandes Ideias de Outubro».

Na sala encontravam-se ainda numerosas delegações de partidos irmãos, entre os quais o camarada Pires Jorge, membro do CC do PCP. A delegação do Partido Comunista do Vietname, bem como os máximos dirigentes de vários partidos tomaram lugar na mesa da presidência da sessão, ao lado dos mais destacados dirigentes do PCUS, nomeadamente do seu secretário-geral, camarada Leonid Brejnev.

Na sua intervenção, várias vezes interrompida com aplausos, o camarada Alexei Kossinguine, membro do «Politburo» do CC do PCUS e presidente do Conselho de Ministros da URSS, depois de se referir à importância histórica ímpar dos acontecimentos de Outubro, abordou o progresso económico e social multiforme registado nos últimos anos pelo povo soviético como factor essencial da sociedade socialista.

O tema da luta pela paz e pela cooperação internacional mereceria ainda um lugar de grande destaque na comunicação do dirigente do PCUS. O presidente do Conselho de Ministros da URSS criticaria particularmente a política externa de Pequim, caracterizada pela aliança com as forças mais reaccionárias da arena internacional.

Também o tema da luta pela paz e a crítica firme às acusações dos dirigentes maoistas mereceriam referência na intervenção do marechal Ustinov na Praça Vermelha. Com efeito, o ministro da Defesa da URSS, depois de ter salientado que os círculos imperialistas de agressão desejam voltar à época da guerra fria, incentivar a corrida aos armamentos e procurar obter a supremacia militar em relação ao países socialistas, acentuou que a política dos dirigentes de Pequim representa um sério perigo para a causa da paz e do socialismo.

E a finalizar a sua intervenção no desfile da Praça Vermelha, o marechal Dimitri Ustinov afirmaria: **Dedicados sem limites à sua pátria socialista e unidos em torno do partido leninista, os soldados soviéticos estão sempre prontos a cumprir o seu dever patriótico e internacionalista. Juntamente com os soldados dos países do Tratado de Varsóvia defenderão as grandes conquistas do socialismo.**

Sintetizando todas estas grandes orientações da política leninista do PCUS, o seu secretário-geral, camarada Leonid Brejnev, no discurso proferido no Kremlim no próprio dia 7 de Novembro, numa recepção ai realizada, saudou **calorosamente os trabalhadores dos países socialistas irmãos, todos os amigos da União Soviética no estrangeiro, todos os defensores dos interesses dos trabalhadores, todos os lutadores pela liberdade e a independência nacional dos povos, os lutadores pelo progresso social e por uma sólida paz no mundo.**

Internacionalismo na via de Lénine

A luta pela paz e o cumprimento da firme posição internacionalista decorrente das tradições do Partido de Lénine são dois dos traços cada vez mais acentuados na política externa seguida pelo PCUS e pelo Estado Soviético e amplamente apoiados pelo povo da URSS.

Quotidianamente praticados, estes dois princípios leninistas são sempre solenemente reafirmados por ocasião das celebrações do aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A atestá-lo e por exemplo, refira-se a presença em Moscovo este ano de destacados dirigentes do movimento comunista e operário internacional e do movimento de libertação nacional, como os camaradas Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PC Brasileiro, António Maidana, primeiro-secretário do PC do Paraguai, Dionísio Ramos Bejarano, secretário-geral do PC das Honduras, Azis Mohammed, secretário-geral do PC do Iraque, Rodney Arismendi, primeiro-secretário do PC do Uruguai, Peter Keuneman, secretário-geral do PC de Sri Lanka, e Joshua Nkomo, co-presidente da Frente Patriótica do Zimbabwé.

Mas o ponto alto desta manifestação consequente de internacionalismo proletário foi sem dúvida a estada em Moscovo, desde o dia 31 de Outubro, de uma delegação de alto nível do Partido Comunista e da República Socialista do Vietname, chefiada pelos camaradas Le Duan, secretário-geral do PCV, e Phan Van Dong, primeiro-ministro da RSV.

No dia 3 de Novembro e após vários encontros entre as delegações do PCUS e do PCV, foi firmado um tratado de amizade e cooperação entre a URSS e a República Socialista do Vietname.

No decorrer desse mesmo dia e durante o banquete oferecido no Kremlim em honra da delegação vietnamita, o secretário-geral do PCUS e Presidente do «Presidium» do Soviete Supremo da URSS classificou esse tratado como sendo um documento **histórico no verdadeiro sentido da palavra.** Antes, o secretário-geral do PCUS tinha afirmado que, **para os comunistas soviéticos, a solidariedade para com o Vietname é um dever do coração e do espírito.**

E o camarada Leonid Brejnev finalizou a sua alocução salientando: **Os grandes guias da revolução lançaram os fundamentos dos nossos Estados, deram um impulso decisivo ao seu desenvolvimento e traçaram a nossa via: Vladimir Lénine para a Rússia Soviética e Ho Chi Minh para o Vietname. Podemos dizer com orgulho que seguimos rigorosamente essa via.**

A delegação vietnamita assistiu a todas as cerimónias comemorativas do 61.º aniversário do Grande Outubro, ao lado dos dirigentes do PCUS e do Estado soviético. Tal facto apenas sublinhou solenemente a importância concedida à deslocação a Moscovo dos camaradas Le Duan e Phan Van Dong.

Os ideais de Marx, Engels e Lénine concretizados quotidianamente desde há 61 anos, são a razão de ser desta grandiosa manifestação na Praça Vermelha

ESPIRAL PUB.

TEMPOS NOVOS
agora em Português
uma revista nova sobre o homem novo

Depois de "Temps Nouveaux" e "Tiempos Nuevos" a edição portuguesa do Panorama Político Mundial, na perspectiva esclarecida e competente duma grande equipa jornalística soviética.

Venda e assinaturas:
Livraria Bertrand, SARL.
Livrarias C.D.L.

TEMPOS NOVOS
TOMANDO O PULSO AOS POVOS

Assinatura anual —400$00
Número avulso —. 12$50

Semana

8
Quarta-feira

1917 — No II Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, forma-se o Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom), presidido por Lénine, tendo sido aprovados os decretos sobre a Paz e sobre a Terra.

O ex-primeiro-ministro da Índia, Indira Ghandi, ganha as eleições regionais realizadas no distrito de Chikmagalur, ficando assim assegurado o seu regresso ao Parlamento ■ O ministro das Relações Plurais do governo racista da África do Sul, Connie Mulder, demite-se face ao mais grave escândalo político desde que os racistas tomaram o poder no país: é acusado do desvio de verbas fabulosas durante a sua permanência à frente do Departamento e Informação■ O governo espanhol anuncia o envio de unidades antiterroristas para o país Basco ■ A revista norte-americana "Business Week" prevê que no próximo ano a economia dos EUA terá um crescimento de apenas 2,5% ■ O Comité Executivo da "União do Centro Democrático" (UCD), partido governamental espanhol, decide não participar na Conferência Mundial de Solidariedade com o Chile, a realizar em Madrid, apesar de "condenar energicamente" a Junta fascista de Pinochet ■ As centrais sindicais espanholas "Comisiones Obreras" e "União Geral dos Trabalhadores" anunciam que estão convocadas mais de 140 manifestações em todo o país para o próximo dia 10, de protesto contra o terrorismo ■ O subsecretário espanhol da Economia anuncia que, no final deste ano, o desemprego em Espanha atingirá mais de 7% da população activa ■ Em Itália terroristas matam o promotor de Justiça Fedele Calvosa, o seu motorista e um elemento da sua segurança ■ Os EUA e outras potências capitalistas retomam os seus esforços para salvar a República do Zaire da bancarrota, mas fontes diplomáticas anunciam que este país só obterá um terço do auxílio que pediu.

9
Quinta-feira

1919 — É fundado o Partido Comunista da Dinamarca.

O dirigente iraniano shiita, o "aytollah" Khomeiny, exorta os seus adeptos a ignorar as ameaças norte-americanas e manter aceso o fogo da revolta para derrubar o regime ditatorial do Xá ■ O primeiro-ministro racista da África do Sul, Pieter Botha, lança uma ameaça à imprensa do seu país que aponta para o silenciamento dos jornais que publiquem notícias sobre os gastos ilegais do governo ■ Alfonso Robelo, membro da oposição nicaraguense, afirma em São José, capital da Costa Rica, que se o ditador Somoza não se demitir, haverá na Nicarágua um banho de sangue como não houve outro na América ■ Os ministros do Trabalho e os "parceiros sociais" dos países membros da CEE reunem-se em Bruxelas, numa "conferência tripartida", para discutirem os meios a pôr em prática para reduzir o desemprego no Mercado Comum ■ O rei Hussein da Jordânia rejeita o apelo do chanceler Helmut Schmidt, da RFA, para aderir às negociações israelo-egípcias, sublinhando que um tratado de paz separado entre os sionistas e o Egipto não resolverá o conflito ■ Inicia-se em Madrid a Conferência Mundial de Solidariedade com o Chile

10
Sexta-feira

1945 — Fundação da Federação Mundial da Juventude Democrática.

O chefe de Estado de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, chega a Cuba para uma visita oficial de uma semana ■ As recentes eleições parciais realizadas nos EUA, segundo dados até agora divulgados, tiveram uma percentagem de abstenções que rondou os 74% ■ Robert Mugabe, um dos dirigentes da Frente Patriótica do Zimbabwé, afirma que as forças da Frente já não combatem principalmente o Exército rodesiano, mas sim militares sul-africanos e mercenários estrangeiros ■ O governo dos EUA decide fornecer mais equipamento às forças repressivas do Xá do Irão que têm combatido as manifestações populares contra a ditadura ■ Um atentado à bomba no mercado municipal de Huambo no centro de Angola perpetrado por agentes dos racistas sul-africanos, provoca pelo menos 24 mortos e 60 feridos ■ Jill Schuker, porta-voz da secretaria de Estado norte-americana, declara que o governo dos EUA se recusa a apoiar um provável embargo petrolífero à Nicarágua, promovido pela Venezuela ■ O Irão volta a ser palco de violentas manifestações contra o Xá, tendo o dirigente oposicionista Karim Samdjaby anunciado novas greves ■ Cerca de um milhão de espanhóis manifestam-se em várias cidades do país contra o terrorismo ■ O Comité Permanente da Conferência Episcopal da Igreja Católica chilena afirma que muitos, se não todos, os "detidos-desaparecidos" do Chile estão mortos, à margem de toda a lei

11
Sábado

1975 — Independência da República Popular de Angola.

Os mediadores norte-americanos às conversações de Washington sobre o Médio Oriente admitem pela primeira vez o eventual fracasso das negociações de "paz separada" entre o Egipto e os sionistas ■ O diário conservador "Die Welt" afirma que o presidente da RFA, Walter Scheel, foi aceite no Partido nazi durante a II Guerra Mundial ■ Dois atentados cometidos na província basca de Guipúzcoa matam dois guardas civis e ferem gravemente outros dois ■ A Polónia celebra o 60.º aniversário da independência ■ Luis Corvalán, secretário-geral do PC do Chile, denuncia o apoio dos EUA e da China ao regime fascista de Pinochet, durante o discurso que proferiu na Conferência de Solidariedade com o Povo do Chile, em Madrid, que encerrou hoje com a leitura da "Acta de Madrid pela Liberdade do Chile"

12
Domingo

1918 — É proclamada a República na Áustria.

As forças repressivas do regime do Xá do Irão são postas de novo em estado de alerta em todo o país, na previsão de manifestações contra a prisão do dirigente da Frente Nacional da Oposição, Karim Samdjabi, enquanto é anunciado que morreram pelo menos nove pessoas em recentes manifestações ■ Segundo a agência noticiosa vietnamita, muitos civis, oficiais do Exército e soldados cambodjanos revoltam-se contra o regime de Phnom-Penh, apoderando-se de muitas localidades e infligindo pesadas baixas às forças governamentais ■ O governo sionista rejeita abertamente as novas propostas egípcias apresentadas nas conversações de Washington, afirmando que o Cairo está a "violar os acordos de Camp David" ■ Emílio Maspero, secretário-geral da Central Latino Americana de Trabalhadores (CLAT), afirma que a política de Carter a favor dos direitos humanos é uma arma ideológica do imperialismo

13
Segunda-feira

1977 — A Somália corta relações com Cuba e ordena a retirada de todos os conselheiros soviéticos.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas pede o imediato cancelamento das "eleições" unilateralmente decididas pelos racistas da África do Sul para a Namíbia e que deverão realizar-se no próximo mês ■ Siad Zand, antigo chefe-adjunto dos serviços de imprensa do Xá do Irão e que pediu asilo político à Grã-Bretanha, declara que governos ocidentais estão prontos a intervir no Irão no caso de o Xá ser derrubado e que a CIA terá previsto um plano para substituir o ditador, contando, para tal, com oficiais iranianos formados nos EUA ■ Fontes governamentais da Tanzânia anunciam que soldados tranzanianos combatem o Exército ugandês, numa contra-ofensiva destinada a destruí-lo e a minar a posição de Idi Amin na chefia do poder

14
Terça-feira

1917 — Adopção pelo Comité Executivo Central da Rússia da Resolução sobre o Controlo Operário.

A Rádio de Lagos noticia que o Uganda ordenou às suas tropas que se retirem da faixa de território tanzaniano que ocuparam há duas semanas ■ Após uma estadia na União Soviética, regressa ao seu país o presidente da Argélia, Houari Boumedienne ■ Alfonso Robelo, membro do grupo dos Doze da Nicarágua, apoiado pela Frente Sandinista, afirma que estão a ser discutidas várias tácticas para derrubar o ditador Somoza e que uma delas poderá ser a greve geral ilimitada

Conferência de Madrid: solidariedade com o Chile

«Desde o momento em que se desencadeou o golpe de estado militar fascista que derrobou o Governo Constitucional do Presidente Salvador Allende, um poderoso movimento de solidariedade com o povo chileno desenvolveu-se no mundo inteiro» — foi destacado no decurso da Conferência Mundial de Solidariedade com o Chile, realizada de 8 a 12 de Novembro, em Madrid.

A Conferência de Madrid, insere-se neste vasto movimento de solidariedade internacional — é uma grande realização das forças democráticas e progressistas mundiais, uma denúncia mais dos crimes cometidos pela Junta de Pinochet, que entrou com uma ampla participação: 100 países estiveram representados, com delegações de diversos partidos políticos, organizações sindicais, correntes de pensamento diversificadas. Personalidades e instituições de todo o mundo exprimiram a sua solidariedade com a realização e os objectos da Conferência — a primeira realização de envergadura internacional em Espanha, o que testemunha das transformações registadas na cena política deste país. Presentes também personalidades chilenas que se têm batido contra a repressão no Chile, nomeadamente as viúvas de Allende, de Picasso e de Letelier.

A Conferência incluiu a realização de três mesas redondas: uma de parlamentares, juristas e personalidades políticas; uma segunda de dirigentes sindicais; e uma terceira com intelectuais e representantes da cultura. Incluiu também um Forum Mundial da Juventude com o Chile, que teve larga participação. Efectuaram-se um encontro da Universidade de Madrid com uma delegação de intelectuais participantes na Conferência e um encontro de dirigentes sindicais participantes na Conferência com dirigentes sindicais espanhóis e chilenos. Diversas realizações de divulgação da cultura chilena e a discussão e aprovação da «Acta de Madrid pela liberdade do Chile», culminaram os trabalhos da Conferência.

A violência da repressão foi salientada nas diversas facetas que assume. «A ditadura continua a violar de forma massiva os direitos do homem. O facto de continuar sem solução a tragédia que afecta mais de 2.500 presos políticos desaparecidos, é disso a prova mais dramática. Milhares de chilenos estão desempregados, em condições económicas insustentáveis e os direitos sindicais são espezinhados. A política externa da Junta constitui um perigo para a paz no continente» — é referido num documento apresentado à Conferência.

O dramático problema dos **desaparecidos** foi considerado como **a principal preocupação das forças democráticas chilenas.** Problema que a Junta quer «solucionar» com o sinistro plano de decretar a morte presumível dos presos desaparecidos, tentando assim sofocar a luta do povo chileno para o esclarecimennto da sua sorte, e calar os protestos internacionais, o apoio mundial a essa luta.

A **«Acta de Madrid»** — documento final aprovado pela Conferência, costitui uma denúncia do regime fascista de Pinochet. Salienta-se a importância da solidariedade à luta do povo chileno, que é uma luta de todos os povos do mundo que se batem pelo direito a determinar o seu futuro, direito que foi e continua a ser negado ao povo chileno. Denuncia-se a responsabilidade do imperialismo, que assim logrou alcançar temporariamente os seus objectivos no Chile, a responsabilidade dos governos que alimentam a ditadura, denunciados também pelo camarada Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, numa declaração em que apontou os EUA e a China, como sustentáculos preferenciais procurados pela ditadura.

A realização da Conferência de Madrid, em que os mais diversos sectores da opinião pública mundial ergueram a sua voz contra o fascismo — destacando-se a intervenção do bispo madrileno, monsenhor Iniesta pela sua amplitude e envergadura, constitui mais um importante contribuição da força da solidariedade internacional à luta heróica do povo chileno contra o fascismo.

Um aspecto da mesa que presidiu à Conferência

A participação portuguesa

Portugal esteve representado na Conferência pelo PCP, PS, Conselho Português para a Paz, CGTP-Intersindical Nacional, MDM, UJC, UEC e Associação Democrática dos Emigrantes de Toronto. Sousa Marques, deputado do PCP participou na mesa-redonda dos parlamentares; José Cardoso Pires na dos intelectuais, Álvaro Rana e Kadidás Barreto na dos dirigentes sindicais. Virgínia Moura, membro da FDIM, falou em nome das mulheres portuguesas e José Moreno (UJC) participou no Forum da Juventude. A delegação do PS esteve presente no plenário, tendo Manuel Alegre presidido a uma das sessões.

O PCP esteve representado pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do «Avante!», o qual participo na mesa-redonda destinada aos parlamentares e políticos a apresentou uma declaração escrita na qual se afirma:

«Queridos Companheiros:

Trago do Comité Central do Partido Comunista Português a calorosa saudação ao heróico povo chileno na pessoa de Hortensia Allende, companheira do homem que à frente do seu povo lutou até ao último minuto pela democracia e a liberdade do povo chileno — Salvador Allende.

Um pensamento especial vai para aqueles que nos cárceres de Pinochet ou nas câmaras de tortura perderam a vida ou sofrem os horrores da repressão fascista.

Esta Conferência é uma importante manifestação de solidariedade com os combatentes da liberdade no Chile. Sou de um país e de um povo que ao longo de 48 anos de domínio fascista aprendeu a conhecer o valor da solidariedade internacional, da sua força na luta pela liberdade.

Por isso também nós, combatentes da democracia em Portugal, estamos em condições de sentir a dor profunda do povo chileno, o seu drama nacional, a hediondez dos crimes da ditadura fascista de Pinochet.

Libertado das algemas do fascismo pelo movimento militar e popular de 25 de Abril de 1974, podemos em condições novas, no uso pleno das liberdades democráticas, organizar a luta solidária com o povo do Chile.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 produziu-se poucos meses depois do assassinato de Allende e do triunfo da Junta de Pinochet. Nas manifestações poderosas do nosso povo adoptamos significativamente o grito do povo chileno quando sob o governo da Unidade Popular usufruiu da liberdade: «El pueblo unido jamás será vencido!».

A primeira grande acção de massas de solidariedade com o povo do Chile e com os povos da América Latina foi um comício organizado pelo PCP em que participaram mais de 40 000 pessoas. Uma nota que exprime os sentimentos solidários do nosso povo foi a ovação de quase 15 minutos ao orador chileno. Depois disso inúmeras acções foram realizadas em apoio do povo chileno.

Esta Conferência foi precedida por inúmeras acções preparatórias. Assembleias, reuniões de massas, sessões públicas em que no conjunto participaram milhares de portugueses das quais saíram mais de 100 mensagens colectivas que ontem foram entregues à presidência da Conferência. Três dias antes, numa grande sessão pública organizada no quadro da preparação da Conferência, a solidariedade para com o Chile heróico se manifestou de maneira expressiva. No dia 3 de Novembro, num grande plenário das Comissões de Trabalhadores de Lisboa e Setúbal em número de 130 representando mais de 80 000 trabalhadores, uma moção de apoio a esta Conferência foi aprovada por aclamação.

No plano parlamentar moções de solidariedade ao povo chileno foram aprovadas na Assembleia da República pelo voto conjunto de socialistas e comunistas.

Para nós, antifascistas portugueses, o problema do Chile coloca-se em dois planos: no plano interno é tarefa do movimento popular antifascista forjar a organização, a unidade, criar as condições internas para o derrubamento da odiosa Junta fascista de Pinochet; no plano externo é um dever de todos os povos, de todos os progressistas, de todos os antifascistas, ajudar por todos os meios a luta corajosa e difícil do povo chileno, trabalhar para o isolamento internacional da ditadura, impedir que a reacção e o imperialismo prolonguem a vida moribunda da ditadura fascista.

O problema do Chile transcende, contudo, a luta e os interesses específicos do povo chileno e diz respeito a todos os povos do mundo, à luta internacional contra o fascismo, o colonialismo e o «apartheid», contra a preparação de uma nova guerra.

O fascismo internacional combate-se criando uma vasta frente dos povos, multiplicando as acções tendentes a conter e liquidar a ameaça fascista mas também lutando em cada país contra as forças retrógradas, contra o domínio imperialista, pela defesa das liberdades democráticas e dos interesses humanos.

Não se pode combater em palavras o fascismo internacional, o fascismo nos outros países, e transigir no próprio país com as forças que têm no seu bojo o fascismo, ceder às pressões da extrema-direita, manter alianças no plano nacional com as forças reaccionárias e pró-fascistas que constituem um perigo mortal para a democracia.

O Povo português libertou-se da escravidão fascista, conquistou a liberdade, promoveu na vida nacional profundas transformações económicas e sociais, é guiado por uma Constituição progressista e democrática. A revolução portuguesa constitui uma grande vitória contra o fascismo no plano nacional e uma séria derrota do fascismo no plano internacional.

Hoje de novo a ameaça do fascismo se perfila no nosso país. O fascismo é profundamente odiado pelo Povo português, não tem quaisquer raízes nas massas populares de Portugal. A única força do fascismo, a sua única chance, é o recuo diante das suas arremetidas, é a cedência de terreno à ofensiva das forças retrógradas do grande capital e do imperialismo.

Em Portugal o fascismo não passará. O nosso povo proclama com decisão que Portugal não será o Chile da Europa. Proclama e terá força para o impedir. temos diante dos olhos a instrutiva lição do povo chileno — esse heróico povo que acabará por obter a liberdade e fazer do Chile, não o cárcere de Pinochet, mas uma nação livre, democrática e independente.

«O Chile vencerá!»

A situação dos judeus na RDA

Há 40 anos, em 1938, Hitler dava ordem param se iniciar o massacre dos judeus; nessa noite – a «noite do pogrom» ou «noite de cristal» – era desencadeada em toda a Alemanha uma pavorosa ofensiva contra os judeus, que se transformaria num dos maiores genocídios da história da Humanidade, apenas detido sete anos depois, com a derrota do nazi-fascismo que pôs fim à II Guerra Mundial.

Passou recentemente o 40.º aniversário dessa sinistra noite e, a propósito, o presidente das Comunidades Judaicas na República Democrática Alemã, Helmut Aris, falou da situação dos cidadãos de crença judaica neste país socialista, começando por sublinhar que a igualdade de direitos dos cidadãos de crença judaica é garantida, na RDA, pela própria Constituição. Os acordos de Potsdam foram, também neste campo, cumpridos até ao fim: o anti-semitismo foi extirpado do país e todas as manifestações de racismo são passíveis de pesadas penas.

As novas gerações da RDA já foram educadas num espírito humanista e de amizade entre os povos – os compêndios de História são uma prova clara dessa realidade – tendo sido expressamente referido no 8.º Congresso Pedagógico, ocorrido há pouco, que a juventude da RDA cresce e desenvolve-se no espírito do respeito e da solidariedade para com todo o ser humano, independentemente da sua religião, raça ou ideologia.

As liberdades de culto e de religião estão inteiramente asseguradas na República Democrática Alemã. Deste modo também os cidadãos de credo judaico podem entregar-se às suas necessidades religiosas e respectivas práticas, sem entraves de qualquer espécie. Na RDA, informou Helmut Aris, há oito comunidades judaicas e todas recebem uma ajuda generosa do Estado. Foram construídas sinagogas novas em Dresde e Erfurt e totalmente reconstruídas, em Berlim e Leipzig, as que foram arrasadas pelos nazis. Na Cidade de Karl Marx construiu-se uma nova casa paroquial com oratório, dispondo também Magdburgo e Schewerin de belos oratórios.

Finalmente Helmut Aris referiu ainda que a Associação das Comunidades Judaicas, na República Democrática Alemã, congrega todas as Comunidades do país, tem a sua sede em Dresde e é a representante do Coro sinagogal de Leipzig; a comunidade de Berlim mantém uma casa de repousò; todos os cemitérios judaicos da RDA são mantidos graças aos recursos postos à disposição pelo Governo.

A Coreia socialista em exposição em Lisboa

No passado dia 13 abriu, na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, uma exposição de Livros e Artesanatos da República Popular Democrática da Coreia, patrocinada pelo Encarregado dos Negócios da RPDC em Portugal e pelo Comité Português de Apoio à Reunificação Pacífica e Democrática da Coreia. Esta exposição, que estará aberta ao público até ao próximo dia 19, além de ser uma boa oportunidade para se tomar contacto com a cultura coreana, proporcionará um melhor conhecimento deste país socialista, que o imperialismo se esforça por manter arredado do convívio internacional, ocultando e deturpando as suas realidades e os êxitos do seu povo.

Recorda-se que a situação na península da Coreia se mantém num impasse desde o armistício que assinalou o fim da guerra, em 1953, pois o governo norte-americano não abandonou a zona, deixando estacionado no Sul do país um numeroso contingente militar para sustentar o governo secessionista de park Chung-Lee, o que lhe permite garantir o controlo estratégico daquela área, indispensável para a sua política de expansionismo imperialista. Deste modo não só continua impedindo a reunificação do país, aspiração do seu povo, como alimenta um clima de tensão que dificulta permanentemente todas as tentativas, mesmo de âmbito internacional, para se encontrar a solução pacífica e democrática do problema.

«Soluções» sem saída

Dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos é o balanço do criminoso atentado à bomba no mercado municipal de Huambo, no centro de **Angola**. Obra de grupos terroristas infiltrados com o apoio de Pretória, que entretanto concentra dezenas de milhares de soldados junto da fronteira sul angolana. Há dias, também no Huambo, um outro acto terrorista causou 16 mortos e 54 feridos. O governo de Pretória nega, como é normal, qualquer relação com os atentados, enquanto se lança em preparativos bélicos a pretexto de combater o movimento de libertação na Namíbia. Em Maio, com o mesmo pretexto, foram mortas 600 pessoas em Angola.

Angola é um exemplo de ataques e agressões fomentadas pelo imperialismo contra a luta de um povo por uma vida nova e livre, contra um país independente. Esta acção continuada contra o movimento de libertação concretiza-se igualmente nos novos e ilegais fornecimentos de modernas granadas de artilharia ao governo racista da África do Sul, concretiza-se na recusa ao possível embargo petrolífero à Nicarágua, no apoio tácito à farsa eleitoral na Namíbia, no fomentar de problemas fronteiriços, na política de tensão e de afastamento de uma solução dos graves problemas do Médio Oriente.

A actuação do imperialismo não está — entretanto — a dar os frutos almejados. No ataque concertado à luta libertadora, em que se joga simultaneamente com os fornecimentos de armas, de "instrutores" e profissionais da provocação, com os auxílios económicos, o acenar de demagógicas pseudo-soluções políticas, e forças que nem sempre surgem com o cunho aberto da direita, o balanço é negativo para os seus promotores. No Médio Oriente, à recusa de Hussein ao significaivo pedido de Schmidt para aderir às negociações israelo-egípcias, soma-se a suspensão das negociações israelo-egípcias, por iniciativa de Sadat. Em África, as "soluções" neocolonialistas não frutificam. O Conselho de Segurança da ONU exigiu entretanto o cancelamento imediato da farsa eleitoral na Namíbia.

No **Irão**, onde os Estados Unidos têm demasiados interesses a defender, a luta prossegue. A greve petrolífera continua, apesar da ameaça governamental de despedimento colectivo. Mais de duas semanas de paralisação e manifestações nos campos petrolíferos, por reivindicações claramente políticas: o fim do governo militar e da lei marcial, governo civil e nacional, libertação dos presos políticos, expulsão dos técnicos estrangeiros na indústria petrolífera. Teerão, sobrevoada por helicópteros, tem milhares de soldados patrulhando as ruas. As prisões de antigos ministros atestam do isolameto e das crescentes dificuldades do regime. A prisão de um dos mais destacados dirigentes da oposição moderada acentuou a tensão que se vive no país. Prisões que se sucedem, mais mortos em manifestações, forças repressivas em estado de alerta — são parte integrante do quotidiano dum país sujeito a um regime que sobrevive com os apoios e as armas de Washington.

Terrorismo não tem cor?

Até à primeira quinzena de Novembro deste ano, o terrorismo fez, em Espanha, 68 mortos. As duas últimas vítimas: 2 guardas civis assassinados num ataque bombista próximo da cidade basca de Villareal Urrechea. Em Itália, a última acção terrorista, reivindicada pelo menos por três grupos, vitimou um procurador distrital da justiça e mais duas pessoas que o acompanhavam, numa acção em que foram utilizadas metralhadoras. Simultaneamente, deflagram bombas incendiárias em diversos pontos do país.

Espanha e Itália são países onde se registam abundantes exemplos da prática e das consequências do terrorismo. Exemplos que entretanto se multiplicam por outras zonas da Europa e do mundo: como expressão de uma política oficial, como no Chile ou no Irão, ou por acção de grupos que aparecem mais ou menos à margem da legalidade, ainda que podendo estar ligados a áreas do poder, que vão desde os comandos anticomunistas da Argentina ou do Brasil aos grupos de assassinos da Turquia, onde se somam centenas de vítimas do terrorismo, com motivos claramente políticos.

Em todos estes casos, um traço comum: independentemente dos grupos terroristas, com ou sem cobertura oficial aberta, se declararem de direita, ou se arvorarem em porta-vozes da esquerda, são de facto as forças da reacção que beneficiam do clima de instabilidade política assim criado. Franco Freda, um dos principais criminosos neofascistas italianos, afirmou significativamente numa entrevista: "O objectivo é o sistema. Não interessa que a etiqueta seja vermelha ou preta. Para mim são boas todas as cores que visem destruir este Estado". Não naturalmente o Estado da burguesia – que não é nem nunca foi o alvo do fascismo – mas a democracia, as possibilidade de acção legal das forças progressistas.

Assim, em Itália, o objectivo tem sido e continua a ser o afastamento dos comunistas da área do poder, a sufocação das liberdades defendidas e impostas pelos trabalhadores italianos, a criação de um clima propício à abertura do caminho para a instauração de um governo "forte".

Em Espanha, o terrorismo insere-se numa situação política muito complexa, em que o capital se esforça por implantar solidamente o seu domínio, sem o recurso ao condenado fascismo, hoje de difícil imposição na Europa. Enquanto se prepara a realização, para o próximo mês, de um referendo sobre a nova Constituição de Espanha, em que se insere uma autonomia regional limitada, cresce a onda de terrorismo e a extrema direita utiliza-a duplamente: pela desestabilização política e social propícia aos seus designios de contracção das liberdades alcançadas pela luta do povo espanhol, e pela mobilização do descontentamento popular contra essa desestabilização. A manifestação fascista, pretensamente antiterrorista, que mobilizou algumas centenas de milhares de pessoas, é um sinal de alerta que não é de menosprezar.

Mobilizando algumas centenas de milhares de pessoas, realizáram-se há alguns dias manifestações antiterroristas, promovidas pelos partidos e organizações sindicais espanholas, em 140 cidades do país. A unidade das forças antifascistas é um elemento indispensável na luta contra o terrorismo, contra essa arma da direita, profusamente utilizada sempre que a impunidade lhe favorece os movimentos. Um elemento cuja acção só é verdadeiramente eficaz, quando se insere na batalha pela solução dos mais prementes problemas económicos, sociais e políticos do país – extirpando assim as raízes com que o terrorismo se alimenta.

O terrorismo provoca o repúdio e a oposição de todos os democratas

A táctica dos divisionistas e a resposta da unidade no Movimento Sindical

A acção divisionista numa pequena minoria dos sindicatos portugueses tem-se caracterizado, como é sabido e incontroverso, por sucessivos fracassos, abandonos, desilusões repetidas e algumas confissões bem claras de incapacidade e irrealismo. Mas, em vez de extraírem os ensinamentos da prática que directamente têm promovido, os «sectores sindicais» encabeçados por dirigentes políticos (e não sindicais) do PS e do PSD/PPD resolveram adoptar a táctica absurda de «recuar para a frente» tendo em mira um único objectivo: o lucro partidário a curto prazo. E esse lucro é o lucro da direita.

Mas nem esse está garantido. Basta reparar nas eleições sindicais. Neste ano que se aproxima do fim, as listas unitárias venceram em cerca de 85 por cento dos sindicatos. Em vários, os divisionistas não conseguiram sequer apresentar uma lista. Como esses fracassos eram previsíveis, mesmo para o «teórico» Gonelha, os divisionistas trataram de avançar som os paralelos. Desistindo de qualquer mobilização séria dentro do Movimento Sindical, resolveram assumir esse fracasso e desistir de qualquer veleidade de aumentar o reduzido número de direcções afectas ao divisionismo que encabeçaram a «Carta Aberta».

Por isso, mudaram de rumo. As repetidas afirmações de que não pretendiam a cisão desapareceram. Avançaram mesmo por esse caminho, após cerca de três anos de inacreditáveis afirmações de filhos únicos da democracia, de defesa da unidade, de recusa do pluralismo e de indefectível respeito pela independência nacional.

Nenhuma dessas afirmações em campanha teve o efeito desejado. Os «sectores sindicais» divisionistas não avançaram mais cedo com a sua UDTP/UGT porque esperavam um enfraquecimento da unidade do Movimento Sindical. Mas foi o contrário que tiveram de encarar. E encararam-no com o tal «recuo para a frente». Porque verdadeiramente de um recuo se trata. De um recuo forçado pelo reforço da unidade e da organização dos sindicatos filiados (ou afectos) à CGTP-IN.

Como reconhecer esse recuo seria a morte, os divisionistas resolveram «avançar» bem cobertos pelo apoio financeiro do imperialismo. Mas esse avanço, expresso no lançamento partidário da UDTP/UGT (que falta concretizar) não consegue esconder a fraqueza de um projecto baseado numa grande maioria de sindicatos fantoches, criados artificialmente e por forma ilegal enquanto o «teórico» Gonelha ocupou o cargo de ministro do Trabalho.

Falsos sindicatos cozinhados nesse Ministério, aproximações com o «sector sindical» do PSD/PPD e corpos gerentes de alguns sindicatos de serviços serviram à linha gonelhista e ao seu «documento» como garantias suficientes aos «investimentos» imperialistas no divisionismo sindical.

E aí temos anunciado o projecto da «central». Não como resultado de um processo democrático, mas sim como operação oportunista coincidente com a saída do PS do Governo.

■ A mercadoria divisionista

Não são de subestimar os golpes contra a unidade do Movimento Sindical. E este atribuis-lhe o seu alcance verdadeiro.

O divisionismo é promovido como quem faz publicidade a um produto qualquer. Para os divisionistas os trabalhadores são objecto e não sujeito do Movimento Sindical. A seu ver, não são as massas trabalhadoras que fazem esse Movimento em unidade para seu serviço, para defesa dos seus direitos e interesses. Para os promotores da divisão os trabalhadores são socialistas, comunistas, «democráticos», «não-democráticos», «totalitários», «não-totalitários», sociais-democratas, «independentes», antes de serem trabalhadores, muito simplesmente trabalhadores, filiados ou não em sindicatos com direitos e interesses comuns.

Quer isso dizer que para eles, divisionistas com este ou aquele rótulo, mas todos anticomunistas, as diferenças, as rupturas o antagonismo devem estabelecer-se entre trabalhadores, remetendo para um plano secundaríssimo ou recusando-a como é mais vulgar, a contradição fundamental entre o capital e o trabalho.

A luta de classes é recusada pelos divisionistas. Como se isso fosse possível, pretendem conciliar interesses antagónicos, como sejam os privilégios, a repressão, e as ambições anticonstitucionais do grande patronato anti-democrático e sabotador e os direitos e interesses fundamentais das massas trabalhadoras.

E aí está o lucro partidário de direita que os divisionistas esperam embolsar com a cisão que prometem para o Movimento Sindical.

Mas é um falso lucro. Os principais interessados devem desconfiar. No quadro constitucional, no âmbito da legalidade democrática, o produto dos divisionistas tem pouca saída. Alcança os já decididos à compra, com campanha ou sem ela, e pouco mais.

Em breve, haverá novas eleições para os corpos gerentes dos sindicatos onde os divisionistas instalaram alguns dos seus fiéis. E antes disso, trabalhadores e delegados sindicais que não são divisionistas, não apoiam a UGT nem outros projectos de cisão, têm uma palavra a dizer, uma palavra legal e democrática dentro dos seus sindicatos, em assembleia geral.

É possível criar uma «central» ou qualquer outra estrutura fantoche nas costas dos trabalhadores. Mas não é possível fazê-la viver sem eles e muito menos contra eles. Dizemos viver e não vegetar traindo os trabalhadores, porque assim vegetaram muitas dessas estruturas durante o fascismo, enquanto os seus filiados para elas não elegeram direcções honestas nas condições de então.

■ A clareza do golpe

Manobra político-partidária no interesse e no rumo da direita, a projectada «central» divisionista inscreve-se na recuperação do grande capital e do latifúndio no interesse do imperialismo.

O modelo do sindicalismo reformista e social-democrata que os dirigentes políticos divisionistas pretendem importar para combater a unidade do Movimento Sindical é o que vigora na RFA e nos Estados Unidos, em condições políticas, económicas e sociais muito diferentes das que existem em Portugal. É o modelo que recusa a militância dos trabalhadores, que substitui os militantes por simples filiados e abdica declaradamente da luta pelo socialismo. É o modelo de submissão à sociedade capitalista e às migalhas que ela concede para poder subsistir, mantendo o desemprego, a exploração e a alienação crescente de grandes massas de trabalhadores.

Agora sem o PS no Governo, o «secretariado instalador» da central divisionista, projectada no cinema Lumiar, em Lisboa, em 29 de Outubro findo, foi mandatado para «proceder ao registo e legalização da UGT no Ministério do Trabalho» e «para se apresentar perante os órgãos do Poder como parceiro social». Isto é: a «central» vai ser instalada, mas os que a vão instalar (para o que, pelo menos, terão de fazer um simulacro qualquer de audição dos trabalhadores) são já e antes disso autonomeados «parceiros sociais».

Parceiros, como? Pode haver parceiros sem representatividade? Claro que pode desde que um governo de direita os promova e aceite na tentativa de contrabalançar a legitimidade e o verdadeiro peso representativo da CGTP-IN. Mas o «parceirismo» sem princípios não substituirá a luta organizada dos sindicatos portugueses, sempre que ela seja necessária para defender os direitos e interesses dos trabalhadores. Não substituirá a caminhada para uma sociedade que recusa o imperialismo e o seu modelo demagógico de «sindicalismo democrático» que pretende substituir-se à democracia nos sindicatos.

Acompanhada de uma lei sindical ao gosto do PPD e da linha gonelhista, reclamada até agora sem êxito pelos divisionistas, aí temos na UDTP/UGT (ou em qualquer coisa que venha a surgir com os mesmos objectivos) um «parceiro social», reconhecido e apoiado pelo imperialismo, apto a negociar convenções colectivas paralelas como os «sindicatos» do mesmo nome. À sua imagem e semelhança, sempre que num sector ou numa empresa a luta fosse indispensável para fazer vingar reivindicações apoiadas pela maioria aí teríamos os paralelos, desta vez em contratos colectivos de trabalho, certamente extensíveis e bem amarelos.

Só nesta perspectiva os gonelhistas conseguiriam, aliás, chamar a si na UGT, ou em conversações para isso, o «sector sindical» pêpêdê. Para reformista reformista e meio, e aí está a confirmá-lo o desastroso «documento Gonelha» ao qual o PSD/PPD nada tem a opor.

■ Os pés do divisionismo

Assim, está prestes a concluir-se um objectivo do divisionismo. Mas não é ainda a divisão. A força da unidade ainda não a consentiu. Até agora, a acção divisionista apenas caminhou pelo pé de algumas direcções sindicais (que não são perpétuas, longe disso) do I e II Governos e de fundadores de paralelos. Não se viu ainda nenhuma assembleia geral em nenhum sindicato aprovando a cisão do Movimento Sindical. Nenhuma estrutura sindical verdadeiramente representativa fez suas as ambições desastrosas dos divisionistas.

A campanha para a cisão, embora esconda os seus verdadeiros objectivos, não conseguiu mobilizar qualquer número significativo de trabalhadores. A divisão poderá ter aderentes, quando muito filiados e conviventes, mas nunca terá militantes no sentido verdadeiro que essa palavra tem na consciência de classe e no empenho combativo dos trabalhadores em defesa de interesses comuns contra um inimigo que, quando explora e reprime, não faz distinções (desde que não se trate de lacaios) entre trabalhadores comunistas, socialistas, sociais-democratas ou sem partido.

A cisão não conseguiu mobilizar os trabalhadores. Mas para isso os reforços continuam a aumentar. O divisionismo não parou de lançar trabalhadores contra trabalhadores. O sr. Gonelha, por exemplo, com as facilidades de que dispunha como ministro do Trabalho, procurou por mais de uma vez estabelecer uma separação bem nítida entre trabalhadores «ricos» e trabalhadores «pobres». Sob a cobertura demagógica de atender aos «mais desfavorecidos», pôs em causa conquistas que interessam a todos os trabalhadores e sobretudo àqueles que só podem vir a ganhar com as vitórias de outros trabalhadores melhor organizados e mais aptos para a luta contra um inimigo de classe que, quando se trata de explorar e exprimir, só recusa decisivamente perante um adversário: a força unida e organizada dos trabalhadores.

Foi ainda o sr. Gonelha que, quando ministro do Trabalho, avançou com a lei das quotizações sindicais. Ele próprio lhe definiu os objectivos: «partir a espinha à Intersindical», ou seja, retirar-lhe os meios de subsistência e afastar dos sindicatos um número significativo de associados que – assim o previa Gonelha – iriam engrossar as fileiras dos divisionistas. Tal não sucedeu. O número de trabalhadores que se mantêm sindicalizados deve rondar os 80 por cento em Portugal. Esta percentagem, que não tem paralelo em nenhum país capitalista nem em número nem em militância, é uma força que assusta os divisionistas. Por isso a querem desmembrar.

Como para tanto lhes faltam efectivos e poder de mobilização, eis que «sectores sindicais» partidários; Fundações daqui e do estrangeiro em estreita «colaboração»; membros do Governo; quadros e professores de «sindicalismo» muito bem pagos; «centrais» de opereta; «líderes» como Furtado Fernandes, Mário Pinto e Gonelha; paralelos e colóquios; promessas miríficas e muito palavreado demagógico e anticomunista pretendem em conjunto, fazendo muito barulho e gastando muito dinheiro, substituir, ou pelo menos tornar incapaz, uma arma insubstituível: a unidade dos trabalhadores organizados, a unidade orgânica do Movimento Sindical democrático, independente e livre, encabeçado por vontade dos trabalhadores pela CGTP-Intersindical Nacional, a central única dos trabalhadores portugueses.

A manobra política é clara como claros são os seus objectivos. Trata-se de facilitar os desígnios do grande capital português e estrangeiro, recuperador de indústrias, Banca e latifúndios. Para uma política e um governo de direita, ao assalto da Reforma Agrária, dos salários dos trabalhadores, das intervencionadas e das nacionalizações interesse sobremaneira que haja um destacamento de traição à unidade sindical, disponível para continuar, agora em melhores condições sob a capa da «central», com o apoio objectivo a essa política, enquanto as forças políticas que eles, divisionistas, representam não puderem sentar-se de novo nas cadeiras do Poder para fazerem a mesma política que centenas de milhares de trabalhadores recusaram ainda no último sábado em Lisboa, expressando bem alto o seu apoio militante à unidade sindical.

O prodígio com todos

A UDTP/UGT nasceu ontem. Mas já «repudia» com quantos dentes tem na boca grandes iniciativas de massas como a manifestação do último sábado em Lisboa.

Pode-se dizer, sem errar, que os dentes lhe brotaram cedo, ou que já nasceu com eles.

Trata-se, como é sabido, de mais um prodígio fecundo dos gonelhistas habituados à prodigiosa multiplicação dos seus adeptos, das asneiras mais vulgares da «Carta Aberta», das pessoas que conseguem meter numa sala, dos trabalhadores que «abandonam» os sindicatos, da força universal do genolhismo e do tesiredismo (atenção: isto existe porque, segundo o «Diário de Notícias, existe a TESIRESD, ou o que a tanto monta e se identifica por extenso como «Tendência Sindical Reformista Social-Democrata» de direita).

Bem. Vejamos como a UDTP/UGT se opõe com «repúdio» à «manipulação», pois é assim que considera o protesto público de centenas de milhares de pessoas contra a política do Governo demitido e o divisionismo sindical.

A UDTP/UGT gasta duas folhas de um comunicado a fazer perguntas a que não pode responder. Responderemos nós. A «central» de direita pergunta se é mais revolucionário (palavra que mete entre aspas) movimentar massas, gritar «slogans» e recuar, ou «demonstrar uma capacidade de diálogo com todos, encontrar soluções com todos, propor alternativas que sirvam todos» e tudo o mais, sempre com todos no melhor dos mundos dialogantes da harmonia e da conciliação das classes e dos interesses que defendem.

Estes todos, que a UGT sublinha, constituem uma grande descoberta demagógica. Primeiro, porque a alternativa da «central» não existe. O problema não se põe. Os seus dados são falsos. Não se troca o diálogo ou a negociação pela concentração de massas ou outras formas de luta. Essas formas adoptam-se quando não é possível negociar, ou quando a negociação exige que a força para tanto seja claramente demonstrada, se necessário na rua, como sucedeu no último sábado em Lisboa. Segundo, porque a CGTP-IN ou as estruturas unitárias, que convocaram a manifestação de sábado, nunca recusaram o diálogo e a negociação. Pelo contrário, sempre o preconizaram, defenderam e apoiaram juntamente com as condições para que da negociação e do diálogo surgissem resultados. E eles surgiram em muitas situações. Quem recusa sentar-se à mesa e ouvir os representantes dos trabalhadores são patrões e governantes interessados na UGT e no divisionismo sindical. Não são as organizações sindicais unitárias e as comissões de trabalhadores.

Além disso, quem são, concretamente, os todos da UDTP/UGT? É fácil de averiguar. Não são os patrões democratas, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os pequenos agricultores que negoceiam com as estruturas democráticas dos trabalhadores e, em muitos casos, apoiam as suas lutas e nelas participam, como sucedeu no último sábado em Lisboa. Os todos da UGT incluem os grandes patrões sabotadores e recuperadores das intervencionadas, os grandes senhores do monopólio e do latifúndio que querem recuperar os privilégios do passado e impor a política que estava ao seu serviço.

(Desenho de «O Metalúrgico»)

O prodigioso sr. Gonelha arejando os amarelos

Os todos da UGT são um prodígio: o de meter no mesmo saco a política de direita e a que defendem os trabalhadores; os grandes patrões sabotadores da CIP e da CAP e os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores atingidos pelo aumento brutal e constante do custo de vida; os recuperadores capitalistas e os trabalhadores da Banca e dos Seguros; o boicote patronal e a negociação; o CCT e a PRT imposta administrativamente; o paralelo e o sindicato; o divisionismo e a unidade; a independência sindical e as «centrais» partidárias; a honestidade e a pouca vergonha; a Reforma Agrária e o MAP do sr. Vaz Portugal; a UGT e o Movimento Sindical; a participação dos trabalhadores em organismos estatais e os que repudiam essa participação constitucional.

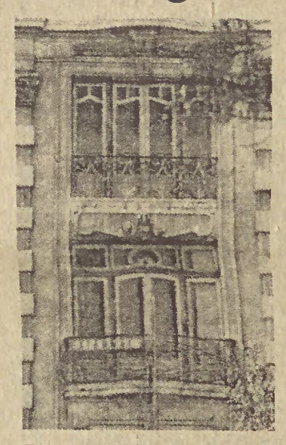
É este o prodígio da «harmonia» demagógica que o fascismo durante tantos anos se esforçou por conseguir e que nem a PIDE pôde concretizar. É essa a «harmonia» de todos que é apenas a de alguns: a dos exploradores que tentam impô-la, enquanto supostos representantes dos trabalhadores se sentariam em gabinetes, mudos e quedos para não serem «revolucionários», palavra que é um labéu na boca da UGT.

Um triste exemplo: o paralelo contra os metalúrgicos

O Delegado do Procurador da República tem em seu poder, desde 28 de Agosto findo, um processo de impugnação por fraudes cometidas na criação do paralelo a que os divisionistas da direcção do PS deram o nome abusivo de "Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins". Esse processo inclui, segundo a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, "215 documentos em que constam 6080 assinaturas de trabalhadores metalúrgicos" e mais "896 assinaturas das 69 Comissões de Trabalhadores metalúrgicos, declarando que nunca tiveram conhecimento da convocatória da assembleia constituinte" daquela associação gonelhista.

Os procedimentos fraudulentos abundam no lançamento desse paralelo de que se desconhece até agora qualquer actividade que não seja a promoção do divisionismo. Criado artificialmente e por processos ilegais, o "SIMA" é, como veremos, um bom exemplo de como se criam sindicatos fantoches em Portugal contra os interesses mais vitais e urgentes dos trabalhadores.

Começa por se desconhecer a publicação ou afixação da convocatória da respectiva assembleia constituinte, o que contraria frontalmente a lei em vigor (artigo 8.º do D.L. 215-B). Depois, aquilo que os divisionistas consideram "assembleia constituinte" e de cujo livro de presenças constariam 2106 assinaturas realizou-se numa sala da Rua Braancamp onde dificilmente caberiam 100 pessoas. É legítimo concluir que as presenças são falsas.


Foi aqui, num aposento da Braancamp, que aconteceu o prodígio gonelhista de meter mais de 2000 pessoas onde não cabiam cem

Só estes factos são bastantes para exigir a extinção do paralelo e para proceder judicialmente contra o autor, ou autores, dessas fraudes sancionadas pelo sr. Gonelha no Ministério do Trabalho, que mandou publicar os "estatutos" amarelos, forjados nas costas dos presumíveis interessados.

É esta a "democracia", a "independência" e tudo o mais com que se fartam de encher a boca os promotores da divisão. São estes os processos de quem deseja "sindicatos" tão "livres e independentes" que os fazem livres e independentes da vontade dos trabalhadores.

(Desenho publicado no jornal «O Metalúrgico»)

Uma parte da resposta: as eleições sindicais

A par da reorganização e reestruturação sindicais, que se têm processado com regularidade, nomeadamente na criação democrática e participada de novas Uniões e Federações, nos processos de verticalização e de fusão de associações sindicais, que se vão intensificando, e da preparação e realização de grandes iniciativas, decididas em Plenário Nacional, como a Conferência Sindical da Mulher Trabalhadora e a próxima Conferência de Organização, ganham relevo assinalável na resposta da unidade aos golpes divisionistas os êxitos das listas unitárias nas eleições sindicais.

É hábito fazermos nas páginas do «Avante!» um balanço, que ultimamente tem sido mensal, dessas eleições em Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Delegados Sindicais em todo o País. O último data do número de 4 de Outubro findo. A partir desse dia, segundo os dados que recolhemos, realizaram-se eleições em 14 sindicatos e 5 Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais. Num período de aproximadamente 5 semanas, muitos milhares de trabalhadores passaram pelas urnas dando o seu voto à unidade.

Nos 14 Sindicatos, as listas unitárias apenas perderam em 2. Nas 5 Comissões, a esquerda unida só não conseguiu vencer na J. F. dos Santos, por ter sido impedida de concorrer por uma Comissão Eleitoral «constituída exclusivamente por indivíduos afectos às eleições em que foi impedida de participar e nas quais não votaram, impedidos por sua vez pela Comissão Eleitoral, os trabalhadores cabo-verdianos da empresa.

Assim, ente 4 de Outubro e 11 de Novembro, as listas de unidade venceram nos seguintes Sindicatos: Construção Civil, Serrações de Madeira e Carpintaria Mecânica do Alentejo (Évora); Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Setúbal; Pescadores da Afurada (Porto); Vestuário do Distrito do Porto; Construção Civil de Viana do Castelo; Pescadores (Lisboa); Têxteis do Sul; Vestuário (Secção de Santo Tirso); Transportes Colectivos Urbanos do Distrito de Lisboa (Metro e Carris); Magistrados do Ministério Público; Indústria e Comércio Farmacêuticos (STICF); Metalúrgicos da Guarda. Uma lista de esquerdistas venceu nas Carnes de Lisboa e Setúbal, numa eleição impugnada novamente. A direita divisionista venceu no Sindicato dos Engenheiros do Sul.

A participação é grande e cresce nas eleições sindicais em sindicatos, comissões de trabalhadores e delegados sindicais. Aspecto de uma votação nas oficinas da empresa Isidoro Duarte

Quanto às empresas, as CTs e os delegados sindicais unitários venceram as eleições na Mague, Quimigal (ex-CUF), Estaleiros de Viana do Castelo e RDP (Radiodifusão Portuguesa).

Numa percentagem elevadíssima, que ronda no total os 85 por cento nas organizações que mencionámos, os trabalhadores continuam a confiar nos seus companheiros de trabalho e de luta que representam e defendem, nas empresas e nos Sindicatos, os princípios por que se rege o Movimento Sindical Unitário, encabeçado pela CGTP-IN.

Trabalhadores socialistas, comunistas e sem partido continuam a unir-se na acção e nas questões essenciais que dizem respeito à luta por melhores condições de vida e de trabalho. Provam-no não apenas os êxitos nas eleições, mas a sua preparação e a afluência às urnas que, nos casos mencionados, atingiu uma média geral muito próxima dos 45 por cento, com algumas percentagens elevadíssimas como na Mague (84 por cento) e nos Estaleiros de Viana (63,4 por cento), e outras muito boas como na Construção Civil do Alentejo (46,8 por cento), nos Pescadores do Porto (40 por cento), nos Pescadores de Lisboa (44 por cento) e nos Transportes — Metro e Carris (40 por cento). De um modo geral são também muito elevadas as percentagens de votos nas listas unitárias, como na Construção Civil do Alentejo (99,2 por cento) e nos Pescadores de Lisboa (95,7 por cento).

Estes números, que são factos comprovados, como muitos outros já vindos a público, nomeadamente a percentagem de 76,77 por cento das eleições sindicais em que triunfaram desde Janeiro a Setembro deste ano, em 76 Sindicatos (num total de 98) as listas unitárias afectas à CGTP-IN, não condizem de modo neenhum com os desejos dos divisionistas, que querem fazer passar por verdades as suas falsidades demagógicas destinadas a afastar os trabalhadores dos Sindicatos.